

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos - PPGARQ
Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos - MPGA

Luciana Leite Batista

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS NO MAST:
As negociações nos processos de aquisição dos Arquivos Pessoais de Estela Kaufman e
Rio Nogueira**

Rio de Janeiro

2020

LUCIANA LEITE BATISTA

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS NO MAST:

As negociações no processo de aquisição dos Arquivos Pessoais de Estela Kaufman e Rio
Nogueira

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade Dissertação, apresentado ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para obtenção do título de Mestre no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos.

Linha de pesquisa: Arquivos, Arquivologia e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Heymann

Rio de Janeiro

2020

B333 Batista, Luciana Leite
A institucionalização de Arquivos Pessoais no
MAST: As negociações no processo de aquisição dos
Arquivos Pessoais de Estela Kaufman e Rio Nogueira
/ Luciana Leite Batista. -- Rio de Janeiro, 2020.
129p.

Orientador: João Marcus Figueiredo Assis.
Coorientador: Luciana Heymann.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Gestão de Documentos e Arquivos, 2020.

1. Arquivos Pessoais. 2. Institucionalização de
Arquivos Pessoais. 3. Aquisição. 4. MAST. 5. Estela
Kaufman ; Rio Nogueira. I. Figueiredo Assis, João
Marcus, orient. II. Heymann, Luciana, coorient.
III. Título.

LUCIANA LEITE BATISTA

A institucionalização de Arquivos Pessoais no MAST: As negociações no processo de aquisição dos Arquivos Pessoais de Estela Kaufman e Rio Nogueira

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade Dissertação, apresentado ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para obtenção do título de Mestre no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos.

Banca Examinadora

Orientador: _____

Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Coorientadora: _____

Prof.^a Dr.^a Luciana Heymann

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Examinador Externo: _____

Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia de Niemeyer Matheus Loureiro

Examinador Interno: _____

Prof.^a Dr.^a Aline Lopes de Lacerda

AGRADECIMENTOS

Apesar da realização e da satisfação que envolvem o término de uma dissertação, nos últimos meses outros sentimentos se juntaram a este processo. Finalizo este trabalho em meio à maior crise de saúde da nossa história recente. Nesse contexto de insegurança, dar continuidade a esse estudo pareceu-me por muitas vezes incoerente e até mesmo egoísta.

Houve inúmeros momentos de desânimo diante, inclusive, da impossibilidade de desenvolver a pesquisa como proposta inicialmente.

Encerro, entretanto, como forma de agradecimento e reconhecimento por tantos privilégios. Por poder estar na segurança da minha casa, junto à minha família, esperando que tudo isso passe. Agradecimento também por ter estudado todo meu ensino superior em instituições públicas de qualidade que sempre prezaram por sua autonomia e que hoje também correm sérios riscos.

Agradeço a Deus pela minha vida e saúde nesse momento tão difícil e por ter tido a oportunidade de dedicar-me a esse projeto.

Agradeço também às deusas maravilhosas que estiveram ao meu lado durante essa jornada me dando suporte para a realização desse trabalho. Mulheres fortes que me inspiram todos os dias:

Alline Lemos, amiga com quem eu sempre pude contar e que sempre acreditou em mim. Foi leitora desde a primeira linha e me ajudou na correção e na estruturação desde o projeto.

Patrícia Penna, amiga que a graduação me deu e que hoje, como docente, enche-me de orgulho. Socorreu-me no momento de maior dificuldade, a qualificação.

Beatriz, Fernanda e Mariana, amigas que trilharam esse caminho ao meu lado. O convívio durante esses anos mostrou-me o quanto somos diferentes e o quanto que essas diferenças nos enriqueceram. Exploramos sentimentos que vão muito além das afinidades, e que são fundamentais para as relações: a solidariedade e o companheirismo. Não deixamos ninguém para trás e hoje chegamos juntas.

À todas vocês, mulheres incríveis, toda minha admiração e meu muito obrigada.

Agradeço ao MAST nas pessoas do Sr. Everaldo Pereira Frade, que me recebeu desde o primeiro dia com muita presteza e acompanhou-me durante todo o processo com a mesma

dedicação, e da professora Maria Lúcia de Niemeyer Loureiro pela generosidade em aceitar participar da minha banca contribuindo de maneira tão rica.

À professora Aline Lacerda que lecionou minha primeira aula no curso de Arquivologia e aceitou integrar minha banca. Seu comprometimento e seriedade fizeram a diferença na minha graduação e agora os fazem no mestrado.

À minha coorientadora professora Luciana Heymann pela inspiração profissional e pela solicitude com que sempre me orientou, foi uma honra contar com suas contribuições.

Ao meu orientador professor João Marcus Figueiredo Assis sou grata por todo acolhimento e humanidade, por desde o primeiro dia ter aberto as cartas e dito que apesar do trabalho ser meu, ele estaria ali. E sempre esteve. Um verdadeiro exemplo a ser seguido no exercício da docência.

Aos meus pais agradeço o colo de sempre. Em todos os momentos de desânimo eles diziam que o mais importante era a minha saúde mental, e que se não estivesse bom eu poderia parar. Que era importante, mas era apenas um trabalho.

Isso deveria ser mais dito nos cursos de pós-graduação, é só um trabalho.

Por fim, agradeço aos amores da minha vida. Rurik, companheiro querido que me incentivou desde o início, oferecendo-me todas as condições para que esse trabalho fosse feito da maneira mais tranquila possível, e Arthur, filho amado que me lembra todos os dias fazendo-me ver o tamanho da sorte que eu tenho. Amo vocês.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender os processos que envolvem a institucionalização dos arquivos pessoais, analisando em que medida as negociações que viabilizam esses processos sofreram interferência dos doadores e da própria instituição. Além disso, objetivou-se analisar como essas ações são reconhecidas pelas políticas institucionais que possuem a função de norteá-las. A realização de uma pesquisa que pretende analisar processos de institucionalização de arquivos pessoais requer, antes de tudo, a indicação de um campo empírico. Assim, para o desenvolvimento deste trabalho, a instituição escolhida foi o Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. O objetivo geral buscou refletir sobre as relações entre doadores e instituições arquivísticas visando a problematizar o processo de institucionalização, a partir das concepções propostas na política de aquisição do Museu. No que se refere aos objetivos específicos, pretendeu-se analisar o documento de Política de Aquisição e Descarte de Acervos do MAST, publicado em 2011, comparando-o com outras políticas estabelecidas por instituições de memória a partir da década de 1990, analisar os processos de aquisição dos arquivos após a criação da normativa, em especial os dos matemáticos Estela Kaufman e Rio Nogueira e, finalmente, refletir sobre as negociações que viabilizaram essas doações, observando de que modo elas se alinharam ao documento institucional de Política de Aquisição e Descarte de Acervos do MAST.

Palavras-chave: Institucionalização de Arquivos Pessoais. Aquisição. Arquivos Pessoais. MAST. Estela Kaufman. Rio Nogueira.

ABSTRACT

The present study aims to understand the processes that involve the institutionalization of personal archives, analysing whether the negotiation between donors and institutions may interfere in those processes. It also aims to analyse the way those actions are recognized by institutional policies with the function of guiding them. The accomplishment of a research that intends to analyse the institutionalization of personal archives requires the indication of an empirical field. Therefore, to develop this study, the institution chosen was The Museum of Astronomy and Related Sciences – MAST. The main goal is to reflect about the relationships between donors and archival institutions, aiming to discuss the institutionalized process and conceptions established by the acquisition policy of the Museum. Regarding specific objectives, the studied intended to analyse the document of the acquisition and disposal of collections of MAST, published in 2011, comparing it to policies established by other institutions of memory from 1990 on. The goal is to analyse the acquisition processes of archives that belonged to the mathematicians Estela Kaufman and Rio Nogueira, after the normative instruction created. Finally it aims to reflect on the negotiations that ensured the donations, observing the way these donations have been aligned with the institutional document of acquisition and disposal of collections of MAST.

Key-words: Institutionalization of personal archives, acquisition, personal archives, MAST, Estela Kaufman, Rio Nogueira.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definição do conceito de aquisição em dicionários da área arquivística.....	28
Quadro 2 - Definição do conceito de custódia em dicionários da área arquivística.....	32
Quadro 3 - Arquivos pessoais adquiridos pelo Mast a partir de 2011	64

LISTA DE SIGLAS

AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
ABA	Associação Brasileira de Astronomia
AHC	Arquivo de História da Ciência
AN	Arquivo Nacional
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CBPF	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CDA	Coordenação de Documentação e Arquivo / MAST
CDPH	Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Casa de Oswald Cruz
CETEM	Centro de Tecnologia Mineral
CFE	Conselho de Fiscalização de Expedições Artísticas e Científicas no Brasil
CMU	Coordenação de Museologia/MAST
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COC	Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz
COPAD	Comissão Permanente de Aquisição e Descarte de Acervo
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil/Fundação Getulio Vargas
DAD	Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswald Cruz
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DIBRATE	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística
ECV	Espaço Ciência Viva
ENCE	Escola Nacional de Ciências Estatísticas
FAPES	Fundação de Assistência e Previdência Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
FGV	Fundação Getulio Vargas
IAPETC	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros
IEN	Instituto de Engenharia Nuclear
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INT	Instituto Nacional de Tecnologia

FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
PETROS	Fundação Petrobras de Seguridade Social
PMAC	Projeto Memória da Astronomia e Ciências Afins
POSTALIS	Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos
PPGCI/UFF	Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense
PUC	Pontifícia Universidade Católica
ON	Observatório Nacional
STEA	Serviços Técnicos de Estatística e Atuária
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UnB	Universidade de Brasília
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USS	Universidade Severino Sombra
USU	Universidade Santa Úrsula
VALIA	Fundação da Vale do Rio Doce de Seguridade Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	OS ARQUIVOS PESSOAIS COMO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL	18
2.1	Os arquivos pessoais e as instituições.....	18
2.2	Os conceitos de aquisição e custódia de acervos	27
2.2.1	Reflexões sobre aquisição de acervos arquivísticos	28
2.2.2	Reflexões sobre custódia de acervos arquivísticos	32
2.3	As Políticas Institucionais de Aquisição e Descarte de Acervos	34
3	O MAST E A PRESERVAÇÃO DOS ARQUIVOS PESSOAIS DE CIENTISTAS	47
3.1	A formação do MAST.....	49
3.2	A aquisição dos primeiros acervos	51
3.3	Os acervos custodiados após a criação da Política de Aquisição e Descarte de Acervos (2011)	64
4	OS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DOS ARQUIVOS DE ESTELA KAUFMAN E RIO NOGUEIRA	78
4.1	O arquivo pessoal de Estela Kaufman	78
4.1.1	Síntese biográfica	78
4.1.2	Análise do processo de aquisição e descrição do arquivo.....	81
4.2	O arquivo pessoal de Rio Nogueira	87
4.2.1	Síntese biográfica	87
4.2.2	Análise do processo de aquisição e descrição do arquivo.....	90
4.3	Considerações sobre os acervos apreciados à luz da Política de Aquisição e Descarte de Acervos do MAST	92
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
	REFERÊNCIAS.....	102
	APÊNDICES	123
	APÊNDICE A - Transcrição da mesa redonda “A contribuição de Estela Kaufman Fainguelernt para o desenvolvimento da educação matemática no Brasil”	108
	APÊNDICE B - Entrevista concedida por Maria Celina Soares de Mello e Silva 119	
	ANEXOS	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
	ANEXO A - Lista de arquivos pessoais sob custódia no MAST.....	123
	ANEXO B - Sumário do documento de Política de Aquisição e Descarte de Acervos (MAST, 2011)	126

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo os arquivos pessoais e é fruto de reflexões que tiveram início durante a graduação no curso de Arquivologia. Embora reconhecesse as inúmeras áreas de atuação dos profissionais do campo arquivístico, minha primeira formação como historiadora certamente colaborou para o meu interesse pelos arquivos permanentes.

Em meados do curso de Arquivologia, iniciei um estágio no arquivo pessoal da escritora Nélida Piñon¹ no qual, sob a sua orientação, permaneci por dois anos auxiliando nas funções de organização dos documentos. A oportunidade de observar um arquivo pessoal sendo construído e preservado de maneira planejada pela própria produtora - que desde muito jovem iniciou sua carreira como escritora, preocupando-se em acumular seus registros e organizar toda a sua documentação por reconhecer em si uma figura notória cuja obra possuía grande valor cultural -, fez-me refletir sobre como as ações dos produtores poderiam condicionar os processos de construção e preservação de seus arquivos pessoais. Fez-me pensar, também, de que maneira esses arquivos deixariam de fazer parte de um projeto pessoal para integrar instituições de guarda adquirindo, a partir dessa institucionalização, o *status* de um acervo² histórico.

Quando iniciamos uma pesquisa em arquivos pessoais, uma das primeiras questões a serem pensadas é de que forma esse tipo de arquivo, tão distinto dos arquivos da administração pública e privada, é tratado pela disciplina arquivística. Embora possamos considerar que algumas questões já estejam superadas pela área, como o consenso sobre os arquivos pessoais serem arquivos (CAMARGO, 2009) [e, portanto, merecerem ser tratados como tais na medida em que se respeitem suas características], seria frágil a perspectiva de que esse tipo de arquivo possui em sua produção a mesma trajetória de um arquivo institucional.

¹ Além de escritora, Nélida Piñon foi eleita integrante da Academia Brasileira de Letras (ABL) em 1989, tornando-se a primeira mulher a presidir a instituição em 1997, durante o I Centenário da ABL. Sua gestão foi marcada por realizações importantes na área da preservação, como a criação do Centro de Memória da ABL.

² Embora essa definição terminológica não esteja na proposta do estudo, vale a nota de que o uso corrente de alguns conceitos ao longo da pesquisa pode trazer dúvidas ao leitor quanto ao significado aplicado. Nesse sentido, para que haja uma conformidade na compreensão do texto, sinalizamos que, assim como no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE, 2005), instrumento produzido pelo Arquivo Nacional para auxiliar na normalização conceitual das atividades relacionadas ao campo arquivístico, no presente estudo o conceito de acervo também pretende designar documentos pertencentes tanto a uma entidade produtora, quanto a uma entidade custodiadora, sendo assim, atribuído ora aos documentos ainda sob custódia do doador ora aos documentos sob custódia do MAST, podendo em muitos casos indicar a ideia de arquivo ou fundo arquivístico.

Apesar das pesquisas na área dos arquivos pessoais terem crescido significativamente nos últimos anos, nota-se ainda uma carência nos estudos no que se refere às reflexões teórico-metodológicas. Isso porque a Arquivologia fundamentou seus princípios e teorias em conceitos cunhados, sobretudo, em experiências desenvolvidas na administração pública. Essa associação com os arquivos institucionais vem norteando os estudos na área desde o século XIX com a publicação do Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos (MULLER, FEITH, FRUIN, 1973), mais conhecido como Manual dos Holandeses, sendo reforçada por diversos autores que se tornaram referências no campo arquivístico, como o inglês Hilary Jenkinson e o americano Theodore Schellenberg. Segundo Oliveira,

É dentro desse contexto institucionalizante dos documentos e dos arquivos que se forma a base da arquivologia. (...) os arquivos pessoais foram tradicionalmente custodiados em bibliotecas e museus, sendo tratados como coleções, manuscritos e papéis pessoais, adquirindo um não reconhecimento desses conjuntos documentais como arquivo (OLIVEIRA, 2010, p.33).

Assim, é patente uma preocupação por parte dos profissionais e das instituições que trabalham com os arquivos pessoais quanto ao esforço em tentar integrá-los, submetendo-os aos princípios arquivísticos para conferir-lhes um reconhecimento como documento de arquivo. “Os arquivos pessoais institucionalizados devem ser tratados como arquivos e, como tal, devem seguir a teoria arquivística para o seu tratamento” (MAST, 2015, p.181).

No Brasil, seguindo a tendência internacional, a disciplina arquivística também fundamentou suas teorias em perspectivas de uma ciência aplicada muito voltada aos arquivos administrativos, dedicando-se aos arquivos privados e pessoais somente a partir da década de 1970. Conforme preconiza Borges (2014, p.15), “a busca pelos arquivos pessoais no Brasil como fontes de pesquisa histórica se intensifica a partir da década de 1970, em decorrência da diversidade informacional destes conjuntos, para subsidiar a produção de conhecimento”.

O fenômeno de “rotinização” ou “boom” no uso dos arquivos privados, como se refere a historiadora Ângela de Castro Gomes (1998), está ligado a um processo de transformação no campo historiográfico que passou a valorizar esses documentos como fonte de pesquisa muito distinta das fontes históricas tradicionais. Correspondências, fotografias, diários, entre tantos outros tipos de documentos encontrados nos arquivos privados, abriram novas possibilidades no “fazer história”, abordagem que, segundo a historiadora, está ligada a uma renovação teórica que reconhece na história cultural novas formas de compreender as experiências do indivíduo e o seu contexto sociocultural. Áreas de conhecimento como a Sociologia e a Antropologia, ao

ampliarem suas discussões sobre temas como memória e identidade, também passaram a reconhecer nos arquivos privados fontes importantes para a compreensão dessas relações.

Nesse contexto, entre as décadas de 1970 e 1980, importantes instituições brasileiras como o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) deram início aos seus projetos de aquisição de arquivos pessoais de indivíduos, cujas trajetórias foram reconhecidas como relevantes para a história política e científica do Brasil. Assim, aos poucos, os arquivos pessoais foram integrando os espaços públicos demandando, dessas instituições, iniciativas que viabilizassem as ações de tratamento e a criação de políticas que legitimassem suas aquisições.

Essas instituições são reconhecidamente importantes para a preservação dos registros documentais e fundamentais para a construção de um processo de identidade que auxilia na compreensão não apenas do indivíduo, mas de todo o contexto social que o cerca. Observar como os arquivos privados entraram nos espaços públicos, garantindo sua preservação física e a memória de seu produtor, certamente possibilita uma compreensão mais ampla de como essas ações - que tendem muitas vezes a serem percebidas ou projetadas como naturais - na verdade são construídas a partir de uma série de intencionalidades.

Refletir sobre a construção dos arquivos pessoais analisando seu processo de criação, o contexto no qual ele está inserido, os estímulos que levaram seu produtor não somente a acumular seus registros, mas principalmente a organizá-lo baseado em alguma motivação específica, torna-se necessário para compreender os caminhos que muitas vezes conduzem esses arquivos a um processo de institucionalização.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo compreender os processos que envolvem a institucionalização dos arquivos pessoais, analisando em que medida as negociações que viabilizam esses processos sofreram interferência dos doadores e da própria instituição. Além disso, objetivou-se analisar como essas ações são reconhecidas pelas políticas institucionais que possuem a função de norteá-las.

A realização de uma pesquisa que pretende analisar processos de institucionalização de arquivos pessoais requer, antes de tudo, a indicação de um campo empírico. Assim, para o desenvolvimento deste trabalho, a instituição escolhida foi o Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, localizado na cidade do Rio de Janeiro.

O objetivo geral deste estudo consistiu em refletir sobre as relações entre doadores e instituições arquivísticas visando problematizar o processo de institucionalização de arquivos

de natureza pessoal, a partir das concepções propostas no documento que estabelece a política de aquisição de acervos MAST. No que se refere aos objetivos específicos, pretendeu-se: analisar o documento de Política de Aquisição e Descarte de Acervos, publicado em 2011, comparando-o com outras políticas estabelecidas por instituições de memória a partir da década de 1990; analisar os processos de aquisição dos arquivos após a criação da normativa, em especial os dos matemáticos Estela Kaufman e Rio Nogueira; e, finalmente, refletir sobre as negociações que viabilizaram essas doações, observando de que modo elas se alinharam ao documento institucional de Política de Aquisição e Descarte de Acervos do MAST.

Para auxiliar na compreensão desse processo de institucionalização, a segunda seção da pesquisa apresenta-se em três partes, a primeira e a segunda dedicadas à institucionalização dos arquivos pessoais, sendo apresentadas algumas reflexões do campo arquivístico sobre os conceitos de aquisição e custódia, bem como a importância dessas ações para o reconhecimento desses arquivos como parte do patrimônio documental. Na terceira parte, apresentou-se uma análise das políticas de aquisição e descarte elaboradas pelo MAST e por outras instituições custodiadoras de acervos pessoais, a partir da década de 1990³.

A terceira seção, dedicada ao campo empírico, além de uma apresentação sobre o processo de formação do Museu, teve como objetivo analisar os processos de aquisição dos primeiros acervos, e os arquivos custodiados entre o período de 2011 e 2017⁴, verificando as negociações entre os doadores e a instituição.

Entre os arquivos custodiados após 2011 e analisados neste trabalho, destacamos os acervos dos matemáticos Estela Kaufman e Rio Nogueira, abordados na quarta seção. Nela, além de apresentarmos uma síntese biográfica de cada titular e a trajetória do acervo até a sua efetiva aquisição pelo MAST, também foram feitas algumas considerações sobre os arquivos selecionados à luz da Política de Aquisição e Descartes de Acervos de 2011.

A escolha por esses dois acervos justificou-se por reconhecermos neles condições que, embora não raras aos processos de aquisição dos arquivos pessoais, trataram de casos peculiares entre os acervos custodiados pelo MAST após a criação da política de aquisição. Em ambos os casos, percebemos a necessidade de intervenção por parte do corpo profissional da instituição para legitimar ações que não estavam contempladas nas diretrizes de 2011.

³ Foram escolhidos para análise, além da Política de Aquisição e Descarte do MAST (2011), o Programa de Incorporação de Acervos da COC/Fiocruz (2014) e as Diretrizes para Aquisição de Acervos Arquivísticos da Fundação Casa de Rui Barbosa (2015).

⁴ O último arquivo incorporado pelo MAST até o início da pesquisa data do ano de 2017.

No arquivo Estela Kaufman, deparamo-nos com uma dispersão de fundo⁵ gerada por doações feitas em diferentes momentos e por doadores distintos. Uma parte do acervo foi doada pela própria titular a uma instituição de ensino onde atuou profissionalmente e a outra foi direcionada ao MAST através de doação por seus filhos. Entretanto, o parecer institucional, ao apontar a necessidade de integração desses dois fundos, impôs à família a reunião do acervo.

No arquivo de Rio Nogueira, procuramos problematizar questões referentes aos recursos para custódia e tratamento dos acervos adquiridos pelo MAST, uma vez que o arquivo do cientista foi organizado mediante o apoio financeiro da família. Observamos, contudo, a ausência de temas ligados ao financiamento externo no que diz respeito às políticas institucionais, de modo a estabelecerem-se limites na ingerência do doador sobre o acervo.

É importante considerar que, em muitos casos, o processo de doação não é feito pelo próprio produtor que, mesmo expondo seu desejo pela doação, termina deixando essa tarefa a cargo da família. Por outro lado, pode ocorrer de a doação ser alheia à vontade ou conhecimento de seu titular, já que em muitos casos ela é realizada após a sua morte. Por isso, ao longo do trabalho, optamos por considerar o conceito de doador para designar produtores, familiares ou indivíduos que, por motivos diversos, estejam negociando a doação dos arquivos pessoais para as instituições de guarda.

Nesse contexto, não é raro que as demandas dos produtores e familiares e até mesmo interesses institucionais, em algum momento, esbarrem nas diretrizes criadas para a aquisição desses arquivos. Esses impasses podem acarretar reformulações que visam garantir a custódia desses conjuntos documentais, ainda que essas excedam as normativas já adotadas pelas instituições, havendo assim a necessidade de alguns acordos e negociações entre as partes.

Os processos que envolvem a aquisição de arquivos pessoais são marcados por uma série de questões que merece ser objeto de reflexão. Pensar o papel da instituição, suas políticas e princípios, e as legislações que cercam e fundamentam suas ações, sem dúvida é aspecto importante e foi abordado na pesquisa.

Tornou-se relevante, assim, a possibilidade de reconhecer que os processos de aquisição de arquivos pessoais por entidades custodiadoras podem apresentar uma série de interferências que impactam na seleção e na preservação dos acervos. Ainda que se trate de instituições que disponham de políticas que regulem as atividades de aquisição e descarte de acervos, como é o

⁵ O conceito de fundo arquivístico é definido pelo DIBRATE (2005), como conjunto de documentos de documentos uma mesma proveniência.

caso do MAST, quando analisamos essas ações voltadas aos arquivos pessoais, podemos verificar que, em muitos casos, elas são formadas por acordos entre os doadores e as instituições, excedendo muitas vezes suas próprias normativas. Variados fatores podem corroborar para que as ações tidas como “exceções” interfiram nas políticas estabelecidas, podendo inclusive alterar as práticas institucionais.

É compreensível que esses processos passem por uma série de percalços justamente por tratar-se de documentos que, além de carregarem substancial valor cultural, na maioria das vezes possuem grande valor simbólico e emocional para os doadores. Assim, é relevante que as instituições e seus profissionais reconheçam a possibilidade de inúmeros tipos de interferências, frutos de ações internas e externas, que podem cercar a aquisição desses acervos.

Compreender que todas as atividades de uma instituição arquivística, seja ela pública ou privada, não são neutras e imparciais, nos faz olhar para esses espaços por outro ângulo e indagar como doadores, arquivistas e até mesmo pesquisadores e usuários são capazes de perceber essas ações e questionar suas próprias atividades.

Nesse sentido, o estudo dos processos dos arquivos institucionalizados pelo Museu pode sugerir não apenas os inúmeros interesses que cercam essas doações, como também demonstrar os ajustes estabelecidos para a sua realização.

A escolha pelo MAST como campo empírico justificou-se não apenas pela relevância da instituição no campo da preservação de arquivos pessoais no Brasil. O Museu foi pioneiro na criação de documentos que têm como objetivo a construção de normativas para regulação das atividades de preservação. Antes do documento de Política de Aquisição e Descarte elaborado pelo Museu em 2011, o MAST já havia elaborado dois importantes documentos: a Política de Preservação de Acervos Institucionais (1995)⁶ e a Política de Segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus (2006)⁷, que apresentamos na seção referente às Políticas Institucionais.

Metodologicamente, o trabalho compreendeu uma pesquisa básica, qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada inicialmente em pesquisa bibliográfica que buscou apreender, pela reflexão do campo arquivístico, as negociações envolvendo os processos de institucionalização dos arquivos pessoais, através do entendimento de temas e conceitos

⁶ A elaboração da Política de Preservação de Acervos Institucionais, de 1995, foi uma pareceria entre o MAST e o Museu da República.

⁷ A elaboração da Política de Segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus, de 2006, foi uma parceria entre o MAST e o Museu Villa-Lobos.

fundamentais para esse estudo como aquisição, custódia e políticas institucionais, respaldadas no levantamento documental de produções científicas da área como teses e dissertações.

Pautou-se também na pesquisa documental por meio da análise dos processos de aquisição de arquivos pessoais e das normativas do MAST, através de pesquisas presenciais agendadas no setor de pesquisa do Arquivo História da Ciência (AHC), além de levantamento e pesquisa nos inventários disponibilizados pelo MAST na página da instituição na internet.

Outro importante instrumento metodológico nesse tipo de trabalho são os relatos baseados nas experiências de funcionários e colaboradores que atuam na organização e na pesquisa dos arquivos pessoais da instituição, especialmente os que estiveram à frente dos processos de aquisição dos acervos pesquisados. A proposta inicial era obter esses relatos através de entrevistas, entretanto o impedimento relativo à restrição no acesso a instituição nos últimos meses não permitiu a realização dessa etapa⁸. Assim, muito dos relatos aqui descritos, foi obtido através de interlocuções via *e-mail*.

Nesse sentido, é importante destacarmos aqui a participação direta do tecnologista da Coordenação de Documentação e Arquivo (CDA), Everaldo Pereira Frade, que contribuiu com inúmeros esclarecimentos quanto às práticas desenvolvidas na aquisição e na organização dos acervos. Além de atuar no AHC há muitos anos, Everaldo atuou como um dos profissionais responsáveis na aquisição dos acervos de Estela Kaufman e Rio Nogueira, sendo responsável, entre outras atividades, por produzir os relatórios que constam nos processos.

Dessa forma, a presente pesquisa espera contribuir de alguma maneira para os estudos acerca dos arquivos pessoais, através de uma perspectiva que propõe problematizar a aquisição desse tipo de acervo pelas instituições públicas de guarda, a partir da criação das diretrizes e dos acordos que viabilizam essas ações.

⁸ Parte significativa da pesquisa referente as entrevistas e aplicação de questionários estavam, de acordo o cronograma, previstas para o primeiro semestre de 2020 e foram inviabilizadas pelo fechamento das instituições no mês de março em decorrência da pandemia da Covid 19.

2 OS ARQUIVOS PESSOAIS COMO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

Esta segunda seção tem como objetivo apresentar os conceitos que serviram de fundamentação teórica para esta pesquisa. Iniciamos com uma reflexão sobre como os arquivos pessoais estão inseridos no contexto arquivístico, apresentando as normativas e legislações que validam sua função de patrimônio documental a partir do processo de institucionalização. Para melhor compreensão, também apresentamos uma breve reflexão dos conceitos de aquisição e custódia no campo da Arquivologia que sancionam a guarda de documentos pessoais por instituições públicas próprias.

Além disso, são apresentadas algumas propostas de normativas que validam esses processos de aquisição no formato de Políticas de Aquisição e Descartes de Acervos, as quais foram criadas por importantes instituições na última década.

Como respaldo teórico, encontramos em HEYMANN (2012), DUARTE (2018), BORGES (2014), HOBBS (2016), LAMBERT (2018), SANTOS (2012) e SCHMIDT (2012) relevantes contribuições sobre a temática da aquisição por instituições de custódia, nas quais são abordadas as problemáticas e as imprecisões que cercam esses processos. Como referências para a compreensão dos conceitos de aquisição e custódia, encontramos importantes contribuições em MACEDO (2018), OLIVEIRA (2012), SILVA (2017), TROTIÑO (2017), além das definições nos dicionários da área. As políticas de aquisição estabelecidas pelas instituições também serão objeto de análise, sendo respaldadas em textos de autores como JARDIM (2016) e OLIVEIRA (2017).

2.1 Os arquivos pessoais e as instituições

Para iniciarmos uma reflexão acerca da institucionalização dos arquivos pessoais por instituições públicas de guarda, é relevante compreendermos como esse processo é legalmente garantido. No Brasil, a Lei 8.159/91, que dispõe sobre a política nacional dos arquivos públicos e privados, em seu artigo 2º define arquivos como:

Conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (BRASIL, Lei 8.159/91).

Além de reconhecer como arquivos os arquivos privados de natureza pessoal, a lei expressa a possibilidade do reconhecimento desses arquivos pelo poder público “como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional” (BRASIL, Lei 8.159/91).

A legislação ressalta, ainda, que o acesso aos documentos de arquivos privados identificados como de interesse público e social poderá ser franqueado mediante autorização de seu proprietário ou possuidor (Art.14) e, sendo esses identificados como de interesse público e social, poderão ser depositados a título revogável ou doados a instituições arquivísticas públicas (Art. 15).

Em complemento à Lei 8.159/91, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)⁹, através da resolução nº 17, de 25 de julho de 2003, que dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional, estabelece em seu Art. 4º que “Toda pessoa física ou jurídica, ou órgão da administração pública direta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, poderá solicitar a instauração do processo de declaração de interesse público e social de que trata esta Resolução”.

A declaração de interesse público e social dos arquivos privados é, segundo a referida resolução, de competência do Estado, na figura do Presidente da República, além de ser respaldada tecnicamente pelo CONARQ. A solicitação dessa declaração é, no entanto, possibilitada a todas as pessoas através de um processo cujos critérios estão expostos na mesma resolução.

De acordo com o CONARQ, a Constituição de 1988 e a criação da Lei 8159/91 foram dispositivos legais fundamentais na incumbência do poder público em consolidar uma Política Nacional de Arquivos. A criação de um órgão responsável por estabelecer as diretrizes e as normativas dos documentos da esfera pública fortaleceu, assim, ainda mais o processo de institucionalização dos arquivos, sendo eles públicos ou privados.

Como apresentado por Oliveira (2012), a trajetória da Arquivologia é marcada pela institucionalização dos arquivos. O reconhecimento pela área de obras que fundamentaram seus princípios e metodologias a partir das experiências em arquivos públicos, como o Manual de

⁹ Órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo.

Arranjo e Descrição de Arquivos, compreendido pela comunidade acadêmica como marco referencial que consolidou a Arquivologia enquanto área do “Saber” (SCHMIDT, 2012, p.112), e os manuais dos arquivistas Hilary Jenkinson (1922)¹⁰, Eugenio Casanova (1928)¹¹, resultou na adoção, na consolidação e no desenvolvimento de teorias voltadas aos arquivos da administração pública. Assim, ainda que hoje os arquivos privados já sejam objeto de reflexão de boa parte da literatura arquivística, ao olharmos a perspectiva sobre a qual se fundamentou o campo teórico-metodológico da área, é possível compreendermos a ausência de discussão e de metodologia adequada tão apontadas pelos profissionais que atuam nos arquivos dessa natureza.

Historicamente, a relação entre os arquivos e as instituições destaca-se a partir da centralização e do acesso aos arquivos públicos, os quais tiveram início com a criação do Arquivo Nacional da França, no século XVIII. O cenário político do período revolucionário tornou necessária a criação de um local de guarda que preservasse os documentos considerados importantes para o Estado francês. De acordo com Schellenberg (2006), o reconhecimento da importância da preservação desses documentos resultou em uma grande contribuição para o campo arquivístico ao criar uma administração nacional e independente dos arquivos, reconhecendo o acesso ao público e a responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor histórico.

Schmidt (2012, p.94), por sua vez, ressalta que esse foi o período no qual os arquivos passaram a ser reconhecidos como fonte para a história¹². Para a autora, se a existência dos arquivos remete à história antiga, a história da Arquivologia tem como marco o século XVIII, período em que começa “a delinear uma configuração científica a partir de desenvolvimentos técnicos de seu *Fazer*”. Entretanto, de acordo com Oliveira (2012, p.26), a importância dos arquivos privados no cenário arquivístico só viria a aparecer no século XIX quando o Arquivo Nacional francês criou uma subsérie para incorporar arquivos de origem privada. “Em sua maioria, tratava-se de documentos públicos que passaram para as mãos do cenário privado e que retornaram, por meio dessa reintegração, ao âmbito público”.

Dessa forma, constatamos que foi o reconhecimento histórico dos arquivos privados, que começaram a ser percebidos como relevantes patrimônios culturais e depositários da memória social, que proporcionou as ações de preservação desses arquivos.

¹⁰ Manual of Archive Administration, publicada em 1922.

¹¹ Archivistica, publicado em 1928.

¹² Quadro cronológico. História dos arquivos até a década de 1940. Schmidt, 2012, p. 140.

No artigo “Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual”, a arquivista canadense Catherine Hobbs (2016) afirma que o processo de identificação e organização dos arquivos pessoais não encontrava na literatura da área um espaço de discussão que sustentasse as características específicas desses arquivos. As discussões, ora eram direcionadas aos acervos especiais de bibliotecas, ora eram submetidas a conceitos de autores clássicos da Arquivologia, como Jenkinson e Schellenberg, para quem o documento arquivístico “faz parte de uma transação oficial” e “possui valor probatório e informativo” (HOBBS, 2016, p.306). O impacto da influência dos arquivos administrativos, na grande maioria arquivos do Estado, pode ser notado no caráter prático e funcional atribuído à disciplina durante tanto tempo.

De acordo com Hobbs, somente a partir da década de 1990, alguns segmentos da Arquivologia passaram a refletir sobre o papel ativo da disciplina e dos profissionais, aproximando-se de uma concepção pós-moderna. Segundo a autora, essa nova abordagem propõe-se a pensar os arquivos fora do seu esquema tradicional, levando em consideração não apenas sua estrutura física e seus métodos de organização, mas principalmente seu contexto social, buscando compreender o aspecto político existente nos arquivos e os impactos que instituições, arquivistas e pesquisadores exercem sobre seus acervos.

Nos últimos anos, alguns pesquisadores dedicaram-se à reflexão sobre a influência do pensamento pós-moderno na disciplina arquivística. Schmidt (2012), Silva, M. (2017) e Silva, A. (2011) apontam como esses questionamentos fizeram-se necessários diante das novas tecnologias aplicadas aos arquivos.

A discussão a respeito da custódia foi incrementada por pesquisadores acadêmicos, que já vinham criticando as bases tradicionais do conhecimento arquivístico, isto é, os conceitos de documento e de arquivo, os princípios de proveniência e de ordem original e a custódia, e passaram a propor um novo paradigma para a Arquivologia, ou seja, uma nova fundamentação teórica e metodológica, que poderia ser fornecida pelo pensamento pós-moderno (SILVA, 2017, p.17).

Em linhas gerais, é possível afirmar que as reflexões da Arquivologia pós-moderna ligam-se, sobretudo, à estabilidade que a disciplina manteve em princípios que, durante muitas décadas, conservaram-se irrefutáveis, criando uma ideia de “verdade arquivística”. Schmidt (2012) ressalta, entretanto, que:

à época de Jenkinson, a produção do conhecimento científico, bem como a do arquivístico, estavam possivelmente inseridos em premissas positivistas (...) Localizar o discurso ao tempo em que se foi elaborado é fundamental para compreendê-lo e contextualizá-lo (SCHMIDT, 2012, p.201).

Contra-pondo-se a essa concepção de “verdade” estabelecida pelas teorias clássicas da Arquivologia, autores como o canadense Terry Cook tornaram-se referência nas reflexões que reconhecem os arquivistas, ou profissionais que atuam nos arquivos, como “produtores do saber” (SCHMIDT,2012, p.203).

Relacionado à prática profissional dos arquivistas, as mudanças de paradigmas apresentadas por Cook novamente são elaboradas em forma de crítica ao discurso de Jenkinson, visto que segundo o canadense, o profissional contemporâneo, “pós-moderno”, deve afastar-se da identificação de um guardião passivo de uma “herança herdada” para celebrar o seu papel de agente ativo na construção da memória coletiva (SCHMIDT,2012, p.203).

Segundo Heymann (2012, p.32), os trabalhos de Terry Cook surgem na década de 1990 fazendo a primeira menção ao pós-modernismo no campo arquivístico, sendo grande parte de suas publicações motivada pelo rompimento do “chamado mito da objetividade e da imparcialidade”.

No Brasil, o Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais promovido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) e pelo Instituto de Estudos Brasileiros/Universidade de São Paulo (IEB/USP), em 1997, promoveu importantes reflexões voltadas para organização e para preservação desse tipo de acervo. Segundo Camargo (2003, p.38) o objetivo era discutir o tema à luz de uma perspectiva interdisciplinar, alcançando um “avanço conceitual e metodológico tanto no que diz respeito ao tratamento documental quanto aos usos que os arquivos pessoais têm possibilitado e ainda poderão favorecer”.

Como fruto desse seminário, a revista *Estudos Históricos*, do CPDOC da FGV, lançou em seu 21º volume uma edição dedicada aos arquivos pessoais. O periódico, dedicado ao estudo de História, Ciências Sociais e outros campos afins, reuniu artigos de pesquisadores nacionais e internacionais que buscavam refletir sobre os arquivos pessoais a partir de uma perspectiva que iria além das abordagens técnicas comuns à área. Foram fomentadas discussões sobre os arquivos de indivíduos que, pelas mais variadas motivações, dedicaram-se a acumular seus documentos ao longo da vida, tornando-se uma referência nas reflexões sobre a construção desses arquivos.

Sua leitura contribui não apenas para o aprimoramento das concepções e das atividades técnicas dos profissionais da área, mas para as reflexões do pesquisador sobre a natureza das fontes documentais que utiliza na realização de seus estudos e sobre as particularidades que elas apresentam no tocante à sua própria formação, acumulação e propriedades específicas de informação. Incluindo questões como a composição de arquivos pessoais e sua dimensão autobiográfica, cultura material e documentos pessoais no espaço público,

arquivos privados e renovação de práticas historiográficas, intimidade versus interesse público (...) (CAMARGO, 2003, p.39).

Dessa forma, os arquivos pessoais foram sendo objeto de análise inclusive dentro das instituições públicas de custódia. Para ampliarmos as reflexões acerca dos processos de aquisição de arquivos de caráter pessoal por instituições de guarda, destacamos a tese defendida por Renato Crivelli Duarte (2018). Nela, Duarte aprofunda o estudo sobre a aquisição dos arquivos pessoais no Brasil, propondo a compreensão dos processos simbólicos que validam a incorporação dos arquivos pessoais nas instituições de custódia. O autor verifica que, em todas as instituições pesquisadas, há critérios muito claros e pré-definidos que sustentam não só a construção desses espaços, mas a incorporação de acervos específicos.

Embora tematizadas, todas caminham para o mesmo objetivo, que se encontra em explorar elementos da nacionalidade que reforcem as identidades e qualidades do país. Um trabalho de exaltação da nacionalidade, não com ares de nacionalismo ortodoxo ou fundamentalista, mas pelo viés crítico-científico caracterizado pelo saber acadêmico como efetivo meio para a investigação do objeto (DUARTE, 2018, p.204).

O trabalho analisou três importantes instituições com trajetórias distintas, o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), o CPDOC/FGV e o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), observando os processos de aquisição no período compreendido entre as décadas de 1960 e 1990. Esse recorte é justificado pelo autor como o período no qual novas diretrizes passariam a regular a entrada de acervos em muitas instituições brasileiras a partir da criação das políticas de aquisição e descarte.

Observar o processo de construção dos acervos de três importantes instituições de custódia no Brasil, percebendo os valores que são investidos nos processos de institucionalização, foi fundamental para refletir sobre a maneira como as instituições e os profissionais reconhecem e lidam com essas dinâmicas.

A artificialidade dos valores dos documentos se encontra no momento mesmo de sua gênese e se reforça no momento de sua preservação. Documentos institucionais, regidos por legislações, contam com esquemas específicos e institucionalizados que determinam sua validade. Documentos pessoais, que não contam com esta qualidade – com exceção dos arquivos pessoais de presidentes da República – demonstram explicitamente a condição sintética dos valores investidos. Já a institucionalização é uma atividade vinculada ao empreendimento de criação de sentido e valor a tal material. As razões podem ser múltiplas, mas a igualdade no movimento se localiza na necessidade de estabelecimento e construção de uma importância, pautada na sua naturalidade (DUARTE, 2018, p.201).

O primeiro arquivo adquirido pelo IEB, em 1968, foi o do escritor Mário de Andrade. Na descrição desse processo, Duarte mostra como os trâmites da institucionalização tiveram influência direta tanto da família quanto de seu proponente, o professor Antônio Candido de Mello e Souza. A negociação deixa claro o interesse, atribuído pela família ao próprio escritor, em manter junto o seu conjunto documental.

A ideia, ao ser lançada pela família, como um desejo já manifestado pelo titular do arquivo, faz com que se mantenha a noção de fundo de arquivo, mesmo sem serem os envolvidos neste processo especialistas na área de arquivos (DUARTE, 2018, p.103).

A expressa vontade que se impôs como condição foi determinante para a aquisição do acervo, fazendo com que a Universidade¹³, com a justificativa de manter íntegro o conjunto de documentos, “se dispusesse a não medir esforços para captá-lo e preservá-lo da destruição iminente” (DUARTE, 2018, p.104). Se havia um reconhecimento por parte da instituição sobre o valor daquele acervo “precioso”, havia também por parte da família uma expectativa daqueles documentos permanecerem em uma instituição “à altura” do escritor.

A aquisição deu-se por compra ou, como consta nos termos do processo, “compensação material pela cessão” (1966 apud DUARTE, 2018, p. 106) sendo criada para isso uma comissão que, de acordo com Duarte, avaliaria financeiramente a referida coleção. O autor chama atenção para o fato de a comissão estabelecer o valor da compensação para a família, mas não se pronunciar sobre a avaliação das condições do acervo. Nesse sentido, podemos perceber que o valor que aquele conjunto de documentos tinha para a instituição independia das condições em que ele se encontrava. Para o então recém-criado arquivo do IEB, ter a guarda dos documentos de um dos maiores escritores modernistas confiaria àquela instituição uma credibilidade simbólica que impactaria nos inúmeros arquivos que ela viria a receber.

No ano seguinte, o IEB adquiriu, por meio de doação e por iniciativa da família, o arquivo de Fernando Mendes de Almeida e, dois anos depois, também por doação, o arquivo de Fernando Azevedo por iniciativa do próprio escritor quatro anos antes de seu falecimento. De acordo com Duarte, em 1974, o setor de arquivo da instituição, que estava ligado à biblioteca, tornou-se independente devido à quantidade de acervos recebidos.

O recebimento de novos e relevantes acervos, por inúmeras razões - que vão da impossibilidade das famílias em gerir adequadamente os documentos até a perspectiva que se

¹³ O Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), criado em 1962 pelo historiador Sergio Buarque de Holanda, é um órgão de integração da Universidade de São Paulo (USP).

deposita nas instituições de guarda -, legitimou essas instituições que passaram a ser, tanto para os produtores quanto para as famílias, locais de grande valor simbólico.

Diferente dos interesses que envolvem a maioria dos casos de institucionalização, a criação do CPDOC, em 1973, por Celina Vargas, teve em seu projeto a missão de preservação de um acervo que mesmo fora de um ambiente institucional já era acessado para fins de pesquisa. De acordo com Duarte, a criação do CPDOC buscou formalizar as ações de organização e acesso aos documentos de Getúlio Vargas em nome da preservação do acervo. A família, que durante anos abriu os arquivos para pesquisa histórica de maneira informal, reconheceu a importância de manter esses documentos em local apropriado para sua segurança. “A institucionalização, mais do que uma “profissionalização” deste atendimento, é compreendida como uma necessidade para que os potenciais do arquivo aos estudos do Brasil e de sua política possam ser maximizados” (DUARTE, 2018, p. 128).

Segundo o autor, a criação de uma instituição era a legitimação que faltava para que os documentos de Vargas deixassem de ser documentos de família e recebessem a chancela de patrimônio documental brasileiro, projetando, assim, ainda mais o nome do titular e mobilizando inúmeros arquivos que, em pouco tempo, chegariam à Fundação.

Além de ser entendido como uma espécie de “memorial”, o arquivo de Getúlio Vargas também é compreendido como um elemento estratégico para a consolidação do CPDOC (...) esta doação conta com potencial de chamariz para a incorporação de novos arquivos de pessoas que partilharam de seu governo (DUARTE, 2018, p.130).

O autor sinaliza como a relação de parentesco de Celina, que contatava diretamente as famílias, bem como a notoriedade dos primeiros arquivos doados, como o de Oswaldo Aranha e Gustavo Capanema, legitimou o trabalho da instituição. Como consequência, o CPDOC abrigou, até o final da década de 1990, 144 fundos de personalidades políticas da história do Brasil contemporâneo.

Como vimos, esses “valores investidos” podem estar relacionados a diversos critérios, como a natureza e a missão da instituição, a relevância do titular para as pesquisas, a notoriedade exercida no seu campo profissional etc. Assim, é importante compreendermos que as ações institucionais envolvendo os processos de aquisição são, antes de tudo, políticas, pois levam em consideração aspectos construídos para atender a uma demanda de interesse próprio, definindo, a partir daí, o que será preservado. Esse *jogo de legitimação*, como afirma Heymann (2012), permite que tanto as instituições arquivísticas, quanto os fundos custodiados, confirmem autoridade uns aos outros, legitimando, assim, suas existências.

É possível afirmar que grande parte do interesse na preservação dos arquivos pessoais vem da busca pelo reconhecimento da figura do titular e da sua obra. Sobre essas expectativas, Emmanuelle Lambert (2018) faz uma reflexão a partir da institucionalização do arquivo do escritor Alain Robbe-Grillet, pelo Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine (Imec), em 1988. A autora chama a atenção para a relação, muitas vezes complexa, entre os produtores, os arquivos e as instituições custodiadoras. No caso de Robbe-Grillet, o interesse do produtor não se limitou à preservação de seu acervo. Mesmo após a venda do arquivo para o Imec, o escritor manteve-se ativo nas ações que envolviam sua documentação.

Diferente da maioria dos arquivos do Instituto, o acervo de Robbe-Grillet foi comprado e não recebido em depósito, caso em que os autores ou detentores de seus direitos continuam mantendo sua propriedade. Segundo a autora, em um primeiro momento, a escolha pela venda não se apresentou como um problema para o escritor, que não se incomodava com a “violência simbólica” (LAMBERT, 2018, p.296) de entregar seus arquivos; entretanto, com o tempo tornou-se uma relação delicada para a instituição. Lambert ressalta ainda que essa interferência poderia impactar de alguma maneira no estatuto particular do fundo e sua nova configuração legal e administrativa por se tratar de um arquivo comprado cujo autor estava vivo, “misturando-se as noções de patrimônio e propriedade” (p.289).

Heymann (1997), no artigo “*Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Müller*”, analisa as inúmeras problemáticas que envolvem a “formação” dos arquivos pessoais, desde a sua acumulação até a sua aquisição pelas instituições de custódia, que se encarregam de lhes conferir a chancela de documento histórico.

A autora indaga os aspectos sociais que contribuem para a construção de determinados arquivos pessoais e para a preservação da memória de alguns titulares, observando critérios de seleção que são estipulados e reconhecidos nesses processos. Dois aspectos são objetos de análise com relação a esse último ponto: os acervos identificados como relevantes para a pesquisa histórica e o impacto que essa avaliação exerce sobre os profissionais responsáveis pela organização desses acervos nas instituições de guarda.

Ao apresentar os diversos elementos que envolvem a institucionalização dos arquivos pessoais, Heymann descreve a *ilusão da unidade*, que seria a ideia de integralidade do arquivo e representação total das atividades de seu titular; ilusão que desconhece todas as possíveis interferências sofridas pelo conjunto documental ao longo de sua trajetória, tanto no processo de acumulação por parte do produtor, como no processo de doação. Tal ilusão de completude também afetaria o processo de organização da documentação, já que não é incomum que os

profissionais responsáveis pelo tratamento do arquivo também o considerem como uma representação total da trajetória do titular. Diversas ocorrências, porém, podem contradizer essa ilusão, como processos de acumulação lacunares, a dispersão de fundos por parte dos herdeiros ou mesmo uma seleção por parte do doador na intenção de enaltecer ou omitir determinados períodos da vida do titular.

Outro aspecto ressaltado diz respeito aos critérios de seleção dos acervos estabelecidos pelas instituições e pelos próprios profissionais responsáveis por seu tratamento. A escolha pela custódia de alguns arquivos, geralmente eleitos pelo prestígio do seu titular ou relevância para a instituição, não eliminaria uma segunda forma de seleção, dessa vez interna aos conjuntos documentais. A autora sugere que, muitas vezes, contrapõem-se documentos considerados como de *valor histórico* e documentos menos valorizados, que ocupam lugares secundários nas etapas de arranjo e descrição e que integrariam o que designa como *lixo histórico*.

Analisemos mais detidamente o papel do documentalista na "produção" do arquivo enquanto fonte (...). No seu caso, no entanto, trata-se de uma subjetividade submetida à pragmática que orienta o trabalho arquivístico, mais silenciosa, mas nem por isso menos efetiva. Melhor seria falar de um plano invisível de subjetividade e intervenção, na medida em que não se revela, ocupando um espaço de sombra. É ofuscado, de um lado, pela materialidade do arquivo, indissociavelmente vinculado ao titular de quem empresta o nome e, de outro, pela obra produzida a partir das fontes, cuja autoria é igualmente reconhecida (HEYMANN, 1997, p.49).

Fica evidente, a partir dessa reflexão, que o papel exercido pelos profissionais das instituições é uma análise importante quando se pretende compreender as negociações que formalizam os processos de aquisição, pois quase sempre cabe a eles estabelecer as possibilidades, sejam elas através das normativas ou de contextos propícios para o recebimento dos novos acervos.

2.2 Os conceitos de aquisição e custódia de acervos

Esta parte do trabalho propõe-se a apresentar os conceitos fundamentais de aquisição e custódia que irão servir de base para a realização desta pesquisa.

2.2.1 Reflexões sobre aquisição de acervos arquivísticos

Embora nosso objeto de estudo concentre-se na aquisição de acervos arquivísticos, é importante compreendermos que o conceito de aquisição estende-se também a instituições como bibliotecas, museus, centros de memória e centros de documentação.

Troitiño (2017)¹⁴ afirma que existem diversas formas de captação de documentos de valor histórico/social por uma instituição de guarda, existindo também diversos processos que regulamentam a situação jurídica do *corpus documental* a ser incorporado. A entrada desses documentos nas instituições, segundo a autora, pode ocorrer através de um sistema ordinário, que seria um tipo de transferência ou recolhimento de documentos “que se produz no seio de um sistema arquivístico sem interferências externas” (TROITIÑO, 2017 apud CRUZ MUNDET, 2015) e por via extraordinária, que se configuraria na compra ou na doação de um acervo. Se por um lado a transferência ordinária decorre do ciclo de vida dos documentos, obedecendo a critérios institucionais da gestão documental, a aquisição extraordinária precisa garantir que o acervo, objeto de compra ou doação, se relacione com a linha institucional e com acervos já custodiados por ela.

Destacamos no quadro 1 abaixo algumas definições do conceito de aquisição presentes em dicionários de referência da área:

Quadro 1 - Definição do conceito de aquisição em dicionários da área arquivística

FONTE	DEFINIÇÃO	ANO
Dicionário de Terminologia Arquivística ¹⁵	Ação formal em que se funda a transmissão de propriedade de documentos e arquivos.	1996
Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística ¹⁶	Ingresso de documentos num arquivo, seja por comodato, compra, custódia, dação, depósito, doação, empréstimo, legado, permuta, recolhimento, reintegração ou transferência. Ver também registro de entrada de documentos.	2005

¹⁴ Sonia Troitiño, no artigo “De interesse Público: Política de Aquisição de acervos como instrumento de preservação de documentos”, de 2017, discute a importância do estabelecimento e implementação de políticas de aquisição de acervo em instituições de custódia de documentos, especialmente as voltadas para a preservação de arquivos e coleções de origem privada.

¹⁵ Publicado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 4).

¹⁶ Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE), publicado pelo Arquivo Nacional em 2005.

Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia ¹⁷	Conjunto de documentos que foram recebidos por um arquivo durante determinado período, por transferência, recolhimento, compra, doação ou legado.	2008
--	---	------

Fonte: elaborado pela autora.

Nos arquivos públicos, os documentos classificados como de valor permanente são encaminhados em um processo conhecido na gestão documental como recolhimento, definido pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística como “1. Entrada de documentos públicos em arquivos permanentes com competência formalmente estabelecida. 2. Operação pela qual um conjunto de documentos passa do arquivo intermediário para o arquivo permanente” (DIBRATE, 2005, p. 143).

No que se refere aos arquivos privados, especificamente os arquivos pessoais, o recolhimento estabelece-se através da negociação entre o doador e a instituição. É importante ressaltar que, embora a legislação regulamente o processo de aquisição¹⁸, ela não define as normativas desse processo, cabendo às instituições estabelecerem, na forma de política interna, os critérios para a aquisição de seus acervos. Em se tratando de instituições públicas, essa aquisição ocorre, na maior parte das vezes, por meio de doação.

A aquisição por doação é resultante da “cessão gratuita e voluntária de propriedade feita por uma entidade coletiva, pessoa ou família” (DIBRATE, 2005, p.72) e validada juridicamente por um documento chamado “termo de doação”.

Sobre a aquisição dos arquivos pessoais, podemos observar que a custódia desse tipo de acervo possui em sua origem dois principais fundamentos. O primeiro está relacionado a critérios estabelecidos pelas próprias instituições que, na forma de políticas e normativas, buscam adquirir acervos cuja temática se relacione às atividades desenvolvidas por elas, justificando assim sua missão institucional. O segundo está ligado aos anseios do próprio titular, família ou responsável que, movidos por diferentes objetivos, buscam preservar esses conjuntos documentais.

A partir dessas considerações, podemos compreender que o processo de institucionalização de um acervo está ligado, sobretudo, ao interesse de preservá-lo, sendo a

¹⁷ CUNHA; CAVALCANTI (2008, p. 20-21).

¹⁸ A Lei 8.159 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, em seu capítulo III, ao tratar dos Arquivos Privados, estabelece no Art. 12 que “Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional”.

aquisição um elemento a chave nesse processo. A aquisição representa a seleção do que se constituirá como documento histórico.

A preservação dos arquivos pelas instituições está sujeita a critérios de seletividade, em razão da impossibilidade de se preservar os registros documentais em sua totalidade e em razão das escolhas e seleções justificadas pela relevância de determinados arquivos em relação a outros. Nesse sentido, o processo decisório que antecede a preservação ocorre em meio a disputas que, ao mesmo tempo que preservam, também excluem. Contudo, a aquisição é uma ação política fundamental à preservação (BORGES, 2014, p.16).

Assim, além de apresentarmos as definições e os conceitos de aquisição e custódia, tratados aqui no âmbito arquivístico, torna-se relevante, também, refletirmos sobre a importância dessas práticas dentro de um processo maior que visa à preservação do patrimônio documental.

Em conferência realizada em 2011, na Universidade Federal Fluminense (UFF), Sérgio Conde de Albite Silva apresentou o artigo *“Fatos, Atos e Hiatos na preservação em arquivos”*. Nele, o professor busca refletir sobre como a preservação é ou deve ser entendida como uma função arquivística. Através de uma série de indagações, ele busca provocar os agentes institucionais a pensarem sobre a prática de preservação e qual o papel que ela ocupa nos arquivos.

A proposta é apontar para as ações conscientes não apenas dos profissionais, mas da própria instituição, observando principalmente o lugar que a preservação ocupa dentro desses espaços. Se por um lado alguns segmentos da Arquivologia têm revisto seus conceitos reconfigurando aspectos teóricos e metodológicos, por outro, ainda falta compreender o lugar ocupado pela preservação. Segundo Silva, as tecnologias digitais apesar de proporem novas formas de intervenção nos processos de preservação, não transformaram a forma como ela é essencialmente compreendida, perpetuando assim a ideia, inclusive entre os profissionais da área, de que essas atividades estão ligadas à intervenção direta nos suportes.

A necessidade de uma metodologia que pudesse gerir o exponencial fluxo documental, a partir da segunda metade do século XX, deu origem aos procedimentos técnicos referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos que conhecemos como gestão de documentos. De modo geral, um programa de gestão de documentos permite a simplificação e racionalização dos procedimentos, análise do fluxo documental nas fases corrente e intermediária, proporcionando agilidade no acesso às informações e na tomada de decisões dentro de uma instituição. Entretanto, por estar quase sempre associada às

necessidades dos arquivos permanentes, a preservação dificilmente é pensada como uma fase a ser contemplada em um programa de gestão.

De acordo com Silva (2011), a falta de inserção das ações de preservação nas atividades de gestão e nas normativas institucionais precisa ser problematizada. Ele apresenta uma série de levantamentos nos quais avalia o quanto a preservação está longe de ser objeto de interesse não só das instituições, quanto da própria formação dos profissionais, que quase sempre ignoram a necessidade da preservação nas ações de planejamento e, quando as inserem, acabam não as relacionando às políticas institucionais. É raro, nos trabalhos que propõem projetos de preservação de acervo, uma discussão que questione sua aplicabilidade levando em consideração, por exemplo, seus recursos financeiros.

Frente a todos esses questionamentos, há uma que talvez possa ser considerada a maior novidade na preservação: a associação da preservação à política (novamente, como consta do tema desta plenária). No entanto, se formos aprofundar um pouco mais é possível perceber que essa associação se dá muito mais pelo fascínio e popularidade que o termo “política” goza nos dias de hoje do que por ser uma afirmação bem delimitada, conceitualmente verticalizada e metodologicamente consistente. Em certo grau, tal fragilidade se evidencia pela tendência de se confundir discurso com ação. É possível constatar, ainda que empiricamente, que preferimos a reação ao planejamento. Fazemos poucos e raros planos. E, quando os fazemos, não os seguimos. Ora, dessa forma, seria possível falar em preservação como política? (SILVA, 2011, p. 133).

Além de uma lacuna entre os planejamentos e as ações referentes à preservação, há também uma descontinuidade nos projetos quando iniciados, o que na prática inviabiliza suas atividades de serem vistas e compreendidas como diretrizes institucionais (SILVA, 2011).

No artigo *“Política de aquisição: uma reflexão em torno das questões que orientam o processo de ampliação dos acervos institucionais”*, Oliveira (2012, p.115) chama a atenção para a importância de um debate mais amplo em torno das questões relacionadas à aquisição em instituições responsáveis pelo patrimônio arquivístico, uma vez que o impacto das aquisições está diretamente ligado ao crescimento do acervo e à sua preservação. Esse debate, segundo ela, ainda encontra-se obscuro “no âmbito da estratégia e das ações institucionais (...). Minha hipótese é que as instituições persistem em uma perspectiva sem uma visão gerencial dos arquivos”.

A política arquivística de aquisição envolve minimamente a definição de prioridades e metas a curto, médio e longo prazo; o estabelecimento da relação custo-benefício para orientação do processo decisório, a elaboração de rotinas e procedimentos; a captação e gerenciamento de recursos; a necessidade de elaboração de projetos específicos; o estabelecimento de ações de

intervenções físicas, de vistorias, de reprodução para preservação e para acesso; e também a inovação de processos (OLIVEIRA, 2012, p.121).

Assim, Oliveira (2012) reafirma a importância de a missão institucional integrar, de maneira mais consistente, os projetos de gestão. Segundo ela, se a instituição tem como objetivo preservar documentos referentes a uma determinada temática social, esse objetivo deve aparecer tanto nas suas linhas de acervo, quanto nas suas políticas de captação e aquisição. Isso ajudaria a instituição não apenas a definir seus projetos de ampliação, como também a estabelecer a infraestrutura necessária à realização das suas aquisições e permanência de seus acervos.

2.2.2 Reflexões sobre custódia de acervos arquivísticos

Na tese *“O arquivo e o lugar: a custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos”*, Silva (2017) reflete sobre o conceito de custódia, demonstrando de que modo ele é responsável pelas ações de preservação e acesso no campo arquivístico.

A autora afirma que, apesar do peso da responsabilidade jurídica que recai sobre o conceito de custódia, o significado primário desse conceito, segundo um levantamento nos dicionários e glossários sobre o termo, era “guarda, conservação ou proteção, e não propriedade, ainda que a concepção jurídica de propriedade pública seja importante para a definição de documentos públicos, especialmente no mundo anglo-saxão” (SILVA, 2017, p.25).

O estudo busca compreender o conceito de custódia em diversos campos da Linguística e do conhecimento jurídico. De acordo com Silva, há inúmeros significados do conceito que podem estar ligados a uma ideia de prisão, cadeia, prisioneiro, menor etc., ou à proteção, guarda, conservação, tutela, vigilância, posse, segurança e responsabilidade, conforme o quadro 2.

Quadro 2 - Definição do conceito de custódia em dicionários da área arquivística

FONTE	DEFINIÇÃO	ANO
Dicionário de Terminologia Arquivística de Ivone Alves	Guarda física de documentos e/ou arquivos, com a consequente responsabilidade jurídica, sem necessariamente implicar a sua propriedade	1993

Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística	Responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independentemente de vínculo de propriedade	2005
Dicionário de Terminologia Arquivística de Camargo e Bellotto	Responsabilidade jurídica, temporária ou definitiva, de guarda e proteção de documentos dos quais não se detém a propriedade	2010

Fonte: SILVA (2017, p.38-39).

Quando analisamos o uso do conceito de custódia nos arquivos públicos, encontramos em quase todos os dicionários da área uma noção de responsabilidade jurídica que envolve a proteção dos documentos com a finalidade de preservação, mas que não necessariamente implica a propriedade sobre o material custodiado. “No âmbito dos arquivos, esse aspecto é central porque diz respeito a quem tem autoridade sobre os documentos e como é exercida essa proteção e como se realiza a preservação” (SILVA, 2017, p.48).

Nesse sentido, a instituição de guarda tem o papel de “custodiador confiável”.

Assim, ao qualificar o custodiador como confiável significa que ele precisa demonstrar que é um agente independente do produtor e tem como finalidade precípua assegurar a proteção dos documentos e seu acesso, bem como implementar todas as condições que viabilizem a preservação.

O custodiador confiável é um preservador de documentos, isto é, uma entidade responsável pela custódia física e legal dos documentos do produtor e por sua preservação, entendida como proteção e garantia de acesso contínuo aos documentos (InterPARES 2 PROJECT, ([2011b]) (SILVA, 2018, p. 52).

Pensar na ação da instituição, representada não apenas pelo arquivista, mas pelo corpo profissional que atua na função desse custodiador confiável, implica em perceber a importância das ações para além da aquisição, ou seja, pensar a aquisição como um conjunto de atividades que possam garantir a integridade física e intelectual dos arquivos.

Macedo (2018), ao refletir sobre a ordem original em arquivos pessoais, analisa sobre a dificuldade de se manter a completude nesse tipo de acervo que é, por infinitas vezes, contextualizado e recontextualizado por seus produtores, guardiões e por profissionais que atuam na sua custódia.

As ações realizadas pelos sucessores ou custodiantes dos arquivos podem significar o desmembramento dos conjuntos reunidos pelo produtor. A retirada de documentos sem a recolocação em seu lugar original e a destruição dos mesmos por diferentes razões, de forma direta ou indireta, assim como a doação ou venda dos documentos separadamente, fragilizam a formação

documental no que tange à sua característica orgânica (MACEDO, 2018, p. 182).

A visão do arquivista como um indivíduo neutro, imparcial, cujas atividades são isentas de todo e qualquer impacto social, tem sido cada vez mais questionada. A tradição arquivística, muito influenciada pela perspectiva de Jenkinson, percebe o arquivista como um grande responsável pela custódia dos arquivos a partir da sua entrada nas instituições, onde a atuação prevê ao máximo a manutenção das características de imparcialidade e autenticidade dos documentos arquivísticos.

A ideia de Jenkinson sobre o papel do custodiante, como um responsável pela defesa física e moral, isto é, no sentido de proteger a autenticidade dos documentos, significa que esse custodiante tem um compromisso com os próprios documentos e não com os criadores nem com os usuários. Essa seria a sua finalidade impessoal e funcional (SILVA, 2017, p.152).

Schellenberg (2006), ao abordar a temática da custódia aplicada à arquivologia ressalta como ponto de divergência no processo de custódia a questão da sua funcionalidade (*records/archives*). A diferença primária dessas funções arquivísticas que classificam o documento pela sua finalidade vai determinar também a sua perspectiva de preservação que, para ser validada, deve superar o objetivo para o qual o documento foi criado. Assim, a necessidade da preservação será reconhecida pelo valor cultural e histórico que esse documento adquire, mesmo após ter cumprido as suas funções primárias. É o valor informacional dos dados nele contido que legitimará a sua custódia. Compreendemos dessa forma que a ideia de custódia física e de custódia legal é muito particular dos arquivos americanos, onde

Os produtores detêm a custódia física, mas a custódia legal, a propriedade, só pode ser exercida pela instituição arquivística e apenas naqueles documentos que foram selecionados para a preservação permanente e destinados à custódia da instituição arquivística. Isto significa que a divisão entre *records* e *archives* não é somente uma opção intelectual, mas ganhou forma legal, na divisão entre custódia física, no caso dos primeiros, e custódia legal, para os *archives* (SILVA, 2015, p.220, grifo da autora).

2.3 As Políticas Institucionais de Aquisição e Descarte de Acervos

Para melhor compreendermos as ações que viabilizam os processos de aquisição de arquivos pessoais pelas instituições de guarda, é de suma importância refletirmos sobre a existência e a aplicabilidade de políticas institucionais que amparam esses processos.

Esta parte do trabalho tem como objetivo analisar as políticas e diretrizes estabelecidas por importantes instituições de guarda no Brasil, observando que objetivos orientam a criação

desses instrumentos e que aspectos são mais contemplados nos processos que envolvem a aquisição e o descarte de acervos. Foram selecionadas para análise a Política de Aquisição e Descarte de Acervos do MAST, elaborada em 2011, levando em consideração dois importantes documentos produzidos pela instituição anos antes: a Política de Preservação de Acervos Institucionais (1995) e a Política de Segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus (2006), bem como instrumentos elaborados por outras instituições, como o Programa de Incorporação de Acervos da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), publicado em 2014, e as Diretrizes para Aquisição de Acervos Arquivísticos da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), de 2015¹⁹.

Embora o documento que rege a aquisição de acervos arquivístico da MAST tenha sido publicado em 2011, a instituição possui algumas publicações anteriores, nas quais as atividades de aquisição, preservação, segurança, avaliação e descarte de acervo já vinham sendo objeto de reflexão. A análise dessas políticas e normativas foi fundamental para a compreensão do documento elaborado em 2011, além de apontar o interesse do Museu, ainda nos anos de 1980, em ampliar a discussão sobre as normatizações de seus procedimentos com outras instituições de guarda.

Em 1995, o MAST, em parceria com o Museu da República, elaborou um documento de *Política de Preservação de Acervos Institucionais*. Pela primeira vez, instituições dedicadas à preservação de bens culturais organizaram-se para refletir sobre os princípios que regulamentariam suas atividades. O documento tinha como objetivo suscitar o debate entre os profissionais da área sobre a importância da criação de políticas de preservação que criassem normativas e diretrizes voltadas para a conservação dos acervos.

A inexistência de documentos que orientassem e/ou normatizassem as ações ligadas à preservação da integridade dos bens de caráter global, motivou o MAST para, em parceria com o Museu da República, abrir a discussão a outros profissionais de áreas afins, objetivando a formulação de uma política que auxiliasse outras instituições na elaboração de normas e critérios gerais, e que envolvesse os principais aspectos que caracterizam a preservação do bem cultural (MAST, 1995, p.11).

Segundo o documento, a iniciativa das instituições resultava da falta de ações políticas de instâncias superiores, fruto de uma cultura que pouco valorizava a preservação das memórias nacionais e, conseqüentemente, a preservação de seus acervos. Assim, ainda que esses princípios tenham sido estabelecidos para a preservação de acervos custodiados, eles poderiam

¹⁹ É importante ressaltar que a escolha das referidas instituições ocorreu por tratar-se de instituições de preservação, cuja missão assemelha-se a do MAST, além de terem produzido os seus documentos de aquisição na mesma década, em um curto espaço de tempo.

tornar-se um instrumento de conscientização e incentivo da preservação de bens culturais fora dos ambientes institucionais, atendendo à preservação de arquivos privados, museus e bibliotecas comunitárias, ecomuseus etc.

Sobre a seleção/aquisição de acervos, o documento estabelece que o processo de seleção, que antecede a aquisição, deve estar de acordo com os princípios institucionais e com uma política de aquisição previamente elaborada que esteja

(...) em conformidade com sua filosofia, seu perfil, o histórico institucional, o acervo já existente, os trabalhos desenvolvidos e por desenvolver junto ao público, de maneira que contribua de forma positiva para a manutenção dos objetivos propostos, norteando as aquisições pertinentes e descartando as inadequadas (...) (MAST, 1995, p.20).

Para isso, seria necessário a formação de uma comissão permanente responsável pela seleção do acervo a ser incorporado, cabendo a ela a responsabilidade de elaborar pareceres técnicos que legitimassem a entrada do acervo nas instituições. Essa comissão deveria ser composta por um grupo diversificado de profissionais representando todos os setores, com o intuito de minimizar a subjetividade nos processos de aquisição de acervo.

Outro ponto relevante diz respeito à importância dos registros do acervo. É indicado que as instituições recolham o máximo de informações possível sobre os bens que estejam em processo de institucionalização, bem como documentem toda ação, “munindo-se de instrumentos legais que possam comprovar a aquisição a qualquer tempo” (MAST, 1995, p.20), estando a instituição subordinada à legalidade do sistema político no qual está vinculada.

Sobre as ações de descarte, o documento afirma que devem obedecer às mesmas regras éticas e profissionais, sendo claramente fundamentadas, evitando que haja quaisquer dúvidas quanto à sua legalidade. É importante pontuar que, sobre os acervos arquivísticos, a legislação brasileira dispõe de regras para a eliminação. A Lei 8.159/91 prevê em seu artigo 9º que “a eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência” (BRASIL, Lei 8159/91), sendo os documentos de valor permanente - como os arquivos pessoais - inalienáveis e imprescritíveis.

Fica evidente no documento a preocupação em se estabelecer normativas que respaldem os processamentos técnicos estabelecidos pelas instituições. “A instituição deve estabelecer normas técnicas e critérios que possibilitem a padronização das atividades de processamento técnico, especialmente quando executadas pelas diferentes unidades administrativas” (MAST, 1995, p.21).

Como consequência das ações de incentivo geradas pela Política de Preservação de Acervos Institucionais em 1995, em 2006, o MAST, em parceria com o Museu Villa-Lobos, publicou uma Política de Segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus²⁰, na qual também reafirmou a necessidade das instituições de definirem uma política de aquisição e descarte pertinente às suas linhas de atuação. De acordo com a publicação, entende-se por política de aquisição e descarte:

(...) documento que explicita os critérios e procedimentos para a aquisição e descarte de bens culturais, fundamentando-se em princípios e normas técnicas, com o objetivo de minimizar a subjetividade nos processos de aquisição e descarte. Deve ser elaborada conforme a filosofia, o perfil e o histórico da instituição, de forma a evitar que o processo seletivo seja realizado de maneira inconsistente ou propicie, no futuro, dúvidas quanto à sua legalidade (MAST, 2006, p. 96).

Em 2011, o MAST, através da Comissão Permanente de Aquisição e Descarte de Acervo (COPAD), elaborou sua Política de Aquisição e Descarte de Acervos. O documento teve como principal objetivo regularizar a aquisição e o descarte de acervos arquivísticos, museológicos e bibliográficos, oferecendo subsídios à tomada de decisão.

Ele estabelece critérios, diretrizes e procedimentos com o objetivo de orientar a análise e a coleta do acervo a ser adquirido. Esta política é baseada na missão institucional do MAST e é uma consequência de sua política de pesquisa. Os principais objetivos da Política de Aquisição e Descarte de Acervos são:
 Adquirir acervos em consonância com as linhas de pesquisa do MAST;
 Dar transparência e seriedade ao processo decisório e respaldo à tomada de decisão;
 Manter o equilíbrio e a integridade na formação do acervo;
 Melhorar a organização e otimização das atividades;
 Respeitar a identidade dos acervos;
 Viabilizar o descarte de acervos não pertinentes a esta política do MAST (MAST, 2011, p.3).

A primeira parte do documento conta com uma apresentação da instituição, contendo o histórico da formação do Museu e o detalhamento do acervo. A segunda parte aponta as diretrizes para a aquisição dos acervos.

O acervo museológico é composto por uma coleção de objetos científicos e tecnológicos que vão de mobiliários a instrumentos de pesquisa, quase todos (cerca de 2000)²¹ oriundos do

²⁰ “Em 1997, o Museu de Astronomia e Ciências Afins e o Museu Villa-Lobos iniciaram a elaboração de uma política de segurança que atendessem às necessidades brasileiras. Foi feito um contato inicial com David Liston, então secretário do ICMS/ICOM e membro do Departamento de Proteção do Smithsonian Institution, e que possuía uma ampla experiência na área de segurança em museus. Ele sugeriu que nós fizéssemos um levantamento da situação de segurança dos museus brasileiros (...)” (MAST, 2006, p.13).

²¹ Referência do documento de Política de Aquisição e Descarte de Acervos, produzido em 2011, não atualizado.

Observatório Nacional (ON), caracterizando o MAST como um museu de ciência e tecnologia. Grande parte do acervo museológico foi doada, com seus arquivos pessoais, por institutos de pesquisa ou pelos familiares dos cientistas.

A coleção museológica é uma das mais importantes do gênero. É composta de instrumentos científicos que foram utilizados em serviços e pesquisas, como a determinação e a transmissão da hora legal do país, a previsão do tempo, as efemérides astronômicas, a demarcação das fronteiras brasileiras, o mapeamento magnético do solo brasileiro, nas comissões contra os efeitos das secas e nas de melhoramento dos portos (MAST, 2011, p.5).

O acervo arquivístico é composto pelos arquivos institucionais, que são documentos provenientes das atividades da instituição, mas que foram classificados como documentos permanentes devido ao seu valor histórico ou legal, e por arquivos pessoais de cientistas e pesquisadores que de algum modo estiveram ligados ao desenvolvimento da ciência no Brasil. Também compõem o acervo arquivos de instituições e associações científicas.

Constituem-se, especialmente os arquivos pessoais, em fontes únicas que, antes desconhecidas ou inacessíveis aos pesquisadores, encontram abrigo no MAST, que os trata e os tornam acessíveis à consulta. Os documentos do Arquivo de História da Ciência têm sido procurados por pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Sua base de dados está disponível para consulta na internet, o que vem facilitar, agilizar e ampliar o acesso ao acervo. Recentemente, o Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil recebeu da UNESCO o título de “Memória do Mundo” devido à sua importância para a pesquisa histórica (MAST, 2011, p.6).

O acervo bibliográfico possui grandes coleções, muitas delas adquiridas com os arquivos de cientistas e instituições científicas. Por contar com publicações especializadas, a biblioteca do Museu tornou-se referência na área da ciência recebendo uma grande quantidade de pesquisadores. Em 2011, ano da publicação da política de aquisição, a biblioteca contava com mais de 8.000 livros nas áreas de ciência e tecnologia.

Sobre a responsabilidade pela gestão desses acervos, fica a cargo do Núcleo de Conservação e Documentação do Acervo Museológico (NUDCAM) vinculado à Coordenação de Museologia (COMUS), o registro, a guarda e a conservação dos acervos tridimensionais, assim como a elaboração de manuais para a gestão do acervo museológico. Os acervos arquivísticos e bibliográficos estão sob a responsabilidade da Coordenação de Documentação e Arquivo (CODAR), onde o Arquivo de História da Ciência (AHC) é responsável pela guarda, organização, conservação e acesso dos arquivos pessoais de cientistas, e o Serviço de Biblioteca e Informação Científica (SBIC) pela aquisição, organização, conservação e acesso ao acervo bibliográfico.

Na seção dedicada às orientações para aquisição e descarte, o documento conta com as diretrizes gerais e específicas para cada tipo de acervo. De forma geral, o documento indica que o acervo incorporado pelo MAST deve estar de acordo com as finalidades e objetivos da instituição, respeitar os critérios do Plano Diretor e da Política de Aquisição, atentar à origem dos acervos e não adquirir, sob *nenhuma hipótese*, aqueles cuja proveniência seja duvidosa ou desconhecida e, finalmente, respeitar o código de ética estabelecido pelos órgãos que atuam na área. O documento sinaliza ainda que a aquisição de acervos *fora das áreas de interesse estabelecidas por esta Política* pode ser feita a caráter de exceção, quando aprovado pela COPAD, cabendo às coordenações a gestão e a segurança dos acervos.

Qualquer que seja o acervo a ser adquirido, o MAST deve avaliar, além de sua importância histórica e científica:

- a. os custos com transferência, conservação, armazenamento e manutenção;
- b. a importância política deste acervo para o MAST;
- c. tamanho, volume ou quantidade do acervo;
- d. estado de conservação, avaliando os recursos humanos e materiais necessários para sua preservação;
- e. capacidade de armazenamento, evitando o comprometimento da integridade dos acervos prioritários, no que se refere à preservação e segurança;
- f. ameaça de perda, destruição ou venda para o exterior (nestes casos, pode-se considerar a possibilidade de guarda provisória para posterior encaminhamento para outra instituição mais apropriada);
- g. consequências do deslocamento do acervo de seu contexto histórico original de produção, dos possíveis prejuízos locais e da mudança de ambiente para o acervo;
- h. a existência de instituição regional que também reivindica a guarda do acervo, e que garante poder mantê-lo em boas condições de guarda;
- i. eventuais prejuízos ou danos com o deslocamento do acervo (MAST, 2011, p.7-8).

Para que a relevância do acervo seja avaliada, é necessário que para cada proposta de aquisição seja formado um dossiê contendo o maior número de informações possíveis sobre seu conteúdo e sua trajetória que, enviado a COPAD, será analisado, podendo a comissão, sempre que achar necessário, consultar um especialista externo ao MAST.

Sobre as diretrizes específicas, o documento estabelece o seguinte como critérios gerais para aquisição de acervos arquivísticos:

- a) Não há restrições cronológicas, sendo o acervo atual concentrado no século XX;
- b) Não há restrições quanto ao gênero documental (textual, iconográfico, cartográfico, sonoro);
- c) Não há restrições quanto ao suporte (papel, eletrônico, digital, magnético), desde que tenham relação entre si;
- d) Documentos bibliográficos e museológicos, que tenham relação orgânica com o conjunto documental;

- e) O MAST, excepcionalmente, poderá receber acervos de outras instituições ou pessoas, por meio de Comodato ou Empréstimo.
- f) O MAST poderá firmar parceria para a realização de consultoria ou coordenação de projetos para organização, preservação e divulgação dos acervos institucionais. (MAST, 2011, p.12).

Uma vez que o acervo arquivístico do MAST compreende o Arquivo de História da Ciência, composto por arquivos pessoais de cientistas, arquivos institucionais de associações científicas e coleções, bem como o arquivo institucional do próprio Museu, o documento estabelece as diferenças quanto à sua aquisição.

Sobre os arquivos pessoais de cientistas e pessoas ligadas à história da ciência, o documento determina que:

Serão adquiridos arquivos de cientistas, técnicos, professores e gestores de ciência e tecnologia, com atuação relevante no cenário científico e tecnológico brasileiro, nas áreas de ciências exatas e da terra e engenharias, segundo a classificação das áreas de conhecimento do CNPq, nas áreas de ciências naturais, segundo a classificação por disciplinas da History of Science Society²², a saber: astronomia, cosmologia, física, química, matemática, ciências da terra e atmosféricas, geografia, cartografia e explorações; e história da ciência e da tecnologia e museologia.

Poderão ser adquiridos, ainda, arquivos pessoais de diretores e presidentes de associações científicas; de agências públicas de fomento a C&T; de professores com papel importante na formação de pesquisadores; e profissionais com trabalho científico de repercussão internacional. Os critérios de avaliação são: Importância do cientista e relevância de sua obra para a história da ciência e tecnologia; Conteúdo representativo da atuação do cientista; e Capacidade de atribuição de proveniência (MAST, 2011, p.13).

Sobre a aquisição de coleções, o documento estabelece que elas poderão ser aceitas de maneira não prioritária e caso o seu conteúdo esteja de acordo com a área de atuação do Museu, não sendo aceitas coleções formadas por reproduções de documentos. No caso do recebimento de livros e objetos museológicos com os arquivos pessoais, aqueles serão encaminhados às coordenações responsáveis, recebendo o tratamento adequado, com exceção de livros avulsos que, por não caracterizarem coleção, permanecerão junto ao acervo arquivístico.

O documento prevê, ainda, a possibilidade de troca e intercâmbio de acervos caso seja do interesse do Museu, podendo essas ações ocorrerem em caráter temporário ou permanente, sempre mediante um “processo institucional com todas as garantias e obrigações de ambas as partes” (MAST, 2011, p.14). A troca e o intercâmbio serão proibidos, entretanto, em caso de documentos avulsos ou em acervos em que há constante consulta.

²² Nota do Autor: “Disciplinary Classification (2006)”.

Em relação a restrições de acesso e formas de descarte, a política determina que cabe à instituição a prerrogativa de analisar as possíveis restrições de acesso, devendo também verificar de maneira minuciosa a necessidade de eliminação de documento. No caso dos arquivos pessoais que chegam ao MAST, já avaliados e selecionados por seus doadores, não cabe ao Museu nenhuma interferência. Entretanto, no caso dos acervos encaminhados que necessitam de avaliação, os mesmos serão analisados de acordo com: “a) Atribuição de proveniência; b) Pertinência; c) Conteúdo; d) Legibilidade; e) Representatividade no contexto do acervo e f) Número de cópias” (MAST, 2011, p.14). Se forem acervos de instituições científicas, essas avaliações levarão em consideração a Tabela de Temporalidade das suas instituições de origem.

A aquisição de arquivos institucionais só é prevista no documento no caso de extinção de órgãos ou instituições. Nesse caso, ocorre uma guarda temporária, *aceita em situações excepcionais*, até que a instituição ou órgão de origem possa reaver sua documentação. Seguindo esse critério, poderiam ser adquiridos:

- a) Arquivos de instituições de pesquisa em C&T;
- b) Arquivos de associações científicas e tecnológicas que não tenham sede (neste caso a aquisição será realizada mediante a assinatura de Termo de Comodato, ficando o MAST com a responsabilidade da preservação do acervo por tempo indeterminado, atuando como Arquivo Permanente da Associação);
- c) Arquivos de setores institucionais, laboratórios desativados e projetos concluídos, desde que referentes às suas áreas-fim (nestes casos, o MAST deverá se certificar do não interesse da entidade produtora na preservação dos acervos) (MAST, 2011, p.15).

Não é objeto de regulação da Política de Aquisição e Descarte o arquivo institucional do MAST. Sendo esse um acervo constituído por documentos referentes às diversas atividades do Museu, sua avaliação deve obedecer a uma Tabela de Temporalidade de Documentos elaborada segundo as normativas do CONARQ (Resolução nº 14/2001) por uma Comissão Permanente de Avaliação.

Após a criação da Política de Aquisição do MAST, em 2011, outras instituições foram motivadas a normatizar as suas atividades de aquisição de acervos.

Em 2014, a Fiocruz publicou o seu Programa de Incorporação de Acervos. O programa teve como objetivo integrar a Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde da COC, elaborada em 2013 para estabelecer os princípios gerais e as diretrizes para a preservação dos acervos culturais das ciências e da saúde sob a guarda da instituição. Entretanto, por se tratar de acervo muito diversificado, as especificações quanto à

aquisição e ao descarte dos acervos arquivísticos, bibliográficos, museológicos, arquitetônico e urbanístico ficaram a cargo do Programa de Incorporação de Acervos.

O objetivo do Programa, além de identificar possíveis acervos a serem adquiridos pela instituição, foi elaborar critérios para essas atividades de acordo com a “missão da COC e às Linhas Temáticas dos acervos da Casa de Oswaldo Cruz definidas pela Comissão Permanente de Acervos” (FIOCRUZ, 2014, p.3). Pelo fato de a COC pertencer à FIOCRUZ, essas linhas temáticas também estão relacionadas à história da ciência e da saúde no país.

O acervo arquivístico é caracterizado por fundos pessoais, institucionais, de outras instituições e coleções, sendo os primeiros formados por arquivos de cientistas e de outros profissionais que se destacaram em áreas relacionadas aos campos de atuação da Fiocruz.

Quanto à organização administrativa, os processos de aquisição/incorporação dos acervos arquivísticos da COC são de responsabilidade do Departamento de Arquivo e Documentação (DAD), formado por um grupo de profissionais de diversas áreas ligadas à preservação de acervos, como arquivistas, historiadores, técnicos em conservação etc. De acordo com o documento, o processo de incorporação depende de “recursos financeiros, humanos e tecnológicos necessários para proporcionar as condições ideais de acesso, conservação e gestão do acervo” (FIOCRUZ, 2014, p.8) e poderá ocorrer através de compra, doação, permuta ou recolhimento.

A aquisição por compra ou permuta de qualquer acervo deverá estar submetida à Comissão Permanente de Acervo, responsável por “avaliar propostas de incorporação e desincorporação de acervos em situações especiais, bem como atuar como instância de recursos reavaliando decisões tomadas pelas respectivas áreas técnicas” (FIOCRUZ, 2014, p.3). A possibilidade de compra de acervos deve levar em consideração ainda os recursos disponíveis de acordo com o orçamento da COC. Sobre as doações, estabelece-se que sejam gratuitas e voluntárias, por entidade coletiva, pessoa ou familiares, ressaltando a importância da assinatura do Termo de Doação, que assegura a legalidade dos acordos firmados pela instituição.

O programa determina, ainda, que o processo de incorporação de um bem ou acervo arquivístico da COC deve considerar os seguintes critérios:

- a. Estado de conservação e legibilidade: Poderão ser incorporados ao acervo conjuntos com documentos em bom estado de conservação. Aqueles que apresentarem contaminação biológica ou química poderão ser incorporados desde que sejam passíveis de recuperação, de modo a assegurar sua legibilidade e a segurança dos profissionais, usuários e demais conjuntos documentais do acervo.

- b. Originalidade: Serão incorporados ao acervo conjunto de documentos originais. A aquisição de arquivos em cópia será analisada excepcionalmente.
- c. Pertinência: Poderão ser adquiridos fundos de instituições extintas, arquivos pessoais e coleções que mantenham pertinência com as Linhas Temáticas dos Acervos da Casa de Oswaldo Cruz. Será avaliada a pertinência do conjunto como fonte primária para a pesquisa (FIOCRUZ, 2014, p.8).

Os critérios de desincorporação também levarão em consideração o estado de conservação e legibilidade e a pertinência do acervo, que poderão ser alienados (doação ou permuta) ou eliminados.

O último documento analisado nesta parte do trabalho são as Diretrizes para a Aquisição de Acervos Arquivísticos, da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Embora se dedique, há muitas décadas, à missão de promover a cultura e a pesquisa através da preservação e difusão de acervos privados de relevância para a história do Brasil, somente em 2015 a FCRB formulou as diretrizes para estabelecer normas e procedimentos referentes à aquisição e acesso aos acervos arquivísticos sob custódia na instituição.

A partir da criação de um Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do regulamento, foram designadas novas linhas de interesse da Fundação, que inicialmente abrigava apenas o acervo de Rui Barbosa e de personalidades ligadas a ele ou ao seu contexto histórico, ampliando, assim, suas possibilidades de aquisição. Hoje, a instituição destaca-se pela importância não só de seu acervo historiográfico, mas pelas relevantes aquisições na área da Literatura Brasileira.

A FCRB receberá preferencialmente arquivos e coleções privadas de políticos, educadores, historiadores, escritores, juristas, pensadores e literatos, ou de indivíduos ou famílias que tenham desenvolvido atividades que influenciaram a história e a cultura do país (FCRB, 2015, p.4).

Assim como as políticas estabelecidas pelas outras instituições, as diretrizes da FCRB reforçam a importância do acervo, que pretende ser custodiado, estar de acordo com suas áreas de interesse, respeitando também as diretrizes para aquisição.

O documento é dividido em critérios e procedimentos de aquisição. Entre os critérios estabelecidos, ficou determinado que a instituição só receberá documentos cuja proveniência e procedência seja comprovada, devendo o doador ter autoridade legal para efetuar a doação. Entretanto, segundo o documento, caso não seja possível obter a segurança jurídica necessária, a Fundação prezar pela preservação do acervo.

É relevante ressaltar que, dentre os critérios de aquisição, apenas a doação é contemplada no documento, devendo ser as outras formas de aquisição “avaliadas pela

Presidência mediante provocação das áreas fins, aplicando-se no que couber as orientações constantes deste documento” (FCRB, 2015, p.3). A FCRB estabelece, ainda, que apenas serão recebidos conjuntos arquivísticos originais e que documentos avulsos só serão recebidos dependendo do seu potencial valor histórico ou caso integrem algum arquivo ou coleção existente na instituição, reservando-se à Fundação o direito de recusar documentos que estejam em péssimo estado de conservação ou contaminados.

Assim como a Fiocruz e o MAST, a FCRB aponta a importância de se avaliar os recursos institucionais para a aquisição de novos acervos. Entretanto, é importante apontar que nenhuma das instituições apresenta em suas políticas e diretrizes um plano orçamentário que garanta um fundo para as ações de preservação, embora todas reconheçam a compra como uma forma de aquisição.

A FCRB deverá avaliar afora o valor histórico, cultural, literário e científico do acervo a ser adquirido, os custos com o recebimento, conservação, armazenamento e manutenção desse acervo; o volume e estado de conservação dos documentos, avaliando os recursos necessários para sua preservação; e a capacidade do armazenamento para o arquivamento, de modo que se evite o comprometimento da integridade dos acervos já custodiados pela instituição (FCRB, 2015, p.4).

Oliveira (2012) afirma a importância das políticas de aquisição definirem minimamente suas metas a curto, médio e longo prazo, levando em consideração não apenas a relação custo-benefício para a incorporação dos acervos, mas a captação e o gerenciamento de recursos para manter a gestão dos mesmos.

Em relação à infraestrutura, o primeiro ponto a ser considerado é assumir que o investimento na gestão de acervos é impactante. (...) Devem ser feitos investimentos em materiais, espaço, serviços, tecnologia de comunicação e informação e capacitação. Quando a instituição possui a função de captar acervos, fica maior o nível de investimento e o mesmo deve se justificar pela utilização dos arquivos pela sociedade. Como vimos, as iniciativas de aquisição de acervos estão diretamente relacionadas à missão, aos investimentos permanentes de preservação e no acesso aos documentos sob custódia (OLIVEIRA, 2012 p. 121/122).

Quanto aos procedimentos para a doação, o documento produzido pela FCRB deixa clara a responsabilidade do doador em registrar as suas intenções, uma vez que esse processo envolve questões como cessão de direitos autorais e restrição de acesso. A entrada do acervo na instituição é formalizada pela assinatura do Contrato de Doação, assinado pelas partes. Esse documento, além dos dados do doador e do donatário, “será constituído, ainda, de cláusulas onde será demonstrada a vontade da doação e informações sobre a identificação do acervo a ser

adquirido, bem como sobre questões de acesso, reprodução, manutenção e preservação do acervo” (FCRB, 2015, p.5).

Observar os instrumentos norteadores para a aquisição dos arquivos pessoais pelas instituições de custódia evidencia como essas ações estão inseridas dentro de um contexto amplo de preservação dos acervos, cujo processo é pensado pelas instituições de forma orgânica e elaborado através de diretrizes que visam a garantir não apenas a entrada dos documentos, mas também os aspectos legais que asseguram sua custódia, sua integridade e segurança dentro das instituições e seu acesso. Fica evidente, nessa análise comparativa, a semelhança entre os documentos, principalmente no que se refere à relevância e à pertinência do acervo a ser incorporado. Em todos os instrumentos, ressalta-se como condição para o processo de aquisição, a conformidade do acervo com a missão e com os objetivos da instituição. Oliveira afirma a importância da missão institucional como elemento decisório no processo de aquisição:

Se a instituição tem como objetivo iminente a preservação de arquivos ou coleções de um determinado setor da sociedade, sua linha de acervo deve refletir esse objetivo, assim como suas políticas de captação e de aquisição. A clareza nesse aspecto, a meu ver, beneficia não só a própria instituição - que pode estabelecer planos de longo prazo de ampliação de arquivos sob sua custódia, além de poder definir de modo mais articulado seus investimentos em infraestrutura, recursos humanos e tecnológicos, mas também beneficia o usuário, na medida em que é possível diminuir a pulverização de acervos de um mesmo setor da sociedade (OLIVEIRA, 2012, p.118).

Sonia Tritoño (2017) ressalta que, além da vantagem referente à manutenção da coerência do perfil do acervo, a implementação de políticas institucionais para aquisição de documentos é importante porque “demonstra transparência e profissionalismo na tomada de decisões, no âmbito das instituições responsáveis pela custódia de fundos e coleções, especialmente quando relativos aos de origem privada de interesse público”.²³

A análise das políticas de aquisição organizadas por três grandes instituições públicas de guarda no país nos permite algumas reflexões. A primeira delas é que, embora todas as instituições pesquisadas exerçam suas atividades de preservação de acervos há mais de três décadas, todos os documentos apreciados foram publicados nos últimos dez anos. Esse dado infere o baixo grau de institucionalização dessas atividades ao longo dos anos, reforçando a necessidade, citada em todos os documentos, de políticas que regulamentassem as ações e

²³ Sonia Tritoño, no artigo “De interesse Público: Política de Aquisição de acervos como instrumento de preservação de documentos”, 2017, s/d. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/04/artigo_04.php. Acesso em: 20 ago. 2019.

procedimentos referentes aos processos de preservação. Movimento esse que, pela ausência de diretrizes de instâncias superiores, fica a cargo de ações individuais das instituições.

Sobre as questões legais, Oliveira (2017) sinaliza que, embora a Lei 8.159/91 preveja em seu artigo 12º o interesse por parte do poder público pelos arquivos privados considerados como fonte relevante para a história e para a ciência, em nenhum momento indica os setores da administração responsáveis por essa seleção, nem estabelece critérios para tal. Assim, a lei indica a liberdade das instituições de criarem suas próprias políticas, de acordo com suas demandas e projetos.

Jardim (2006), ao escrever sobre políticas públicas arquivísticas, chama atenção para não se confundir legislação arquivística com política arquivística. Segundo ele, a legislação em si não funciona como uma política, mas serve como elemento normatizador para construção de políticas institucionais.

É compreensível tal expectativa já que uma legislação adequadamente concebida pode ser um poderoso instrumento a favor da gestão, uso e preservação dos arquivos. A viabilidade dessa legislação toma-se comprometida se não for simultaneamente instrumento e objeto de uma política arquivística (JARDIM, 2006, p. 10).

Esse mesmo autor afirma, ainda, que “as políticas públicas arquivísticas pressupõem profundo conhecimento político, gerencial e técnico-científico por parte dos seus formuladores”, elaboradas através de um olhar multidisciplinar, que “requer um conhecimento extensivo da realidade sobre a qual o Estado - na figura das instituições arquivísticas - pretende agir em relação aos arquivos” (JARDIM, 2006, p. 12).

Podemos estabelecer, assim, que o objetivo primordial de uma política de aquisição é garantir a preservação e o acesso aos documentos investidos de valor histórico e científico a partir de normativas que estabeleçam uma conformidade entre o patrimônio documental e os interesses institucionais.

3 O MAST E A PRESERVAÇÃO DOS ARQUIVOS PESSOAIS DE CIENTISTAS

Para a elaboração deste trabalho, a instituição escolhida foi o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), referência no campo da preservação de acervos pessoais de cientistas.

A criação do Museu 1985²⁴ teve como principal finalidade investir na pesquisa e na preservação da memória da ciência no Brasil, prática essa que se viabilizou a partir da aquisição de acervos de cientistas das mais diversas áreas cujo interesse se deve, sobretudo, à contribuição e à relevância do titular para a ciência brasileira.

O patrimônio do MAST é composto por um importante acervo museológico, bibliográfico e arquivístico. O acervo museológico reúne instrumentos científicos, máquinas, equipamentos, mobiliário e esculturas, totalizando mais de 2.300 objetos representativos do patrimônio científico do Brasil. A maior parte do acervo sob a guarda do MAST origina-se do Observatório Nacional – ON, do Instituto de Engenharia Nuclear – IEN, do Centro de Tecnologia Mineral - CETEM e do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF.

Essas coleções são divulgadas ao público através de exposição no próprio Museu que conta com boa parte do acervo exposto de maneira permanente, além da publicação de livros, inventários e catálogos.

A constituição do patrimônio documental da Biblioteca do MAST, de acordo com o Museu²⁵, teve início em 1984 antes mesmo da sua fundação e seu acervo é composto por diversos tipos de suportes como livros, folhetos, periódicos, teses, *e-books*, CDs, DVDs.

O espaço destinado à biblioteca originalmente ocupava uma sala no prédio sede, entretanto, com o crescimento do acervo, foi necessário ampliá-lo. Em 2015, foi inaugurada a Biblioteca Henrique Morize em um prédio construído especialmente para abrigar o acervo que hoje que é composto por mais de 27 mil obras especializadas em história da ciência, astronomia, educação, divulgação científica, museologia, preservação e patrimônio de ciência e tecnologia.

O acervo arquivístico sob custódia no MAST possui hoje mais de 50 conjuntos documentais entre arquivos pessoais, arquivos de institucionais e coleções. Dos 46 arquivos pessoais²⁶, 18 encontram-se organizados e à disposição para consulta por meio dos inventários

²⁴ Grande parte das informações referentes à história e a trajetória do MAST foi retirada de publicações do próprio Museu, como o livro *Museologia e Patrimônio*, lançado em 2015, em comemoração aos trinta anos da instituição.

²⁵ Disponível em <http://www.mast.br/pt-br/bib.html>. Acesso em março de 2020.

²⁶ Lista de arquivos pessoais sob custódia no MAST no ANEXO A.

disponíveis, no *site* do Museu, e 28 ainda não organizados, cuja consulta depende de agendamento prévio na instituição²⁷.

Entre os documentos de instituições científicas sob custódia no MAST, estão os arquivos do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), do Conselho de Fiscalização de Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFE), do Observatório Nacional (ON) e da Associação Brasileira de Astronomia (ABA)²⁸.

De acordo com a instituição, a doação é a modalidade mais usual de aquisição de arquivos pessoais de cientistas. Entretanto, são possíveis outras formas de ingresso como compra, permuta e empréstimo. A cessão desses documentos é legitimada por meio de um termo de doação, no qual ficam estabelecidos seus critérios de uso, reprodução e prazos de guarda. O documento é publicado no Diário Oficial da União (DOU) e torna público o arquivo doado como patrimônio da União sob a guarda do MAST.

Em visita prévia à instituição com a finalidade de observar a viabilidade da pesquisa, foi possível compreender o perfil dos arquivos que compõem o acervo do Museu, suas formas de aquisição e como esse processo decorre principalmente da relação e dos acordos construídos entre a instituição e seus doadores.

Até o início dessa pesquisa, o MAST reunia sob sua custódia 46 arquivos pessoais, dos quais 14 foram recebidos pelo Museu nos períodos de 2011 a 2017 (data de doação do último acervo até o início da pesquisa); desses, dois serão objeto de uma reflexão mais específica: os dos matemáticos Estela Kaufman e Rio Nogueira.

Embora o objeto de estudo da pesquisa compreenda os arquivos custodiados após a produção da Política de Aquisição (2011), observar os caminhos que conduziram a aquisição dos acervos antes da criação de uma normativa pode auxiliar na verificação da importância da criação de políticas institucionais. Assim, iniciamos esse capítulo com um olhar voltado à trajetória da instituição, apresentando o contexto da criação do Museu e a aquisição dos primeiros acervos.

²⁷ É importante ressaltar que grande parte da pesquisa aqui realizada deu-se por meio do material disponível nas plataformas digitais do Museu.

²⁸ Dados mais específicos sobre os acervos arquivísticos foram retirados da plataforma digital do Museu, disponível em: http://site.mast.br/hotsite_acervo_arquivistico/index.html.

3.1 A formação do MAST

O MAST é um instituto de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), do Governo Federal, cuja missão almeja ampliar o acesso da sociedade ao conhecimento científico e tecnológico por meio da pesquisa, da preservação de acervos e da divulgação da história da ciência e da tecnologia no Brasil. Entre os compromissos e competências estabelecidos na estrutura organizacional da instituição, destacam-se a realização de estudos e pesquisas no campo da História da Ciência, da Museologia, da Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia e da Educação em Ciências, a preservação e o acesso aos acervos de Ciência e Tecnologia que possuam relevância histórica, a preservação do acervo móvel e imóvel sob sua guarda, o apoio às instituições e associações de caráter científico e tecnológico na preservação de seus acervos, a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, além da realização de cursos, conferências, seminários e outros eventos de caráter técnico-científico e educativo.

Apesar de ter sido oficialmente criado em 1985, pertencendo inicialmente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o projeto que originou o Museu surgiu no início dos anos 80, a partir da reunião de um grupo de cientistas do Observatório Nacional (ON), que pretendia divulgar as ações da instituição e ao mesmo tempo lutar por maior reconhecimento do campo científico.

Nas palavras da ex-diretora Heloisa Maria Bertol Domingues (2015), o MAST nasceu do clamor da comunidade científica, que em meados da década de 1980 tentou reestruturar minimamente os efeitos da perda de muitos cientistas que durante o regime militar haviam deixado o país.

A política governamental orientava a produção científica e havia definido, através dos planos de desenvolvimento econômico, que a mais moderna tecnologia, em geral importada, dos satélites aos computadores, seria objeto de pesquisas prioritárias. Novas instituições científicas nasceram dessa política. Os centros de produção da ciência mais tradicionais do país, aqueles que haviam sido deixados pelos cientistas que voltavam, sofriam um processo agudo de sucateamento (MAST, 2015, p.2).

Juntos, esses cientistas e pesquisadores do Observatório Nacional, criaram o Grupo Memória da Astronomia, que inicialmente promovia atividades na instituição com a intenção de divulgar os trabalhos da comunidade científica, além de chamar a atenção para a preservação da memória da ciência. Em 1982, o conjunto de cúpulas de observação que estavam no *campus* do ON, foi aberto ao público. Segundo Cazelli,

Naquele mesmo ano, o Grupo Memória da Astronomia — liderado pelo astrônomo e divulgador da ciência Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, e do qual faziam parte os historiadores da ciência José Carlos de Oliveira e João Carlos Victor Garcia —, organizou uma mesa-redonda para discutir o perfil de um novo museu de ciência.

As discussões evidenciaram a preocupação dos cientistas não apenas com a divulgação da ciência, mas igualmente com a preservação do legado histórico da produção científica e tecnológica do país (CAZELLI, 1992, p. 68-73).

Os debates organizados pelo grupo deram espaço ao Projeto Memória da Astronomia e Ciências Afins (PMAC), então ligado ao CNPq, cuja autonomia permitiu a busca por ações educativas e patrimoniais na área da ciência. De acordo com Duarte (2018),

O PMAC, no desenvolvimento de suas atividades, redige e encaminha à diretoria do CNPq, em agosto de 1983, o documento-proposta intitulado “Museu de Ciências: proposta de criação”. Entre as finalidades proposta para esta nova instituição, destaca-se a seguinte:

Preservar e divulgar o acervo de instrumentos, documentos e iconografia pertencentes à história da cultura científica brasileira. Incluem-se neste objetivo o recolhimento e tratamento de arquivos pessoais de cientistas e administradores da política científica governamental e o registro de seus depoimentos orais. Serão mantidos, igualmente, arquivos relativos a eventos contemporâneos; [...] (CAZELLI, 1992, p. 75 apud DUARTE, 2018, p.157).

Em resposta a esse pleito, em 1984 foi criado o Núcleo de Pesquisa em História das Ciências (NHC), também ligado ao CNPq, que passaria a abranger o Projeto Memória da Astronomia e Ciências Afins (PMAC). Segundo Cazelli (1992), a autonomia desse Núcleo de Pesquisa, juntamente com o tombamento do *campus* do Observatório Nacional pelo IPHAN, em 1986, contribuiu de maneira direta para a criação do Museu.

O MAST encontra-se no bairro São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, em um *campus* de aproximadamente 44 mil m² que abriga um patrimônio arquitetônico formado por 16 edificações da década de 1920. Além do prédio sede do Museu, o conjunto é composto pelos pavilhões de observação astronômica, com suas cúpulas de cobertura pré-fabricadas em ferro adquiridas da Europa. Além do tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 1986, esse conjunto arquitetônico e paisagístico também foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC, em 1987²⁹.

²⁹ Informações retiradas da plataforma digital do Museu, disponível em <http://www.mast.br/museu/sobre/>. Acesso em outubro de 2019.

3.2 A aquisição dos primeiros acervos

O projeto de tombamento não se limitou, entretanto, ao espaço físico do observatório; juntos, foram preservados todo o acervo histórico e arquivístico da instituição: arquivos administrativos que pertenciam ao Observatório Nacional (ON), no qual se incluía o arquivo do CNPq, e alguns arquivos pessoais como o do ex-diretor Lélío Gama, que foi doado pela família em 1982, e os documentos de Allyrio de Mattos e Oliveira Castro, que não possuem qualquer identificação sobre a sua origem na instituição³⁰. Com a criação do Museu, em 1985, todo esse acervo que ocupava o ON passou para a custódia do MAST.

A datação da chegada do Arquivo de Allyrio de Mattos ao MAST ainda é desconhecida. Não há registros da sua entrada no MAST nem de uma possível doação. O mais provável é que tenha ocorrido no início das atividades do MAST, que foi criado em março de 1985. Nos meses seguintes a esta data, os funcionários que atuavam na instituição começaram a realizar um trabalho de recolhimento da documentação considerada histórica, que se encontrava dispersa, espalhada em várias construções existentes no *campus* do ON/MAST. Dessa maneira, todos os fundos arquivísticos localizados foram encaminhados para o que foi o embrião do hoje Arquivo de História da Ciência (MAST, 2010, p.10).

Contendo em seu acervo, além dos arquivos institucionais, arquivos de cunho histórico e pessoal, o MAST passou a desenvolver em suas práticas arquivísticas uma ação de preservação da história e da memória da ciência e da tecnologia no Brasil. A proposta era que o Museu pudesse reunir acervos com o intuito não apenas de servir à pesquisa, mas que promovesse a divulgação da ciência de maneira ampla, trabalho que hoje é visto a partir de diversas atividades socioeducativas que ocorrem dentro e fora dos espaços da instituição.

Nos seus primeiros anos, o MAST adquiriu uma série de arquivos pessoais de cientistas dos mais variados campos definindo, com o tempo, as áreas de atuação mais ligadas às atividades do Museu. Grande parte de seu acervo hoje encontra-se organizado e disponibilizado para a pesquisa, no próprio *site* da instituição, através dos inventários. É importante ressaltar, no entanto, que não há categorias que estabeleçam uma ordem para a organização desses acervos.

³⁰ Além da documentação de Lélío Gama, outros dois arquivos pessoais se encontravam no acervo do MAST desde sua fundação, mas que foram identificados apenas depois da organização do fundo Observatório Nacional. Estes dois fundos identificados em meio à documentação institucional do Observatório não contam com data de entrada, mas considera-se que estão no Museu desde o início das atividades. Assim, estes dois arquivos não contam com situação jurídica regularizada, por não terem sido oficialmente doados ao MAST (DUARTE, 2018, p.159).

Alguns desses inventários nos permitem acompanhar não apenas a biografia do titular e as características dos documentos sob custódia no Museu, mas também compreender como ocorreu o processo de aquisição de seu acervo. Normalmente, essas informações referentes ao processo de compra ou doação encontram-se na apresentação ou no item “história arquivística”, ou “organização do arquivo” dos inventários. Esses instrumentos configuram para a instituição uma espécie de finalização do trabalho de pesquisa e organização onde é apresentada a ficha técnica do acervo e a descrição sumária de todos os itens documentais que compõem o fundo. Neles, podemos acompanhar muitas vezes o empenho por parte da instituição, na figura de funcionários e ex-diretores, em se aproximar de cientistas e familiares na tentativa de promover a preservação de acervos considerados relevantes, assim como também consta registrado o interesse por parte dos próprios doadores de encaminhar seus arquivos em reconhecimento ao prestígio da instituição. Nesse sentido, acompanhar a trajetória dos primeiros acervos a entrarem no MAST nos ajuda a compreender a configuração atual dos acervos do Museu.

Ressaltamos que ainda que a proposta da presente pesquisa tenha como objeto uma análise mais específica dos arquivos custodiados após a criação, em 2011, da Política de Aquisição e Descarte de Acervos, a observação dos processos que culminaram na aquisição dos primeiros acervos torna-se importante para compreendermos um pouco sobre a formação das práticas que se estabeleceram na instituição.

Além das pesquisas nos processos de aquisição e inventários produzidos pelo MAST, as análises elaboradas na tese de Duarte (2018), já citada, foram de grande relevância para a compreensão da incorporação desses primeiros acervos arquivísticos. Em sua pesquisa, Duarte optou por um recorte temporal entre a criação do Museu e o final da década 1990. Segundo o autor, a partir desse período, não só o MAST, mas diversas instituições de guarda começaram a pensar em criar políticas que estabelecessem diretrizes e que regulamentassem a aquisição dos arquivos pessoais.

O primeiro arquivo pessoal custodiado após a criação do Museu foi o do médico sanitarista Olympio da Fonseca³¹, em 1988. Além de ser o primeiro fundo custodiado pela instituição, o arquivo pessoal Olympio da Fonseca destaca-se por ser o único obtido por meio de compra. A trajetória do acervo é descrita em seu inventário, que aponta ter havido em seu processo de aquisição uma reconstituição do fundo, uma vez que o acervo encontrava-se dividido, estando uma parte com a família e a outra à venda em uma livraria. A primeira

³¹ Disponível em http://site.mast.br/hotsite_acervo_arquivistico/olympio_fonseca.html. Acesso: outubro de 2019.

aquisição ocorreu por compra, pela qual o MAST adquiriu um lote com documentos textuais e iconográficos, sendo incorporada posteriormente, por meio de doação dos filhos, outra parte do acervo contendo medalhas, placas comemorativas e negativos (MAST, 2003).

No processo de aquisição do arquivo Olympio da Fonseca pelo MAST, é possível acompanhar todas as fases da controversa aquisição do acervo. A possibilidade levantada, era a de que o fundo Olympio da Fonseca pudesse integrar o acervo da Casa de Oswaldo Cruz (COC), da Fiocruz, uma vez que a instituição, criada no mesmo ano do MAST, teria em sua missão abrigar arquivos ligados à área das ciências da saúde. Ainda no processo de aquisição, é informado que junto ao material adquirido pelo MAST nesta ocasião, estavam também 20 gravuras do médico e escritor Pedro Nava, cujo arquivo pessoal encontrava-se na Casa de Rui Barbosa. Através de trocas de mensagens contidas no processo, é possível verificar que a guarda desses arquivos pelo MAST chegou a ser questionada pela disparidade entre a temática dos fundos apresentados e a que se propunha custodiar a instituição.

Apesar das inconformidades por parte dos interesses iniciais do Museu, o arquivo Olympio da Fonseca permaneceu sob a custódia do MAST ante ao argumento de ligação que o médico possuía com o CNPq, tendo sido membro do Conselho Deliberativo da instituição, cujo acervo integrava desde a fundação o Museu.

Após a organização do Arquivo CNPq sob a guarda do MAST (em 1995), e a demanda gerada a partir daí, os arquivos pessoais de cientistas ligados ao CNPq passou [sic] a ser uma das prioridades de aquisição para o MAST. Olympio da Fonseca foi do Conselho Deliberativo do CNPq de 1951 a 1959, portanto sua permanência no MAST estava plenamente justificada” (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO OLYMPIO DA FONSECA/MAST, s/p).

Em entrevista³² concedida a Duarte, a professora e arquivista do MAST, Maria Celina Soares de Mello e Silva³³, relata como a ligação entre o arquivo, hoje Coordenação de Documentos e Arquivos (CODAR), e a Coordenação de História da Ciência nos anos iniciais do Museu, permitiu que os primeiros arquivos fossem resultado de uma demanda relacionada à pesquisa em história da ciência. Isso nos chama atenção para a relação muito comum entre os acervos custodiados e a pesquisa histórica dentro da maioria das instituições de guarda.

A própria natureza que originou o projeto de Museu, que tem como propósito a preservação da memória da ciência brasileira, permitiu que aos poucos os projetos de

³² Entrevista concedida em 12 de dezembro de 2017 (DUARTE, 2018, p. 160).

³³ Maria Celina Soares de Mello e Silva foi arquivista do MAST no Arquivo de História da Ciência entre os períodos de 1985-2019, atuando hoje como arquivista no Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis.

preservação e pesquisa caminhassem juntos e não fossem subordinados uns aos outros. Entretanto, era necessário que se estabelecesse de maneira objetiva o campo de atuação do Museu, direcionado desde o início aos estudos de Astronomia e às ciências exatas. Segundo Silva (2017, apud DUARTE, 2018, p.161),

[...] num momento em que o Museu ainda estava precisando se consolidar enquanto instituto de pesquisa dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia [...] acabou que a gente foi trazendo para o Museu arquivos que saíam desse perfil de Astronomia, Física, Química, Matemática... Então, tem arquivo de um médico, tem arquivo de um ornitólogo, tem um antropólogo. Então a gente sentiu necessidade de estabelecer uma política de aquisição, também pra a gente não perder o nosso perfil institucional e não só não perder o perfil institucional, como também não ficar competindo com instituições irmãs.

Desde o início, era clara a necessidade de criarem-se diretrizes que norteassem a linha de acervo da instituição, entretanto, isso só viria a acontecer em 2011.

O primeiro arquivo pessoal recebido por doação após a criação do Museu foi o arquivo do astrônomo Henrique Charles Morize. O cientista francês ingressou no Observatório Nacional em 1891, ocupando o cargo de diretor da instituição entre os anos de 1908-1928 (MAST, 1998). De acordo com o seu processo de aquisição, o arquivo entrou no MAST em 1991, através da negociação entre o então diretor Ronaldo Rogério de Freitas Mourão e a nora do astrônomo, Iracema Morize; entretanto, o termo de doação só foi assinado em 1997. Duarte chama atenção em sua tese para a atuação do diretor Ronaldo Mourão, primeiro diretor do Museu, nos processos de aquisição dos primeiros arquivos custodiados pelo MAST. Segundo ele, a intermediação de Mourão, que foi o responsável pela compra dos acervos de Olympio da Fonseca e Pedro Nava, também teve grande peso na doação do acervo de Morize.

O fato de Iracema Morize ter encaminhado o arquivo de Henrique Morize à casa de Mourão, em vez de enviar diretamente ao MAST, aponta para o prestígio com que contava Mourão no campo da astronomia, sendo a atividade de preservação da memória da área associada à sua figura (DUARTE, 2018, p. 172).

A doação, baseada *no prestígio* conferido à figura de Ronaldo Mourão nesse processo de aquisição, é reflexo de uma conduta muito comum nas negociações que envolvem os arquivos pessoais. Assim, podemos perceber que como a incorporação de determinados arquivos, cujos titulares são indivíduos de destaque em suas áreas de atuação, colaboram para legitimar a missão da instituição, é comum que com o passar do tempo a própria instituição torne-se um referencial, sendo contatada por produtores e familiares que buscam preservar seus acervos. No caso de Morize, havia por parte do Museu um interesse em custodiar o arquivo de um cientista cuja notoriedade no campo da Astronomia foi tão significativa.

Morize liderou o grupo de brasileiros que observou o eclipse em Sobral em 1919 e a custódia de seu arquivo conferiu ao MAST um reconhecimento na construção da memória científica brasileira (MAST, 1995), reconhecimento esse que levou nos meses seguintes a família de outro astrônomo, o engenheiro e matemático Manuel Amoroso Costa, a procurar o Museu para comunicar a intenção de doar seu arquivo pessoal. O acervo, doado pela filha Beatriz Amoroso Costa, segundo o MAST foi organizado entre os anos de 1993 e 1994, tendo sido publicado o inventário em 1995.

Duarte (2018, p.174) afirma que a doação desses dois acervos, cujas atividades dos titulares representavam tão bem as características de formação da instituição, contribuiu para consolidar a linha de preservação do MAST. “(...) após o desvio de adquirir os documentos pessoais do médico Olympio da Fonseca, retoma sua linha original de atuação com a incorporação dos arquivos de Henrique Morize e Manuel Amoroso Costa (...)”.

Em entrevista ao MAST Colloquia em 2015³⁴, Heloísa Bertol narra como, na década de 1990, o Museu iniciou uma série de atividades para divulgar o trabalho e as aspirações da instituição junto aos acervos ligados à História da Ciência, não apenas entre a sociedade, mas principalmente entre corpo científico brasileiro.

Eu vim de outros trabalhos de pesquisa, já na área de História da Ciência – meu doutorado foi nessa área - e vi que muitos arquivos de cientistas eram vendidos, inclusive para fora do país. Então esse trabalho que o MAST vem fazendo, de preservar essa memória particular dos cientistas, lógico que é de extrema importância. Era e continua sendo.

Isso no momento em que a memória científica brasileira era muito tímida. Se dizia que não acontecia, que não existia, que não se fazia ciência. Que a ciência era muito a reboque da ciência estrangeira...enfim, e a gente vendo que não era assim, que tinha que fazer alguma coisa por isso.

Surgiu essa ideia de tentar atrair os cientistas para o MAST. E aí veio a ideia de criar uma série de depoimentos de cientistas, quer dizer, então isso tinha uma via de mão dupla, você ao mesmo tempo que trazia o cientista para o MAST e ele contribuía com o seu depoimento para aumentar o nosso acervo arquivístico, nesse caso oral, ele conhecia o trabalho da instituição. (MAST, 2015, s/p).

Analisando os processos de aquisição desse período, é possível afirmar que, como consequência dessas atividades de divulgação, houve, a partir de meados da década de 1990, um significativo aumento no número de acervos recebidos pela instituição, principalmente através de doações dos próprios cientistas.

³⁴ MAST Colloquia: “Entrevista com Heloísa Bertol”, 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=JvLw3OuQ-3w>. Acesso: abril de 2020.

O primeiro arquivo doado pelo próprio produtor à instituição foi o do agrônomo Mário Donato Amoroso Anastásio. Além da sua área de formação, Mário Amoroso atuou nas áreas da física e da energia nuclear entre as décadas de 1950 e 1970, em instituições como o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), o Instituto de Biofísica da UFRJ e na Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Nos anos de 1960, atuou no Instituto de Engenharia Nuclear (IEN), instituição vinculada à CNEN e instalada no *campus* do Fundão (UFRJ), assumindo a direção da instituição em 1965. Nos anos 70, foi analista da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), voltando a atuar nos últimos anos de sua carreira nas áreas ambientais na Fundação Brasileira da Conservação da Natureza, referência nacional em preservação e conservação (MAST, 2014).

De acordo com o inventário publicado pelo Museu em 2014, apesar do termo de doação ter sido assinado em 2006, o acervo de Mario Amoroso foi doado ao MAST em períodos distintos, havendo remessas entregues pelo próprio cientista em 1995, 2005, 2008 e em 2010, após sua morte, o restante do acervo foi doado pelo filho.

Segundo Duarte (2018, p.180), “a iniciativa de Mário Amoroso em doar sua documentação ao MAST é fruto do reconhecimento do trabalho desenvolvido pela instituição na preservação de fontes e pesquisa em história das ciências conquistado com uma década de atividades.”

Em 1996, ano seguinte à primeira doação de Mário Amoroso, o MAST recebeu quatro novos arquivos: Leopoldo Nachbin, Lins de Barros, Jacques Danon e Castro Faria.

No inventário publicado em 1997, o processo de doação e organização do arquivo do matemático Leopoldo Nachbin é citado como um trabalho conjunto entre a família e a instituição na reunião do acervo do cientista. Por parte do MAST, esse trabalho foi realizado pela pesquisadora Ana Maria Ribeiro de Andrade que, após a morte do cientista, contatou a família para propor a transferência dos documentos para o Museu, enquanto ao filho coube a missão de resgatar parte dos documentos que estavam desmembrados.

Com uma carreira destacada nos estudos da matemática, Nachbin é reconhecido por ser um dos membros-fundadores do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), ao lado de César Lattes, e também do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) (...) A figura de Leopoldo Nachbin, portanto, integra um cenário de muito interesse para o MAST: reconhecidos pesquisadores envolvidos com instituições como o IMPA e o CBPF (DUARTE, 2018, p.180).

Nesse contexto, ainda em 1996, o Museu recebe a doação do arquivo de Henry British Lins de Barros, que além de chefe de gabinete do Instituto Nacional de Patente Industrial (INPI), foi membro-fundador e diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). De acordo com o seu processo de aquisição, uma primeira parte do arquivo de Lins de Barros foi doada ao museu em 1996, pelo próprio produtor e, em 2006, por seu filho, Henrique Gomes de Paiva Lins de Barros, que foi diretor do MAST entre os anos de 1992 e 2000 (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO LINS DE BARROS/MAST, s/p).

Outro arquivo a entrar no MAST no mesmo ano, foi o arquivo do químico Jacques Abufalia Danon. Assim como Leopoldo Nachbin e Lins de Barros, Danon integrou o CBPF, “onde criou laboratórios e desenvolveu pesquisas, notadamente, sobre o Efeito Mössbauer. Além de formar uma geração de físicos e organizar vários grupos de pesquisa, contribuiu para a datação de objetos arqueológicos brasileiros”³⁵. O químico assumiu, ainda, o cargo de diretor do Observatório Nacional, onde atuou de 1968 a 1989, ano de seu falecimento em Paris. Embora conste como um acervo organizado, o arquivo não é disponibilizado pelo MAST por estar custodiado no Museu na situação de comodato, pertencendo legalmente ao CBPF.

Na política de aquisição e descarte estabelecida posteriormente pela instituição, o comodato é citado nos critérios gerais para aquisição de arquivo como uma situação excepcional. Sua definição aparece como:

(...) um empréstimo gratuito por via contratual, com direito de uso por tempo predeterminado. Ele poderá ser realizado mediante a assinatura de um Termo de Comodato ou Empréstimo (no caso de ocorrer entre instituições de um mesmo ministério, o Termo será “Direito de Uso a Título Gratuito”) (MAST, 2011, p.19).

Ao analisarmos a entrada desses três arquivos no ano de 1996, podemos inferir que a aquisição do arquivo do matemático Leopoldo Nachbin, devido ao seu reconhecimento profissional na área e instituições que integrava, acabou tendo um impacto positivo e atraindo novos arquivos cuja trajetória se assemelhava à dele.

Outra grande aquisição do MAST, naquele ano, foi o arquivo do antropólogo Luiz de Castro Faria. Apesar de uma formação ampla, Castro Faria atuou como museólogo do Museu Nacional (UFRJ), exercendo também as atividades de docente no Brasil e na Europa e sua atividade de maior destaque profissional esteve ligada às pesquisas antropológicas. Em 1938,

³⁵ Informações contidas no texto de apresentação do arquivo de Jacques Danon, disponibilizadas no *site* do MAST. (http://site.mast.br/hotsite_acervo_arquivistico/jacques_danon.html).

integrou uma equipe em um trabalho de campo liderado pelo antropólogo francês Claude Lévi-Strauss em expedição à Serra do Norte, no Mato Grosso. Castro Faria foi ainda fundador e primeiro presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)³⁶.

A aquisição do arquivo Castro Faria, reconhecidamente uma referência nos estudos da Antropologia no Brasil, representou uma novidade frente aos acervos tradicionalmente custodiados pela instituição. Com exceção dos dois primeiros arquivos comprados nos anos iniciais do Museu, pertencentes aos médicos Olympio da Fonseca e Pedro Nava, os acervos passaram a seguir a linha temática na qual se desenvolviam os estudos e as pesquisas da instituição. Entretanto, seu ingresso no MAST mais uma vez partiu dos interesses do próprio Museu.

Segundo Duarte (2018, p.182), Heloisa Maria Bertol Domingues, na época pesquisadora do Museu, cuja pesquisa estava ligada à “História da Exploração dos Recursos Naturais no Brasil”, demonstrou interesse pelo arquivo do antropólogo, realizando o primeiro contato com a família para o processo de doação. Nesse caso, a justificativa para o recebimento de um acervo ligado às ciências sociais validou-se pela proximidade com a pesquisa desenvolvida por Domingues na instituição.

Percebemos, assim, e precisamos levar em consideração que cada arquivo, ao entrar no MAST, submeteu-se às dinâmicas de um contexto social específico, sendo as negociações conduzidas por profissionais com formação nas mais diversas áreas do conhecimento. Em 2015, durante as comemorações dos 30 anos do Museu, foi publicada uma edição comemorativa, onde Domingues expressa seu olhar sobre a instituição que talvez justifique seu interesse pelo arquivo de Castro Faria quase vinte anos antes:

Por muito tempo o MAST viveu o dilema de ser uma instituição de divulgação científica ou uma instituição de pesquisa e de guarda de acervos. Ao tornar-se balzaquiano o MAST superou a velha dicotomia e é hoje uma instituição reconhecida pelas áreas das ciências físicas e naturais como uma instituição de ciências humanas e sociais, cujo trabalho visa o público do museu, o público dos arquivos, os cientistas com os quais dialoga, colabora e faz avançar os conhecimentos sobre a cultura científica, práticas, realizações e inserção social das ciências (...) O MAST é hoje instituição interdisciplinar (MAST, 2015, p.3).

³⁶ Informações contidas no texto de apresentação do arquivo de Luiz de Castro Faria, disponibilizadas no *site* do MAST: http://site.mast.br/hotsite_acervo_arquivistico/luiz_castro_faria.html.

Outra particularidade do arquivo de Castro Faria consiste em ser ele o único com acesso restrito³⁷.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACESSO E DIVULGAÇÃO A presente doação tem caráter restrito para a consulta, utilização, divulgação e publicação dos bens, comprometendo-se o DONATÁRIO a utilizar os bens exclusivamente na consecução de suas atividades estatutárias. SUBCLÁUSULA ÚNICA – O DOADOR nomeia um Conselho Curador [...] delegando a este Conselho plenos poderes para definir normas e prazos de acesso a este arquivo (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO CASTRO FARIA/MAST, s/p).

De acordo com essas cláusulas no termo de doação, todo e qualquer acesso ao arquivo de Castro Faria deve contar com a autorização do seu Conselho Curador³⁸.

Podemos afirmar, entretanto, que apesar das ações institucionais começarem a produzir um reconhecimento no setor de custódia do MAST, aumentando assim o interesse por parte dos doadores, continuava havendo nos processos de aquisição uma atuação efetiva do corpo administrativo do Museu.

Em 1997, o MAST recebeu o arquivo do físico Fernando de Souza Barros, presidente da Sociedade Brasileira de Física entre os anos de 1983 e 1985 e o primeiro presidente da Federação Latino-Americana de Sociedades de Física. Apesar de estar sob a custódia do MAST, o Museu não conta com o processo que descreve e regula a doação do acervo, disponibilizando apenas poucas informações sobre sua chegada à instituição. Sabe-se, entretanto, que a doação foi realizada pelo próprio produtor.

Ainda em 1997, o MAST recebeu a doação do primeiro arquivo pessoal de uma mulher, a cientista Feiga Rebeca Tiomno Rosenthal.³⁹ Com formação em química, atuando profissionalmente no Instituto Nacional de Tecnologia (INT), Feiga também foi chefe de pesquisas do Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq, de 1969 a 1974, e pesquisadora dessa instituição nos períodos de 1977 a 1979 e de 1991 a 1993. Pertencente a uma família de cientistas, a doação do arquivo de Feiga para o MAST, feita pela própria cientista, mobilizou uma série de novas doações de cientistas na sua área de pesquisa. É relevante apresentar que

³⁷Verificou-se no arquivo de Roberto de Andrade Martins a existência de uma pasta que integra o processo de aquisição que também se encontra em confidencialidade, entretanto o arquivo encontra-se acessível.

³⁸“O Conselho Curador que o termo de doação institui é composto por três pessoas: Heloisa Maria Bertol Domingues, Moacir Palmeira e Alfredo Wagner Berno de Almeida, sendo a primeira a responsável por articular a doação do referido arquivo, e os demais antropólogos e professores universitários” (DUARTE, 2018, p. 183).

³⁹ As informações referentes ao arquivo de Feiga Rosenthal, foram adquiridas em seu inventário, no *site* do MAST. Disponível em: http://www.mast.br/images/pdf/inventarios/inventarios_feiga_rosenthal.pdf. Acesso: maio de 2019.

essa doação ocorreu durante a gestão do sobrinho da titular, Alfredo Tiomno Tolmasquim no Departamento de Informação e Documentação (DID) do Museu, ocupando posteriormente, o cargo de diretor do MAST entre os anos de 2003 a 2011. No inventário publicado pelo MAST em 2000, Alfredo Tiomno agradece não só a doação, como enfatiza a participação de Feiga durante o processo:

Registramos nossos agradecimentos a Feiga Rebeca Tiomno Rosenthal, não só pela doação de ser acervo, mas em especial pela confiança e pelo apoio ao projeto de construção de um arquivo de história da Ciência no Brasil. Feiga auxiliou ainda na identificação dos documentos, e na montagem do arranjo de organização (MAST, 2000, p.5).

O arquivo de Feiga Rosenthal chama atenção por ser o primeiro com registro de participação do produtor no processo de organização.

Em 1997, o MAST recebeu ainda a doação do arquivo pessoal do químico Hervásio Guimarães de Carvalho. Doutor em Engenharia Nuclear pela Universidade da Carolina do Norte (EUA), o cientista foi diretor da Comissão Nacional de Energia Nuclear e fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). A doação foi feita pelo próprio produtor dois anos antes de seu falecimento, através de um contato da pesquisadora Heloísa Bertol Domingues, com a família demonstrando o interesse da instituição pelo acervo (MAST, 2006). De acordo com o inventário, publicado em 2006, o arquivo foi doado em vários momentos. No primeiro, em 1997, Hervásio ainda pôde colaborar na identificação de diversos documentos, recebendo a equipe responsável em sua residência. Segundo Maria Celina Soares, coordenadora na época:

Ele demonstrava satisfação em examinar os papéis e relembrar muitas fases da sua vida. Frequentemente se emocionava, principalmente ao identificar fotografias antigas. Ele estava entusiasmado com a ideia de fazer um “memorial” de sua vida e começou a pensar algumas ideias sobre isto. Porém, não chegou a dividi-las conosco porque faleceu em 17 de novembro de 1999, durante esta etapa de identificação (MAST, 2006, p.15).

Ainda de acordo com a documentação do MAST, as pesquisas de identificação foram interrompidas por um tempo por questões administrativas e retomadas em 2003, contando com a ajuda do professor Odilon Tavares. Em 2004, ao entrar em contato com a família, o Museu recebeu de sua esposa, Yone de Carvalho, mais uma remessa de documentos. Nessa ocasião, foi comunicada a existência de alguns documentos que a família optou por não doar, mas autorizou a reprodução para que completasse as informações do acervo. A apresentação do inventário afirma ainda que, por ter sido elaborado em momentos distintos, a organização desse acervo contou com a participação de vários funcionários.

Na sequência, o MAST recebeu, no ano de 1998, os arquivos dos cientistas Bernhard Gross e Oscar Matsuura. A chegada desses acervos, segundo Duarte, está ligada ao interesse do Museu em dar continuidade à preservação do acervo de cientistas vinculados ao INT, inaugurado pela doação feita pela química Feiga Rosenthal no ano anterior.

Ao doar seu arquivo ao MAST, Bernhard Gross esperava encontrar neste ato uma forma de consolidação de seu nome no cenário das ciências brasileiras. Assim como ocorrido com Hervásio de Carvalho, Gross intencionava que a preservação de seus documentos pelo Museu tivesse a finalidade de memorial de sua contribuição para o desenvolvimento das ciências no Brasil (DUARTE, 2018, p.191).

Bernhard Gross era engenheiro em física técnica e doutor em ciências naturais. Trabalhou no Instituto Nacional de Tecnologia (INT), foi docente na Universidade de São Paulo, além de membro fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, diretor da área de física do CNPq e da Divisão de Informações Científicas da Agência Internacional de Energia Atômica. O arquivo foi doado pelo próprio cientista, nos chamando a atenção entre os documentos que integram o processo de aquisição do acervo, o registro do *e-mail* de Maria Celina Soares, chefe do Serviço de Arquivo da História da Ciência, no qual ela afirma ter buscado pessoalmente o arquivo em São Carlos, onde trabalhava Gross. “Informo que esse arquivo foi negociado informalmente, e eu mesma fui até São Carlos buscá-lo em 04/07/00”. (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO BERNHARD GROSS/MAST, s/p)

O arquivo do astrônomo Oscar Matsuura difere de todos os arquivos incorporados pelo MAST até aquele momento por se tratar de um fundo aberto, o que significa que, embora parte de seus documentos já esteja sob a guarda do Museu, outros podem ser incorporados ao acervo de acordo com a vontade do doador. Com uma formação ampla, contando com os títulos de Bacharel em Filosofia e em Física, Matsuura dedicou-se aos estudos da Astronomia, obtendo o título de Mestre em Astrofísica, em 1972, e de Doutor em Astronomia, em 1976, no Instituto Astronômico e Geofísico da Universidade de São Paulo - IAG-USP, onde se tornou docente. Após aposentar-se, o cientista passou a integrar a Coordenação de Pesquisa em História da Ciência do Museu, a convite do então diretor Henrique Gomes de Paiva Lins de Barros, dedicando-se à pesquisa sobre História da Astronomia.

Em 1999, o MAST recebeu os arquivos pessoais de Christóvão Cardoso, Bartyra de Castro Arezzo e Alexandre Giroto.

Segundo o MAST⁴⁰, o primeiro foi um conjunto de fotografias pertencente ao cientista João Christóvão Cardoso. É relevante ressaltarmos que a doação desse acervo foi realizada em mais de uma etapa. “Formado em medicina, química e ciências físicas, foi livre docente de física biológica da Faculdade Nacional de Medicina e catedrático de físico-química e química superior da Faculdade Nacional de Filosofia – FNFfi” (MAST, apresentação do *site*). Além disso, Christóvão Cardoso presidiu o CNPq entre os anos de 1957 a 1961 e, assim como outros cientistas, participou da criação do CBPF. A doação da primeira parte do acervo de Christóvão Cardoso foi feita pela filha Annie Cardoso Ribeiro, por intermédio de Bartyra Arezzo, que também doou seus documentos ao Museu no mesmo ano. Em 2015 o MAST recebeu uma segunda remessa desse acervo, que oficializou de fato a doação com a assinatura do termo de doação.

O segundo acervo recebido nesse ano é o de Bartyra Arezzo. Bartyra Arezzo formou-se Bacharel em química, e profissionalmente atuou como docente na UFRJ, destacando-se também pelo seu trabalho no Instituto de Energia Nuclear (IEN).

O arquivo de Arezzo, ao lado dos arquivos de Christóvão Cardoso, Feiga Rosenthal e Jacques Danon – um núcleo de pessoas que conviveram e atuaram em conjunto –, constituem as bases para o aprofundamento do acervo do MAST na área da química e físico-química (DUARTE, 2018, p.197).

De acordo com seu processo de aquisição, as negociações para a aquisição desse acervo ocorreram informalmente, não havendo nenhum registro por escrito, tendo o acervo chegado ao MAST, em dezembro de 1999. Após receber o termo de doação, a cientista responde à Maria Celina Soares:

Agradeço o envio do termo de doação referente ao arquivo Bartyra Arezzo, juntamente com uma cópia do diário oficial da união em 24 de julho de 2001. Os agradecimentos são recíprocos, pois para mim foi uma honra ter tido a oportunidade de colaborar com um dos programas do MAST e saber que, no futuro, o meu acervo profissional poderá de alguma forma contribuir para a história das ciências brasileiras. Atenciosamente, Bartyra de Castro Arezzo (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO BARTYRA AREZZO/MAST, s/p).

Em outubro de 2006, Bartyra Arezzo foi ao MAST entregar alguns documentos e medalhas para compor seu arquivo. “Nessa ocasião, a doadora aproveitou para fazer algumas observações em relação à biografia publicada no inventário de seu arquivo” (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO BARTYRA AREZZO/MAST, Ofício de 17/08/2006).

⁴⁰ Disponível em http://site.mast.br/hotsite_acervo_arquivistico/christovao_cardoso.html. Acesso em novembro de 2019.

Ainda em 1999, o MAST recebeu a doação do arquivo do geólogo Alexandre Giroto. O arquivo, doado pela filha Adriana Giroto, conta com importante documentação sobre o Programa de Processamento de Urânio e outros materiais radioativos para a produção de energia nuclear, no qual Giroto participou na década de 1950. Em seu inventário, publicado em 2002, é reconhecida a participação da filha acompanhando o processo de organização, e auxiliando na identificação do acervo fotográfico.

Após esse período, o Museu recebeu os acervos de mais 14 cientistas, a maioria ainda não organizados pela instituição.

Ao analisarmos os processos dos primeiros arquivos adquiridos pelo MAST, ainda que através dos documentos institucionais que registram muitas vezes um viés burocrático da doação, podemos compreender de que maneira a custódia desses acervos foi compreendida não apenas pelos aspectos legais, mas sobretudo levando em consideração o contexto da doação.

No início desse capítulo, quando investigamos a aquisição do arquivo pessoal de Olympio da Fonseca fica claro, a partir dos documentos anexados ao processo, como desde o início das suas atividades havia não só por parte do MAST, mas também levando em consideração as atividades de custódia de documentos por outras instituições de guarda, a necessidade de se estabelecer a área de atuação que o Museu iria priorizar no seu interesse de preservação.

Enquanto esse perfil não se consolidava, as primeiras doações estiveram diretamente ligadas à ingerência do corpo profissional da instituição, como por exemplo, atuação do ex-diretor Ronaldo Mourão na aquisição dos arquivos de Henrique Morize e Amoroso Costa, ou a influência da pesquisa da ex-diretora Heloísa Bertol na aquisição do arquivo do Antropólogo Castro Faria.

A década de 1990 pode ser compreendida, entretanto, como um período de transformação de paradigma no processo de aquisição desses acervos pelo MAST. Isso fica evidente não apenas através do exercício de conscientização dos cientistas pelo valor de sua documentação para os estudos de História de Ciência, a partir de 1995, como citado por Heloísa Bertol, mas também pela possibilidade de integração entre a instituição e seus doadores, despertando em muitos o interesse em fazer parte desse processo. A partir de 1997, essa nova atuação passa a ser percebida e registrada, como vimos nos exemplos dos acervos de Feiga Rosenthal, Hervásio de Carvalho e Bartyra Arezzo, nos quais os familiares e os próprios

produtores auxiliaram diretamente na organização dos acervos, intermediando as ações desenvolvidas pelo MAST.

Percebemos assim que essa interação entre os doadores e instituição ampliou o canal de negociações nos processos de aquisição dos futuros acervos recebidos pelo MAST.

3.3 Os acervos custodiados após a criação da Política de Aquisição e Descarte de Acervos (2011)

Nesta subseção, pretende-se analisar os arquivos custodiados pelo MAST após a criação do instrumento que regula a aquisição dos acervos da instituição em 2011. A proposta é refletir sobre os referidos processos de aquisição, verificando os impactos da Política de Aquisição e Descarte na incorporação desses acervos. Foram adquiridos pelo MAST, dentro do período delimitado para a pesquisa, 14 arquivos pessoais de cientistas, sendo o último adquirido em 2017, como ilustrado no Quadro 3.

Quadro 3 - Arquivos Pessoais adquiridos pelo MAST a partir de 2011

ANO DE ENTRADA	TITULAR DO ARQUIVO	RESPONSÁVEL PELA DOAÇÃO
2011	RIO NOGUEIRA	ESPOSA
2012	ROBERTO DE ANDRADE MARTINS	TITULAR
2012	ÉRIKA ZIMMERMANN	FILHA
2012	ELISA FROTA-PESSOA	TITULAR
2012	JAYME TIOMNO	ESPOSA
2013	SUSANA DE SOUZA BARROS	ESPOSO
2014	MAURICE BAZIN	ESPOSA
2014	ANTONIO MC DOWELL	ESPOSA
2014	ORLANDO RANGEL	FILHA
2015	ESTELA KAUFMAN	FILHO
2015	CHRISTOVÃO CARDOSO	FILHA

2016	DIÓGNES CAMPOS	TITULAR
2016	MAIA PENIDO	FILHA
2017	HELOÍSA ALBERTO TORRES	COMODATO

Fonte: elaborado pela autora.

A análise de como esses acervos foram adquiridos pelo Museu, diferentemente dos arquivos investigados até aqui, contou apenas com os processos de doação, pois, com exceção do arquivo de Rio Nogueira, nenhum dos acervos foi organizado, não contando assim com a disponibilização de material *online* e instrumentos de pesquisa como os inventários. Esses processos contêm documentos comuns elaborados pelo MAST, como os termos de doação assinados pelas partes, pareceres e relatórios de acompanhamento, bem como documentos anexos que auxiliam na compreensão do processo de aquisição, como cartas, trocas de *e-mails* entre os familiares e os funcionários da instituição, relatórios de outras instituições etc.

Iniciamos elucidando que, dentre os 14 acervos citados no quadro 3, quatro não figuram no *site* da instituição por motivos variados como, por exemplo, a ausência de assinatura no termo de doação. São eles os dos cientistas Érika Zimmermann, Diógenes Campos, Maia Penido e Heloísa Alberto Torres.

O primeiro arquivo adquirido pelo MAST após a criação da política de aquisição foi o do matemático Rio Nogueira, ainda em 2011, que junto do arquivo de Estela Kaufmann, serão objeto de análise na quarta seção.

Em 2012, o MAST recebeu a doação de quatro acervos. O primeiro foi o arquivo do físico Roberto de Andrade Martins. Professor com relevantes trabalhos nas áreas de Filosofia da Ciência e História da Ciência, Roberto Martins lecionou no Departamento de Raios Cósmicos do Instituto de Física da UNICAMP entre o período de 1983 e 2010, quando se aposentou. Hoje, o cientista continua atuando como colaborador em diversas universidades como a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e a Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista (FESB),⁴¹ É membro do Grupo de História, Teoria e Ensino de Ciências (GHTEC) da USP. Foi Presidente da Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC) e da Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul (AFHC).

⁴¹ Informações disponibilizadas na Plataforma Lattes do CNPq, disponível em <http://lattes.cnpq.br/1303182900555819>, atualizada em 14/03/2020. Acesso em março de 2020.

O acervo doado pelo próprio Roberto Martins (em sua maioria documentos textuais) é um dos poucos arquivos abertos e, por conta dessa singularidade, a aquisição faz-se de forma fragmentada, como fica explícito no *e-mail* enviado ao MAST, em 2016, pelo próprio, informando a remessa de mais um lote de documentos para serem incorporados ao seu arquivo. Outra característica desse acervo está ligada ao pedido de sigilo de alguns documentos. O cientista doou documentos confidenciais que só poderão tornar-se públicos após a sua morte.

Em julho de 2012, o Museu recebeu a doação do arquivo da física Érika Zimmermann. Seu acervo foi doado pela filha a pedido da própria cientista que em vida já havia manifestado à família o desejo de que seu acervo ficasse sob guarda no MAST.⁴²

Érika Zimmermann lecionou durante anos na Universidade de Brasília (UnB), adquirindo vasta experiência na área de educação com ênfase em ensino-aprendizagem de ciências em espaços não formais de educação, atuando principalmente em temas ligados ao ensino de física, ensino de ciências, filosofia da ciência, interdisciplinaridade e pensamento e ação de professores.⁴³

Nesse contexto dos espaços não formais, seu trabalho ganhou maior notoriedade com o estudo do que ela chamava de “a ciência como cultura”, e que se tornou o eixo central de seu trabalho. Nele, a professora buscava, através de práticas pedagógicas, aproximar a ciência do ambiente escolar, integrando a escola aos espaços de pesquisa como os museus, estimulando, assim atividades como exposições e feiras de ciências entre os alunos. A prática educativa nos espaços não formais levou a professora a realizar diversos cursos na área de museologia, ampliando sua área de atuação.

A partir de diversos trabalhos realizados junto ao MAST, em 2011, Érika Zimmermann candidatou-se à direção da instituição, apresentando pessoalmente seu currículo e suas propostas para as diversas áreas de atuação do Museu. Entretanto, o processo foi interrompido por sua morte no mesmo ano. A doação de seu acervo foi feita ao MAST em dois momentos: em 2011 foram doados os documentos bibliográficos e em 2012 o acervo arquivístico.

No parecer elaborado pela instituição, consta que, durante o processo de aquisição do acervo bibliográfico, foram identificadas duas caixas com documentos pessoais da cientista e, como se tratava de documentos arquivísticos, foram encaminhadas ao AHC. De acordo com a família, apesar dos referidos documentos não terem passado por um processo de triagem antes

⁴² Processo de aquisição de Érika Zimmermann, *e-mail* de 05 de outubro de 2012.

⁴³ Informações disponibilizadas na Plataforma Lattes do CNPq.

da doação, eles permaneceram no MAST. Segundo relatório do Museu, a formação de Érika Zimmermann encontrava-se em consonância com as áreas de atuação da instituição, estando seu acervo dentro das normativas estabelecidas pela Política de Aquisição e Descarte do MAST.

A Política de Aquisição também engloba acervos de técnicos, professores e gestores de ciência e tecnologia, com atuação relevante no cenário da divulgação e educação em ciências, o que parece ser o caso, já que EZ atuou em diversas instituições e ações com esse cunho, construindo uma carreira consolidada no ensino público superior e com uma grande produção bibliográfica, tornando-se referência nacional sobre o assunto. Além EZ participou na elaboração de diretrizes e implantação do Museu de Ciência e Tecnologia da Universidade de Brasília.

O arquivo também preenche os critérios de avaliação previstos na Política de Aquisição quais sejam: importância do educador e relevância de sua obra para a divulgação e educação da ciência; conteúdo representativo da atuação do educador; e capacidade de atribuição de proveniência. (PARECER SOBRE A AQUISIÇÃO DO ARQUIVO ÉRIKA ZIMMERMANN. 31 de agosto de 2015).

Ainda em 2012, o MAST recebeu os arquivos pessoais de Elisa Esther Maia Frota-Pessoa e Jayme Tiomno. O nome de Elisa Frota-Pessoa destaca-se com enorme relevância devido à cientista ter sido uma das três primeiras mulheres a graduarem-se em Física no Brasil e a primeira a se doutorar na área.

O acervo foi doado ao MAST pela própria Elisa que, com o auxílio dos filhos, encaminhou ao Museu, no mesmo período, os documentos de seu marido, o também físico, Jayme Tiomno. Considerado um dos maiores cientistas brasileiros dos últimos 50 anos, Tiomno graduou-se como bacharel em Física em 1941, na Faculdade Nacional de Filosofia, além de cursar pós-graduações em renomadas universidades estrangeiras. Profissionalmente, atuou em importantes universidades brasileiras como a USP e a PUC, produzindo estudos relevantes, sobretudo na área da física de partículas. Na década de 1950, fundou o CBPF, com César Lattes e José Leite Lopes, onde foi professor titular.

Por tratar-se de dois acervos pertencentes à mesma doadora, doados no mesmo período e cuja trajetória profissional dos produtores muito se assimilavam, os trâmites processuais para recebimento dos arquivos pessoais dos cientistas foram encaminhados de maneira conjunta pelo MAST, embora possuam termos de doação distintos.

Antes de irem para o MAST, parte significativa dos acervos dos físicos estava sob custódia no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), instituição na qual atuaram como membros fundadores. Em mensagens trocadas entre a direção do museu e a filha de Elisa, Sonia

Frota-Pessoa⁴⁴, ficou registrada a necessidade de a família formalizar, com a CBPF, a decisão de doar os dois arquivos ao MAST, autorizando assim a transferência dos documentos para o Museu.

Em relatório produzido pelo MAST sobre o recolhimento do acervo, é detalhado todo o acompanhamento entre os membros do AHC e do CBPF. Nele, consta que a identificação dos documentos não havia sido feita de maneira detalhada devido à celeridade por parte do centro de pesquisa em transferir os acervos para o MAST. Entretanto, o professor do CBPF, Sergio Joffily, que trabalhou com Elisa e Jayme e auxiliou nas negociações, dispôs-se a ajudar no processo de identificação da documentação pelo MAST.

Segundo Joffily, além da documentação identificada para a transferência, havia mais duas caixas de documentos pessoais⁴⁵ que seriam encaminhadas ao MAST mediante um acordo feito diretamente entre ele e a então diretora do Museu, Heloísa Maria Bertol Domingues. Após a análise da documentação, constatou-se que, não havendo nenhuma relação entre o referido acervo e os arquivos custodiados pelo MAST, esses documentos deveriam ser encaminhados à Heloísa Bertol, “a fim de que essa de aos mesmos a destinação que julgar pertinente” (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO ELISA FROTA-PESSOA/MAST, s/p).

No parecer sobre a aquisição dos arquivos de Elisa Frota-Pessoa e Jayme Tiomno, elaborado pelo MAST, fica claro que as negociações que viabilizaram a aquisição desses arquivos foram intermediadas pela diretora do Museu Heloísa Bertol Domingues. No processo, é possível inferir a preocupação por parte da diretora em submeter os arquivos à COPAD. Em troca de *e-mail* com a representante da Coordenação de Documentação e Arquivo CDA/MAST, Maria Celina Soares de Mello e Silva, Heloísa Bertol expressa apreensão quanto ao tempo que esses “trâmites burocráticos” poderiam tomar, interferindo na aquisição dos acervos, indagando ainda sobre o papel da comissão, e afirmando querer compreender melhor sua atuação.

Em resposta, Maria Celina reitera a importância da COPAD desde a criação da Política de Aquisição e Descarte de Acervos do MAST, em 2011. Ela explica que, desde então, de acordo com os acervos, as áreas de atuação do Museu fazem um parecer técnico, nos quais constam a importância do titular e o conteúdo dos documentos.

⁴⁴ Refiro-me aqui diretamente a *e-mails* trocados entre a direção do MAST, na figura de Heloísa Maria Bertol Domingues e a família da doadora, que se encontram no processo de aquisição de Elisa Frota-Pessoa e Jayme Tiomno.

⁴⁵ De acordo com o relatório, a partir da análise verificou-se tratar de documentação acumulada pelo professor Joffily relativa ao processo de produção do livro Leite Lopes Festschrift: a pioneer physicist in the third world, do qual foi um dos editores.

Em geral, depois da negociação e da vontade manifesta do doador em doar, o AHC assume a negociação com o doador para viabilizar a transferência, da melhor maneira para ambos. Mas, independentemente disso, é preciso registrar os momentos da negociação para anexar ao processo. Aprendi isso em visita técnica ao Arquivo do Instituto Pasteur em Paris. Lá eles me explicaram que precisam registrar o passo a passo das aquisições porque já tiveram problemas com herdeiros décadas depois. Assim, aprendemos fazer um relatório de acompanhamento cada vez que recebemos uma visita com a intenção de doação de arquivo, ou quando recebemos um telefonema sobre o assunto. Também imprimimos os e-mails e anexamos ao processo. Assim, fica registrada toda negociação, para não haver qualquer dúvida. Hoje sabemos, daqui a 50 anos não sei. Precisamos registrar. Além disso, essas informações também são cobradas pela jurídica, que precisa saber como o acervo foi parar na instituição, quem contactou, quem negociou, quando chegou etc. (*E-mail* de Maria Celina Soares, 25/11/2012. PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO ELISA FROTA-PESSOA/MAST, s/p).

A preocupação expressa pela direção do Museu justifica-se no parecer sobre a aquisição.

Na ocasião, a diretora do MAST informou que havia pressa no recolhimento desse arquivo ao MAST e não havia tempo hábil para convocar a COPAD. O Arquivo História da Ciência providenciou a retirada do acervo do CBPF, quando então percebeu que a pressa era devida a opiniões contrárias à transferência deste arquivo para o MAST (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO ELISA FROTA-PESSOA/MAST, s/p).

O parecer finaliza afirmando que ambos os arquivos são de físicos com importante atuação na área, que preenchem os requisitos dos critérios de avaliação estabelecidos na Política de Aquisição e Descarte de Acervos do MAST sobre a importância e relevância do cientista e sua obra para a história da ciência.

Apesar de um parecer favorável, as negociações para a aquisição desses acervos evidenciam a resistência que a criação de uma normativa, respaldada por uma comissão técnica, pode encontrar em algumas instituições. Se por um lado a política legitima a ação da instituição, preservando os profissionais de qualquer imputação sobre a escolha dos acervos, por outro ela modifica estruturas de trabalho há muito tempo consolidadas nas instituições, mexendo em estruturas hierárquicas e limitando determinadas condutas tidas como habituais.

No ano de 2013, o MAST recebeu apenas um acervo, o arquivo pessoal da cientista Susana Lehrer de Souza Barros. De nacionalidade argentina, Susana formou-se em Física pela Universidade de Buenos Aires em 1952. No ano seguinte, veio para o Brasil a convite para estagiar na Universidade de São Paulo (USP), iniciando seus estudos sobre radiação cósmica com o físico austríaco Kurt Sitte. Apesar de grande atuação profissional no exterior, onde concluiu sua tese sobre o decaimento radioativo do méson pi, pela Universidade de Manchester em 1960, nos anos 70 Susana retornou ao Brasil, onde lecionou em importantes instituições

como a Universidade de Brasília (UnB), a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e, a partir de 1976, o Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IF-UFRJ).

Apesar de participar e liderar importantes pesquisas ao longo de sua vida acadêmica, sua grande atuação foi nos estudos sobre o ensino de Física no Brasil, dedicando-se sobretudo às problemáticas do ensino de Física universitário e da formação do professor de Física⁴⁶.

O processo de aquisição do arquivo de Susana de Souza Barros no MAST não apresenta muitos desdobramentos. O relatório de acompanhamento informa tratar-se de um acervo pequeno, com cerca de duas caixas de documentos doados pelo marido da cientista, Fernando de Souza Barros. O relatório descreve ainda que, em reunião com a COPAD em 28 de agosto de 2013, quando o acervo foi apresentado à comissão pela diretora Heloísa Bertol, foi defendida a relevância de sua titular para a área, obedecendo, assim, os critérios definidos na Política de Aquisição e Descartes de Acervos do MAST, ficando acordada a elaboração de um parecer sobre a aquisição do arquivo para a chancela final da comissão.

De acordo com as informações disponíveis na plataforma digital do MAST, o acervo encontra-se organizado, disponível para consulta e em fase de elaboração de seu inventário.

Em 2014, o MAST recebeu os arquivos pessoais de Maurice Jacques Bazin, Antônio Mc Dowell e Orlando Rangel.

O primeiro foi o do físico francês Maurice Bazin. Além de lecionar em importantes universidades estrangeiras, como a Universidade de Évora, a Universidade de Lisboa e Princeton e Rutgers/Estados Unidos, a partir da década de 1970, Bazin também desenvolveu no Brasil um relevante trabalho na UNICAMP, em Campinas, e na Pontifícia Universidade Católica, no Rio de Janeiro. Sua atuação esteve muito ligada à melhoria do sistema de ensino de Física básica e à formação e capacitação de professores através da criação de novas metodologias que democratizassem e popularizassem a ciência no Brasil. Também foi responsável pela fundação do primeiro museu interativo de ciências do Rio de Janeiro, o Espaço Ciência Viva (ECV)⁴⁷.

A entrada do arquivo no museu pode ser analisada no parecer sobre a aquisição do acervo, elaborado pela CDA/MAST. Nele, fica registrado que em 2013 o MAST foi contatado

⁴⁶Informações disponibilizadas na Plataforma Lattes do CNPQ, disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3802957843829019>, atualizada em 25/06/2010. Acesso março de 2020.

⁴⁷ Disponível em site: mast.br/hotsite_acervo_arquivistico/maurice_bazin.htm. Acesso março de 2020.

pela ex-esposa de Maurice Bazin, que demonstrou interesse em doar o arquivo do pesquisador que havia falecido em 2009. De acordo com o parecer, esse acervo já era de conhecimento do MAST desde quando o Museu e o ECV, do qual Bazin foi fundador, assinaram um termo de cooperação técnica entre as instituições, demonstrando o MAST, desde o início, interesse pelo referido arquivo. Everaldo Frade, responsável pelo parecer, descreve: “De imediato externamos o nosso interesse em avaliar o mesmo. Passando esse tempo, surgiu o interesse da família em doar e assim retomei o diálogo e as tentativas com o objetivo de fazer a avaliação do acervo” (PARECER SOBRE A AQUISIÇÃO DE MAURICE JACQUES BAZIN/MAST, 2013).

Ainda de acordo com o parecer, o arquivo de Bazin preenchia todos os requisitos estabelecidos pela política de aquisição do MAST quanto à área de atuação e relevância do titular e estado de conservação dos documentos, sendo esse então favorável à aquisição do acervo. Entretanto, em um relatório de acompanhamento referente a uma reunião da COPAD, a diretora Heloísa Bertol questionou o parecer favorável à aquisição do arquivo de Maurice Bazin elaborado pela Coordenação de Documentação e Arquivo. “A diretora disse ter dúvidas se o papel de Bazin é relevante dentro de sua área de atuação e se o arquivo é relevante para o MAST”. Segundo o relatório, tal questionamento seria analisado pela Coordenação de Educação e que se considerado a apto à aquisição do arquivo seria chancelada pela COPAD.

Nesse caso, o questionamento, por parte da direção do Museu, ao setor responsável pelo tratamento dos acervos arquivísticos, apesar de legítima, em alguma medida pode sugerir uma tentativa de interferência na decisão da comissão responsável. Percebemos, assim, que apesar dos processos, a partir de 2011, contarem com um pragmatismo muito maior relativo aos pareceres de uma comissão instituída para avaliar a pertinência dos acervos, as intervenções de atores individuais continuaram existindo.

Em 2014, o MAST recebeu o arquivo pessoal do engenheiro aeronáutico Antônio Maria Amazonas Mac Dowell, que se formou no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Profissionalmente, destacou-se como docente lecionando no ITA e nas Universidades Federais da Paraíba e de Pernambuco e atuou em importantes instituições como FINEP, Ministério da Educação e Ministério de Ciência e Tecnologia. Seu arquivo foi doado pela esposa em 2014 e encaminhado à CDA pela direção do MAST. Em carta enviada a instituição, Déa Mac Dowell fala sobre a importância do arquivo para a família e da satisfação em entregá-lo ao MAST, ressaltando que, além do material entregue em 2014 (três caixas *boxes*, contendo documentos textuais), outros documentos pessoais seriam enviados pela família ao Museu.

Segundo o parecer de aquisição, levando em consideração a relevância do titular - uma vez que Mc Dowell desempenhou importantes funções nas áreas de ciência e tecnologia - e as condições do acervo de acordo com a política instituída pelo MAST, o COPAP é favorável à aquisição do referido acervo.

Ainda em 2014, foi assinado o termo de doação do arquivo do engenheiro químico Orlando da Fonseca Rangel Sobrinho. Graduado em Engenharia Química pelo Instituto Militar de Engenharia em 1935, Orlando Rangel foi diretor do Setor de Pesquisas Químicas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na década de 1950,⁴⁸ seu arquivo foi doado pela filha, Alice Rangel de Paiva Abreu. Entre os documentos descritos no relatório de atividades, encontram-se, sobretudo, documentos relativos à sua atividade profissional, tanto em instituições públicas quanto privadas e sua formação acadêmica. No processo de aquisição é notória a ausência de documentos que remetam à vida pessoal do engenheiro, ausência essa também percebida em plataformas acadêmicas, como a plataforma do CNPq. Há, portanto, no processo, notificações à família solicitando referências pessoais sobre o titular.

A criação de uma síntese biográfica dos cientistas é vista em quase todos os processos de aquisição do Museu. Esse documento é produzido pelo próprio Arquivo História da Ciência, geralmente pelos funcionários que estão à frente das negociações, e serve como uma espécie de orientação para o próprio processo de organização do acervo, integrando também seu inventário. Muitas vezes a produção desses materiais biográficos conta com o auxílio do doador, familiares ou indivíduos que compartilharam da trajetória profissional do titular. Também serve de fonte de pesquisa em plataformas acadêmicas e informações produzidas por instituições pelas quais passaram os cientistas. A ausência dessas informações, entretanto, pode criar lacunas nas pesquisas sobre suas atuações e o impacto do seu legado.

Em 2015, o Museu validou a aquisição dos arquivos pessoais de Estela Kaufman e Christóvão Cardoso.

Apesar de pequeno o acervo de Christóvão Cardoso possui grande relevância para o MAST, uma vez que, como presidente do CNPq, o cientista guardou importantes documentos referentes à instituição. O arquivo foi doado de forma fragmentada, em 1999, parte do acervo

⁴⁸ Disponível em http://site.mast.br/hotsite_acervo_arquivistico/orlando_sobrinho.html. Acesso em março de 2020.

foi doada pela filha ao MAST, por intermédio de Bartira Arezzo, e em 2015 essa doação recebeu novos documentos e foi legitimada com a assinatura do termo de doação.

De acordo com o processo de aquisição do arquivo, em agosto de 2013, o AHC recebeu a visita do pesquisador do IBICT Alfredo Tolmasquim⁴⁹, que levou para a instituição um envelope com documentos doados pelo filho de Christóvão Cardoso, Luiz Felipe Cardoso. Depois de avaliada, a documentação foi acondicionada com o restante do arquivo do titular na instituição. É importante sinalizar que a data de aquisição do arquivo no MAST consta de 2015, data da assinatura do termo de doação, embora o acervo já estivesse sob a guarda do Museu há mais tempo.

Em 2016, foram recebidos os arquivos de Diógenes Campos, Maia Penido e Heloísa Alberto Torres. Como já mencionado, chama a atenção a aquisição desses arquivos pelo fato de, até a presente data, eles não aparecerem nas plataformas da instituição. Isso ocorre por motivos variados. No caso do arquivo de Diógenes Campos, de acordo com o relato de Everaldo Frade⁵⁰, falta receber parte do arquivo, por isso ainda não consta como acervo recebido, o de Maia Penido, por tratar-se de uma doação recente, por não ter havido tempo de remetê-lo ao *site* e o de Heloísa Alberto Torres por estar em comodato⁵¹.

O primeiro arquivo foi o do naturalista e paleontólogo Diógenes de Almeida Campos. Graduado em Geologia na década de 60, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), com mestrado e doutorado nas áreas de ciências naturais pela UFRJ, Diógenes Campos ingressou, ainda na década de 70, no setor de paleontologia do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), tornando-se responsável por uma das maiores coleções de fósseis do Brasil. Como chefe do departamento e diretor do Museu de Ciências da Terra, atualmente sob a responsabilidade da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), é responsável por organizar e disponibilizar o acervo para pesquisas de diversas áreas. É membro da Academia

⁴⁹ De acordo com a plataforma lattes Alfredo Tolmasquim é Pesquisador titular do Museu de Astronomia e Ciências Afins, foi Chefe do Departamento de Pesquisa, Coordenador de Informação e Documentação, e Diretor de 2003 a 2011. De 2011 a 2014 foi Coordenador de Ensino e Pesquisa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

⁵⁰ Em fevereiro de 2020, em uma das visitas para a pesquisa, o tecnólogo do MAST Everaldo Frade, através de um relato oral, informou sobre a ausência dos citados acervos na página do MAST.

⁵¹ A Política de Aquisição e Descarte de Acervos prevê em seus critérios gerais para aquisição de acervo arquivístico que, o MAST, excepcionalmente, poderá receber acervos de outras instituições ou pessoas, por meio de Comodato ou Empréstimo.

Brasileira de Ciências, atuando no gerenciamento de programas das Ciências da Terra e de Educação em Ciências⁵².

De acordo com a documentação sobre a aquisição do referido arquivo, em 2012, a convite do então diretor do Museu Ciência da Terra, o paleontólogo Diógenes Campos, a diretora do MAST, Maria Margaret Lopes, e a arquivista do AHC, Araci Gomes, visitaram a instituição onde tomaram conhecimento da intenção do diretor em doar seu arquivo pessoal para o museu.

Depois da visita aos espaços expositivos fomos abordadas pelo então diretor que manifestou seu interesse de doar o seu arquivo pessoal ao Arquivo História da Ciência, do MAST, alegando que a sua motivação deveu-se ao fato da posse da nova diretora Maria Margaret Lopes, que também é geóloga de formação (PARECER SOBRE A AQUISIÇÃO DE DIÓGENES CAMPOS/MAST, 2012, s/p).

Após esse primeiro contato, o AHC produziu um parecer no qual confirmava a relevância do titular do acervo para a área de História da Ciência no Brasil, afirmando que, mesmo que ainda não possuam até aquele momento informações sobre o conteúdo dos documentos, a trajetória profissional do cientista está em consonância com as exigências apontadas na Política de Aquisição do Museu, sendo um parecer provisório favorável à aquisição do arquivo pelo MAST.

Ainda de acordo com os relatórios de captação do acervo, foram necessárias três visitas entre os anos de 2016 e 2017 para que o Museu recolhesse todo o acervo doado. Os documentos, que estavam na sede do DNPM, foram, ao longo desse período, organizados por funcionários da instituição sob a orientação dos profissionais do AHC. É relevante ressaltar que o arquivo Diógenes Campos também é um fundo aberto, tendo assim a perspectiva de receber novos documentos.

Em 2016, também chegou ao MAST o arquivo do engenheiro João Augusto Maia Penido. Apesar do termo de doação ser de dezembro de 2016, os trâmites que iniciaram as negociações do arquivo começaram em 2015. Segundo a documentação presente no processo de aquisição, as negociações foram intermediadas por uma profissional do próprio Museu, que havia sido contratada pela família para auxiliar na organização do acervo. Após a manifestação por parte da família do desejo de doar o referido arquivo, o MAST deu início ao processo de

⁵² Disponível no *site* da Academia Brasileira de Ciências. <http://www.abc.org.br/membro/diogenes-de-almeida-campos/> Acesso em abril de 2020.

avaliação. Após a análise da Coordenação do AHC e da COPAD, foi dado o parecer favorável à aquisição, mediante as normativas vigentes na Política de Aquisição.

Sobre a doação desse acervo, vale ressaltar que, por tratar-se de uma documentação que já vinha sendo previamente organizada pela família, ela continha um inventário prévio, conforme descrito nas trocas de *e-mail* entre a filha de Maia Penido, Stella e Maria Celina. Segundo Everaldo Frade, entretanto, o Museu tem autonomia para adequar a organização aos seus critérios institucionais.

Em fala disponível na plataforma digital do MAST, a diretora do Museu defendeu a aquisição do acervo.

A diretora do MAST, Heloisa Maria Bertol Domingues, agradeceu à família o acervo recebido e adiantou: "Nós somos uma instituição de Ciência e Tecnologia e, à medida em que ampliamos nossos contatos com a comunidade científica, nos preocupamos com a perda de documentos importantes. Nós temos muitos acervos na área de astronomia, é claro, mas nosso arquivo é aberto, não foca apenas uma área do conhecimento. Também temos acervos nas áreas da geologia, da engenharia, da química, da física e da matemática, por exemplo".⁵³

O último processo de aquisição a ser analisado nessa parte da pesquisa refere-se ao arquivo pessoal da antropóloga Heloísa Alberto Torres, recebido pelo MAST em dezembro 2017. O acervo possui uma trajetória distinta dos demais arquivos custodiados pela instituição, uma vez que o fundo, lotado no MAST em uma condição de comodato, pertence ao IPHAN com data de tombamento referente a 2012.

Originalmente, o acervo estava armazenado na Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres, em Itaboraí, no Rio de Janeiro. Entretanto, a falta de recursos financeiros não permitiu uma estrutura adequada à conservação dos documentos. No diagnóstico sobre o estado de conservação do fundo elaborado pelo MAST é ressaltada a ausência de instalações e mão de obra qualificada para tratar o acervo.

A ausência de cuidados no tratamento, armazenamento, manuseio e acondicionamento do fundo gerou para ele danos nocivos. Questões relacionadas à temperatura inadequada, umidade relativa do ar não controlada, iluminação direta, juntamente com a poluição e a infestação de agentes biológicos foram fatores que contribuíram para sua deterioração no decorrer dos anos.

A Casa de Cultura é um lugar que não dispõe de um setor que possa servir de arquivo e que também não conta com um espaço adequado com condições de

⁵³ Disponível em <http://portal.mast.br/pt-br/ultimas-noticias/mast-recebe-acervo-maia-penido.html>. Acesso em maio de 2020.

armazenamento específicas para o fundo (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE HELOÍSA ALBERTO TORRES/MAST, 2017, s/d).

Ainda de acordo com o parecer, durante o tempo em que estive na Casa de Cultura, o acervo não passou por nenhum tipo de tratamento arquivístico. A ausência de qualquer gestão na documentação não possibilitou a identificação de um número exato de documentos, estimando-se cerca de 25 a 27 mil itens documentais no acervo. Não sendo percebida também nenhuma lógica na ordenação, senão uma simples separação alfabética. O acervo é composto por três fundos: Heloísa Alberto Torres, Maria Alberto Torres e Alberto Seixas.

A transferência do acervo para o MAST foi acordada em uma cooperação técnica entre o museu e o IPHAN e visou à guarda, ao tratamento, ao inventário e à digitalização do acervo, “de modo a oferecer condições de acesso por terceiros, viabilizando, assim, sua utilização em estudos e pesquisas de caráter acadêmico, relacionados com a história nacional” (MAST, 2017). Segundo o acordo de cooperação, o tempo estipulado para o prazo de execução seria de três anos (fevereiro/2017 a fevereiro/2020), podendo ser prorrogado mediante a termo aditivo e sendo acordado com as duas partes.

Ainda conforme o acordo entre o MAST e o IPHAN, após todo o processo de tratamento e digitalização, o acervo retornaria ao IPHAN e caso não havendo o interesse, esse ficaria sob guarda do MAST.

Ao pesquisarmos nos processos mais recentes do MAST, podemos afirmar que as doações analisadas, em sua maioria foram feitas a partir do interesse do doador e, em muitos casos, do próprio titular, contando muito pouco com o intermédio do corpo profissional do Museu.

Além do interesse por parte dos doadores em buscar o Museu, é possível perceber também a disposição deles em auxiliar nos processos de identificação dos acervos, ficando evidente em muitos documentos a satisfação pela escolha da instituição. Tais análises sugerem o visível reconhecimento e prestígio institucional que o MAST já passava a ter nesse período na área de preservação de arquivos de cientistas, demonstrando assim uma imprescindibilidade na criação de políticas regimentais.

A criação de um órgão normativo em 2011, visto em muitos casos como trâmites burocráticos, pode ser percebido assim como um regulador nas negociações entre os doadores e a instituição, o que pode ter limitado a ação direta de alguns indivíduos no processo de aquisição, não impedindo, entretanto, que as decisões deliberadas pela comissão fossem objeto

de críticas. Vimos também, que apesar de representar uma normatização das atividades de aquisição, a política não pôs fim as negociações e os acordos existentes entre os doadores e a instituição, a exemplo da aquisição de acervos que apesar da existência de uma normativa, contaram com a influência de representantes do próprio Museu, como é o caso dos acervos de Diógenes Campos e Maia Penido.

4 OS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DOS ARQUIVOS DE ESTELA KAUFMAN E RIO NOGUEIRA

Essa seção tem como objetivo analisar as negociações visando à aquisição dos acervos dos matemáticos Estela Kaufman e Rio Nogueira pelo MAST.

A escolha por esses arquivos não foi aleatória. Os acervos escolhidos têm, em comum, particularidades em seus processos de doação que não são abordadas de maneira clara pela Política de Aquisição do Museu e que, por isso, demandaram negociações entre os doadores e a instituição distintas das analisadas até aqui. Em ambos os processos, encontramos questões que, como afirmado anteriormente, não são raras às aquisições de arquivos pessoais, mas que dificilmente são abordadas nas normativas institucionais.

Durante a pesquisa nos processos de aquisição dos arquivos pessoais do MAST foi possível analisar não apenas os documentos que registram os acordos para a realização das doações, como também conhecer um pouco sobre a trajetória pessoal e profissional de cada cientista pesquisado. Apesar de nem todos os fundos estarem organizados - trabalho que resulta em um rico inventário com a descrição dos documentos recebidos em cada doação, além de uma valiosa síntese biográfica -, os processos contêm muitos documentos que narram um pouco da biografia de cada produtor. Esse material, entre outros préstimos, é relevante para a realização do parecer sobre a aquisição, elaboradas pela COPAD.

4.1 O arquivo pessoal de Estela Kaufman

A estrutura dessa subseção conta com uma apresentação biográfica dos titulares, uma descrição dos arquivos e uma análise sobre a trajetória que levou à busca pela institucionalização desses acervos, os caminhos percorridos pelos doadores e os primeiros contatos com o Museu, tentando ampliar, assim, as reflexões acerca dos processos que culminaram na aquisição à luz da normativa elaborada pela instituição.

4.1.1 Síntese biográfica

Doado em 2015, o acervo pessoal da professora Estela Kaufman foi um dos últimos arquivos adquiridos pelo MAST. Assim, ele ainda encontra-se em fase de levantamento documental, não

estando aberto para consulta. Entretanto, o processo de aquisição guarda inúmeros registros que descrevem um pouco da trajetória da titular e do percurso de seus documentos até que chegassem ao AHC. São relatórios de acompanhamento e recolhimento do acervo produzido pelo Museu, resumos biográficos, *e-mails* e cartas trocadas entre os doadores e a instituição.

Para compreendermos os diversos aspectos da vida da titular, foi relevante também a pesquisa em outros trabalhos nos quais a professora e sua obra figuraram como objeto de estudo⁵⁴.

Estela Kaufman Fainguelernt nasceu em 23 de julho de 1933, no Rio de Janeiro. Caçula de uma família judia refugiada no Brasil após a Primeira Guerra, seguindo o exemplo dos irmãos, que se dedicaram ao estudo das ciências exatas, a educadora optou pela matemática, principalmente pelo desejo de seguir carreira no magistério.

Licenciada e Bacharel em Matemática pela Faculdade Nacional de Filosofia, então Universidade do Brasil, em 1955, foi aluna de diversos professores renomados na área, como José Abdelhay e Leopoldo Nachbin, na cadeira de Álgebra, Joaquim da Costa Ribeiro, em Física, e em Geometria Moema Sá Carvalho e Maria Laura Leite Lopes⁵⁵.

Durante alguns anos, período no qual se casou e teve dois filhos, Estela Kaufman dedicou-se à vida doméstica e ao magistério, retornando à vida acadêmica para a realização dos cursos de Pós-Graduação. cursou o Mestrado em Matemática pela Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE), da UFRJ, na área de sociedade e tecnologia ligada ao Departamento de Sistemas de Informações, e defendeu a dissertação intitulada "Um Modelo Matemático para o Estudo das dificuldades apresentadas pelos alunos do 2º grau na Resolução de Sistemas Lineares"⁵⁶, em 1981, sob orientação da professora Maria Laura Leite Lopes. O Doutorado em Engenharia de Sistemas e Computação também foi realizado na COPPE/UFRJ, onde obteve o título com a tese "Representação do Conhecimento Geométrico através da Informática", defendida em 1996.

Apesar de formada, a prioridade era a criação de seus filhos (Jacob e Daniel). Somente após o ingresso dos dois no primeiro ano ginásial é que, com o apoio e incentivo do sempre presente Israel, iniciou sua carreira no magistério.

⁵⁴ Refiro-me aqui especialmente a Dissertação de Mestrado de Marcelo Salvador intitulada "Uma história de Paixão: Estela Kaufman Fainguelernt e o ensino de geometria", defendida em 2012 na Universidade Severino Sombra.

⁵⁵ Os arquivos pessoais de Leopoldo Nachbin e Maria Laura Mouzinho Leite Lopes também encontram-se sob custódia no MAST.

⁵⁶ FAINGUELERNT, Estela K. Um modelo matemático para o estudo das dificuldades apresentadas pelos alunos do 2º grau na resolução de sistemas lineares. Dissertação - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1981

Percebe-se o apoio de seu marido quando, ao organizar seu arquivo pessoal, encontramos um bilhete dele, carinhoso e saudoso, a ela encaminhado durante uma viagem a um congresso, embora lhe desejasse que aproveitasse o momento para seu crescimento profissional (SALVADOR, 2012, p.30).

Começou a atuar como docente na década de 1960, lecionando em diversas escolas públicas e privadas como o Colégio Pedro II e a rede estadual de ensino do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com Salvador (2012), a dificuldade inicial em fazer com que os alunos, principalmente dos primeiros anos do ginásio, compreendessem o ensino da matemática, fez com que Estela questionasse a aplicação de muitas práticas desenvolvidas em sala de aula. Assim, antes de ingressar no mestrado, Estela Kaufman participou de diversos cursos de formação para o ensino da matemática, como os promovidos pelo Serviço de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Médio (SADEM) e de especialização em diversas disciplinas no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA): Análise, Álgebra Linear, Equações Diferenciais e Variáveis Complexas.

A docência no Ensino Superior teve início em 1971 como professora assistente nas cadeiras "Introdução à Topologia" e "Introdução ao Estudo das funções de Variável Complexa", na então Associação Universitária Santa Úrsula, que posteriormente veio a tornar-se Universidade Santa Úrsula (USU), onde lecionou por mais de trinta anos desenvolvendo diversos projetos de pesquisas ligadas à Educação Matemática. Ainda na Santa Úrsula, Estela Kaufman foi coordenadora do curso de Licenciatura em Matemática, integrando a Comissão de Reformulação dos Currículos de Licenciatura do curso (1985/86), além de coordenar o programa do mestrado da instituição.

A professora lecionou também por cerca de dez anos no curso de Matemática da Universidade Estácio de Sá (UNESA), também ocupando a coordenação do curso. No período de 2000 a 2004 trabalhou no Centro Universitário da Cidade (UNIVERCIDADE), ministrando na graduação as disciplinas Matemática I e II no curso de Marketing. A partir de 2002, passou a lecionar também na Universidade Severino Sombra (USS).

Em 2010 e 2011, lecionou no Centro Educacional Serra dos Órgãos (UNIFESO), em Teresópolis, no interior do Rio de Janeiro, no curso de Licenciatura em Matemática, matérias como Análise Matemática, Álgebra Linear e Geometria.

Na década de 1980, Estela Kaufman foi uma das sócias fundadoras da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM), criada em janeiro de 1988, fazendo parte também do grupo de trabalho responsável pela organização do vestibular do Centro de Seleção de

Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio (CESGRANRIO), instituição que na época gerenciava a seleção unificada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (UFRJ/UERJ/CEFET/ENCE), onde também atuou como avaliadora na correção das provas discursivas de matemática.

Na década de 1990, a professora integrou a equipe que organizava as provas de vestibular da Universidade Santa Úrsula. Também compôs a banca do concurso para Contador e Fiscal de Atividades Econômicas da Secretaria Municipal de Administração e dos concursos públicos para o cargo de professor nos Departamentos da UERJ, UFRJ e UFF. Atuou ainda na Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, no Laboratório de Currículos, onde foi membro da equipe autora do Projeto de Reformulação de Currículos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Na ocasião, participou de vários dos então chamados "treinamentos" de professores da rede estadual de ensino. Diversas foram as suas participações em grupos de trabalhos (GT) e apresentações em Encontros e Congressos de professores de Matemática no Brasil e no exterior. Dentre eles, o International Congress Mathematic Education (ICME), Psychology of Mathematics Education (PME), e vários dos Encontros Nacionais de Educação Matemática (ENEM). Através de suas apresentações e seus trabalhos, ficou reconhecida nacional e internacionalmente (SALVADOR, 2012, p.38).

Após atuar em diversas instituições, em 2002, a convite da professora Maria Lúcia Aversa Villela, Estela Kaufman ingressou na Universidade Severino Sobra (USS), onde iniciou no curso de Especialização, e logo depois assumiu como professora efetiva, lecionando para as turmas de Licenciatura em Matemática. Na USS Estela Kaufman integrou o grupo de professores que deu início ao Mestrado Profissional em Educação Matemática, em 2008, onde também atuou no corpo docente.

4.1.2 Análise do processo de aquisição e descrição do arquivo

Segundo o relatório do MAST, sobre a aquisição do arquivo pessoal de Estela Kaufman, em abril 2015 a Coordenação de Documentação e Arquivo (CDA) recebeu a visita de seu filho Daniel Fainguelert, que revelou o desejo da família em doar seu arquivo à instituição. Diante dessa possibilidade, o então responsável pela Coordenação de Documentação e Arquivo, Márcio Rangel, expressou interesse por parte da CDA em avaliar o acervo.

O filho da matemática/educadora demonstrou satisfação com a possibilidade de doação do acervo ao MAST, já que ,segundo ele, seria importante a preservação da sua memória pelo relevante trabalho que desenvolveu na área de Educação em Ciências, além do acesso público ao material. (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO ESTELA KAUFMAN, 2015, s/p).

A princípio, o filho referia-se a um conjunto documental localizado na residência da professora, dispondo-se inclusive a auxiliar na identificação de fotos e documentos textuais. Entretanto, após alguns contatos com a família para compreender a extensão do acervo documental, a coordenação do AHC foi informada que parte significativa do arquivo pessoal de Estela Kaufman encontrava-se no Departamento de Ensino de Matemática da Universidade Severino Sombra, na cidade de Vassouras/RJ, onde Estela lecionava, tendo sido esse acervo doado pela própria titular.

Ainda em abril de 2015, uma equipe do Museu esteve na residência da professora com a finalidade de avaliar o acervo. Em sua residência, sob supervisão do filho, foram identificados documentos diversos como correspondências, textos acadêmicos, fotografias, material multimídia, recortes de jornais etc. Como consta no relatório de acompanhamento do acervo⁵⁷, não havia nessa documentação nenhum tipo de triagem ou organização por parte da família, com exceção dos livros que se encontravam catalogados. “Aparentemente a documentação estava mantida tal qual deixada pela produtora”. (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO ESTELA KAUFMAN, 2015, s/p).

Conforme avaliado, verificou-se que o arquivo era composto em grande parte por livros e textos ligados à área das ciências exatas, sendo necessária outra avaliação pela equipe responsável pelo acervo bibliográfico que analisaria a relevância desse material para o acervo do MAST. Ainda, segundo o relatório, durante o processo de recolhimento do acervo localizado no apartamento da professora, os documentos foram acondicionados em caixas padrão, totalizando 64 caixas e 1 pasta contendo CDs.

Em avaliação instituída pela COPAD, ficou estabelecido que levando em conta as diretrizes gerais estabelecidas na Política de Aquisição e Descarte de Acervos da instituição, o acervo arquivístico da pesquisadora encontrava-se em consonância com as áreas de especialidade do Museu nas ciências exatas, além de preencher os requisitos quanto à propriedade, ao estado de conservação e à quantidade, dentro dos limites usuais do MAST.

⁵⁷ Relatório de 15 de junho de 2015 produzido pelo funcionário do AHC Everaldo Pereira Frade, que consta no processo de aquisição de Estela Kaufman.

Em julho de 2015, ao ser comunicado sobre a aprovação pela COPAD para a aquisição do arquivo de Estela Kaufman ao MAST, o filho Daniel expressou profunda satisfação. “Eu e meu irmão ficamos muito felizes em saber que o acervo de minha mãe é de interesse da comunidade científica” (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO ESTELA KAUFMAN, 2015, s/p).

Assim, o parecer sobre a aquisição do acervo tornou-se favorável, “com a ressalva de que parte substancial do mesmo encontra-se na Universidade Severino Sombra e que seria importante a reunião dessas duas partes, seja na USS ou no MAST, no sentido de manter a integridade do conjunto documental” (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO ESTELA KAUFMAN, 2015, s/p).

Ainda segundo relatório, em junho de 2015, após contato com a professora Lúcia Villela, um funcionário do AHC fez uma visita técnica para avaliar parte do acervo da professora Estela Kaufman que estava sob guarda da Universidade Severino Sombra, em Vassouras. Foi verificado que o acervo era formado basicamente por documentos acadêmicos referentes ao curso de Mestrado em Matemática no qual Estela Kaufman lecionava, entre eles, material pedagógico, textos acadêmicos, planos de aula, textos para publicações, cópias de monografias, dissertações e teses das quais Estela foi orientadora etc. Material que, segundo a professora Lúcia, era bastante utilizado no programa e cujo destino, de acordo com a vontade da professora Estela, caso não ficasse na USS, era que fosse destinado aos cuidados do professor Bruno Alves Dassié⁵⁸, da Universidade Federal Fluminense.

De acordo com o relatório, essa visita tinha também a intenção de verificar a possibilidade de “juntar as duas partes, mantendo assim a organicidade no mesmo”, uma vez que já havia sido expressa a vontade dos filhos em doar a parte que estava sob custódia da família ao MAST.

Sobre a situação jurídica do acervo, segundo Lúcia Villela, não havia qualquer formalização no processo de doação a USS.

No relatório o servidor responsável descreve:

Nesse ponto, eu comuniquei que a intenção do MAST não é, *a priori*, ficar com esta parte do acervo, e que eu estava ali para ver a melhor solução para preservar o mesmo. Lúcia disse que o filho de Estela procurou os dois

⁵⁸ O professor Bruno Alves Dassié, da Universidade Federal Fluminense (UFF), é líder do Grupo de Pesquisa HEDUMAT - História e Educação Matemática. Foi vice-diretor da Sociedade Brasileira de Educação Matemática - Regional Rio de Janeiro entre 2016 e 2018. Integra a equipe do Laboratório de Educação Matemática (LABEM/UFF). Trabalhou com Estela Kaufman, de quem era muito amigo.

laboratórios (USS e UFF), com o intuito de doar a documentação e por último procurou o MAST. A permanência do acervo na USS está descartada pois o programa está em vias de ser desfeito. Pelo que entendi na UFF o pedido ainda está tramitando. (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO ESTELA KAUFMAN, Relatório de Acompanhamento, 2015, s/p).

Ainda segundo relatório do Sr. Everaldo Frade, ainda que em um primeiro momento houvesse a intenção de unir as duas partes do acervo, após a reunião e mediante as informações obtidas quanto aos tipos de documentos, ele afirma não ver necessidade da junção dos acervos, uma vez que os documentos são de naturezas distintas, o que não implicaria em mantê-los separados.

Isso posto, eu argumentei que inicialmente eu achava que as duas partes do acervo poderiam ser unidas, mas, após a reunião e as informações que recebi, acredito não ser necessária essa junção. Documentação que encontra-se na casa da Lagoa, é constituída de documentos de cunho pessoal de EK, algo não encontrado na parte que está sob guarda na USS. Embora existam documentos impressos na casa da Lagoa, semelhantes aos da USS, não é significativo o conjunto, pois priorizou-se a remessa de documentos impressos para a USS no momento da doação feita por EK. (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO ESTELA KAUFMAN, 2015, s/p).

Entretanto, ao ser questionado sobre a mudança de decisão, que culminou no recolhimento do acervo da USS pelo MAST, o Sr. Everaldo Frade afirmou que diante do fechamento do referido curso, voltou a conversar com a família e com professora Lúcia, responsável pelo arquivo na USS, decidindo reunir as duas partes do acervo, já que à USS iria precisar do espaço onde a documentação estava condicionada. Como foi uma decisão tomada em pouco tempo, ela não ficou documentada⁵⁹.

Em um *e-mail* de fevereiro de 2015, direcionado ao Pró-Reitor de Pesquisa e Graduação da USS, professor Carlos Eduardo Cardoso, Daniel Fainguelert explicou a doação realizada pela família ao MAST, solicitando a autorização para retirada de parte do acervo que estava sob guarda na Universidade. Em setembro do mesmo ano, o professor Carlos defere o pedido, condicionando o mesmo, entretanto, a presença da professora Lúcia Villela.

Após a negociação entre a família e da USS, em outubro de 2015, uma equipe do AHC esteve na Universidade para o recolhimento de parte do arquivo pessoal da matemática. De acordo com o relatório de recolhimento, a equipe do MAST foi acompanhada pela professora Lúcia, que forneceu as orientações gerais de como estavam “acumulados os documentos”.

⁵⁹ Depoimento dado pelo Sr. Everaldo Pereira Frade por *e-mail* durante o período da pesquisa.

O acervo encontrava-se em uma das salas de um dos referidos departamentos. Foi indicado um ordenamento prévio produzido pela produtora e pela professora Lúcia Villela que consistia na numeração dos documentos e das caixas-box. Vale dizer ainda que todo e qualquer sinal de ordenamento – documentos guardados juntos em pastas, ou informações sobre os mesmos constantes de seus invólucros – serão mantidos como subsídio ao processo de organização arquivística. (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO ESTELA KAUFMAN, 2015, s/p).

Junto aos documentos referentes à sua atuação como docente, também estavam documentos administrativos das universidades nas quais a professora trabalhou, além de documentos particulares de alunos e familiares. Ainda segundo o relatório, os documentos de terceiros, que não configuravam como documentos pessoais da professora, a equipe do MAST redirecionou aos cuidados da família. Após as negociações entre a família e a direção da USS, o arquivo da pesquisadora passou em sua totalidade para a custódia do MAST e hoje se encontra em processo de organização.

É importante ressaltarmos que, enquanto esteve sob custódia da Universidade, a documentação serviu como fonte para a elaboração de uma dissertação de mestrado sobre a vida profissional da cientista. De acordo com as informações dos relatórios que integram o processo, essa parte do arquivo teria sido organizada pelo pesquisador, autor da dissertação. Entretanto, segundo Everaldo Frade, hoje o acervo está sendo reorganizado, já que a metodologia utilizada pelo pesquisador (basicamente a descrição individual dos documentos) diverge da que é implementada no MAST.

Em 04 de julho de 2016, o MAST promoveu uma mesa redonda intitulada “A contribuição de Estela Kaufman Fainguelernt para o desenvolvimento da educação matemática para o Brasil”, evento para a assinatura do termo de doação do acervo⁶⁰. No evento, além dos pesquisadores e funcionários do Museu, estavam presentes representando a família, os filhos de Estela, Daniel e Jacob Fainguelernt.

Na mesa de abertura, estavam representando o AHC, os servidores Márcio Rangel, respondendo pela Coordenação de Documentação e Arquivo, Everaldo Pereira Frade representando o setor de Arquivo Histórico, e o professor Antônio Costa, que leu um texto da diretora Heloísa Bertol, representando a direção do MAST:

Na impossibilidade de comparecer a esse evento tão significativo para o MAST de receber o arquivo da professora Estela Kaufman, e poder incluí-lo

⁶⁰ O evento foi realizado no MAST em 04 de julho de 2016, para a realização do Termo de Doação do arquivo de Estela Kaufman. O vídeo institucional, produzido pelo MAST foi postado em 25 de julho de 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=FLTDscOc79A>. Acessado em: 15/05/2020.

no nosso panteão documental de cientistas brasileiras, venho em primeiro lugar agradecer à família, a confiança depositada na nossa instituição.

(...) É com muito orgulho que recebemos esse arquivo e posso-lhes garantir que tudo faremos para retribuir esse ato a sua altura, preservando o material ora doado em todos os sentidos organizando e mantendo o acervo sob as rígidas técnicas adotadas pelo arquivo do MAST, e promovendo estudos sobre a vida e produção de Estela Kaufman.

Temos como princípio que preservar não significa apenas guardar, mas reproduzir os conhecimentos que os arquivos que nos chegam contêm, por isso também, trabalhamos para aproximar mais e mais as áreas do MAST, além da área da preservação, quais sejam a Museologia, a Educação em Ciências e a História das Ciências.

(...) o arquivo de Estela Kaufman vem somar-se a outro arquivo que sempre nos deu muito orgulho tê-lo recebido, o arquivo de sua colega e amiga Maria Laura Leite Lopes. Maria Laura que doou pessoalmente seu acervo ao MAST e sempre deu muito apoio a todo esse trabalho que realizamos, certamente estenderia a família o agradecimento que lhes faço, e diria que seria uma felicidade ver o arquivo de Estela somar-se ao dela, contribuindo para alicerçar a história da matemática brasileira, juntamente com Suzana de Souza Barros, cujo arquivo também foi doado ao MAST. Foram grandes e renomadas trabalhadoras dessa área que constituem alicerce fortíssimo de formação dos nossos cidadãos. Heloísa Maria Bertol Domingues. (MAST, 2016)

No evento compunham a mesa de palestrantes, a professora Lúcia Villela, a professora Kátia Regina⁶¹ e o professor Pedro Carlos Pereira⁶². O evento foi de grande relevância para a compreensão da trajetória do arquivo, pois através dos relatos foi possível apreender tanto a perspectiva dos familiares frente à doação quanto a de colegas de trabalhos e amigos que estiveram ao lado da professora Estela em seus últimos anos como docente e acompanharam sua carreira.

Assim, além de salientar algumas falas consideradas pertinentes ao longo do trabalho para um entendimento mais amplo, o registro do evento foi feito em forma de transcrição e consta como anexo ao trabalho.

A mesa-redonda tem início com a fala da professora Lucia Villela, que além de falar sobre a relação de amizade construída com a professora Estela e a trajetória de ambas no estudo da Educação Matemática, também relata de que modo parte de seu arquivo pessoal foi doado à USS. Segundo a professora

⁶¹ Kátia Regina é professora do Colégio Estadual Guilherme Briggs, Coordenadora de Matemática do Associação Educacional Mira-Flores e professora do Instituto Superior de Educação La Salle. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino-Aprendizagem. Atuando principalmente nos seguintes temas: Matemática, arte, interdisciplinaridade, geometria.

⁶² Pedro Carlos Pereira é professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e coordena a Especialização em Ensino de Matemática também na UFRRJ.

Um orientando meu, ex-orientando que agora está fazendo Doutorado nessa área lá em São Paulo, o Marcelo Salvador, que está aqui, ele fez justamente a pesquisa dele nesse tema em relação a Estela.

Por que a Estela gostava tanto de geometria? O que a levou a gostar tanto de geometria? Quem a influenciou a isso? E foi essa pesquisa do Marcelo que deu origem para a gente um dia chegar na casa da Estela e receber o aval dela: “Podem levar o que vocês quiserem”.

E o Marcelo encheu a Doblò dele de caixa, caixote, papel, tudo misturado, levamos tudo para a minha casa e daí a gente começou uma primeira classificação. Não foi ainda um acervo arrumado, mas uma primeira classificação pelo menos, direitinho, conforme nós recebemos a orientação de como fazer uma primeira classificação. Geramos um arquivo, esse material foi doado pela Estela em vida lá para a Universidade Severino Sombra, lá para o nosso laboratório, após sua morte e após o fim do Programa, o Daniel e o Jacob optaram em doar para cá. (MAST, 2016).

A fala da professora Lúcia demonstra que apesar de parte da documentação de Estela ter sido doada à USS pela própria titular, a preservação de seu acervo como patrimônio documental não parece ter sido elaborada pela professora. A princípio, nos parece que tal doação tinha a intenção de contribuir apenas para as pesquisas do Estudo da Matemática no programa de mestrado da universidade. Nesse sentido, se observarmos a trajetória dessa documentação, podemos compreender que a fragmentação desse fundo arquivístico não parece ter sido uma problemática, uma vez em que em ambos os momentos da doação, tanto pela titular, quanto para família, a doação parecer ter cumprido sua função.

Essa fragmentação do conjunto documental, que ora visa atender aos anseios do titular, no caso de Estela auxiliar na elaboração da dissertação de Marcelo Salvador, ora da família, que buscou preservar seu legado, é denominada no campo arquivístico como dispersão de fundo. Esse contexto é muito comum nos arquivos pessoais, uma vez que os documentos referentes a um indivíduo podem ocupar os mais diversos ambientes nos quais ele desenvolveu suas atividades. Manter a integridade desse fundo, sempre que possível, é, entretanto, um dos princípios da Arquivologia, sendo relevante assim, ao final dessa seção retornarmos a esse aspecto, analisando como ele é tratado pela política institucional do MAST.

4.2 O arquivo pessoal de Rio Nogueira

4.2.1 Síntese biográfica

Doado em 2011 ao MAST, o arquivo pessoal do matemático Rio Nogueira já se encontra organizado e disponível para consulta. Ter acesso ao acervo nessas condições favorece sem

dúvida a pesquisa, uma vez que as informações que nos ajudam a compreender a trajetória da aquisição desse acervo estão reunidas no inventário disponível para consulta na plataforma digital do Museu.

Carioca de Vila Isabel, Rio Nogueira nasceu em 07 de dezembro de 1922. Devido à morte precoce dos pais, ainda na infância, foi criado pelos avós maternos, Maria Moraes e Antônio Victor Moraes.

Cursou o ensino primário na Escola Municipal Benedito Otoni, no Maracanã entre 1929 e 1933, ingressando em 1937 no Colégio Pedro II para concluir o ensino secundário. De acordo com seus registros, nesse período destacou-se no estudo da matemática, lecionando a disciplina em um curso admissional voltado para alunos carentes, curso esse que o próprio ajudou a organizar.

O interesse pela matemática o levou a cursar a disciplina, formando-se em 1942 Bacharel em Matemática pela então Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (UFRJ). Após concluir a graduação em matemática, Rio Nogueira ingressou no curso de engenharia na mesma instituição, formando-se engenheiro civil em 1948. No ano seguinte, concluiu o Doutorado também em matemática pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mais uma vez, seu interesse pela docência e pela matemática lhe fez ingressar no curso de licenciatura para poder lecionar na área. Em 1950, concluiu a licenciatura em Matemática pela Faculdade de Filosofia do Instituto La Fayette.

Rio Nogueira esteve no cargo de Meteorologista no Ministério da Agricultura, entre 1942 e 1945. Atuou com destaque como atuário em importantes instituições como o Ministério do Trabalho, como membro do Conselho Atuarial entre os anos de 1945 e 1951, Departamento de Estatística e Atuária do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas (IAPETC), do qual também foi diretor entre 1951 e 1966, e o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Iniciou como professor universitário aos 22 anos no curso de Cálculo de Probabilidades oferecido pela Universidade do Brasil, lecionando depois em importantes instituições como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Escola Nacional de Ciências Políticas e Econômicas, vinculada ao IBGE, onde assumiu as cadeiras de Inferência Estatística e Estatística Matemática no curso de aperfeiçoamento em Estatística; a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) e a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE).

A carreira de Rio Nogueira foi conjugada entre trabalhos diversificados, dividindo-se entre a docência, as pesquisas, os estudos técnicos e as atuações em entidades de classe. (...) em 1949, Rio Nogueira foi habilitado no concurso para professor catedrático da 1ª cadeira de Matemática da Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural. No ano seguinte foi aprovado no concurso para professor da Universidade do Brasil. No entanto, a nomeação deste concurso foi dada ao professor interino Thales Carvalho de Melo, que também concorria à vaga, não se levando em conta o resultado das provas. Este fato gerou insatisfações explicitadas em periódicos nacionais que criticaram a decisão da universidade. Em 1963, com novo concurso realizado para a cátedra de Complementos da Matemática – Matemática Financeira, Rio Nogueira foi aprovado e nomeado professor nessa instituição, apresentando a tese “Empréstimos em massa” (MAST, 2014, p. 12).

Além de exercer cargos em grandes instituições, e dada sua experiência na área, Rio Nogueira atuou na elaboração e na implementação de planos previdenciários em diversos Estados e Municípios do Brasil, assessorando inclusive o Ministério do Planejamento em assuntos técnicos de economia, previdência e cálculo atuarial no período de 1968 a 1969 (MAST, 2014, p. 13).

Outro grande marco profissional foi a fundação do Serviços Técnicos de Estatística e Atuária (STEA), com Oscar Ediwaldo Porto Carreiro, em 1963, cujo objetivo era desenvolver estudos atuariais e matemáticos para outras empresas.

O primeiro e mais importante fruto da atuação da STEA foi a Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS), criada em 1970 e em funcionamento até os dias de hoje. A partir daí, inúmeras empresas se valeram da STEA – e, particularmente dos cálculos e soluções atuariais desenvolvidas pelo professor Rio Nogueira para suas condições específicas – para estruturarem suas fundações de seguridade.

Assim, na direção da STEA, Rio Nogueira orientou a criação de diversos outros fundos de pensão, a maioria ainda em atividade, entre eles: da Universidade Federal de Viçosa (UFV), o Instituto Universidade Federal de Viçosa de Seguridade Social (Agros); do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDS), a Fundação de Assistência e Previdência Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (FAPES); da Vale do Rio Doce, a Fundação da Vale do Rio Doce de Seguridade Social (VALIA); do Banco do Estado de Pernambuco, a Bandepe Previdência Social (BANDEPREV); dos Correios e Telégrafos, o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (POSTALIS), entre outros. (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO RIO NOGUEIRA, 2011, s/p).

Em 1978 Rio Nogueira aposentou-se pelo INAMPS, mas continuou a exercer a carreira de docente na UFRJ tendo se aposentado em 1982. Casado por duas vezes e pai de três filhos, o matemático faleceu em 2005, em decorrência de um câncer⁶³.

4.2.2 Análise do processo de aquisição e descrição do arquivo

Em 2014, o Arquivo História da Ciência do MAST tornou público, através da publicação do inventário, o acesso ao arquivo pessoal do matemático Rio Nogueira.

A trajetória da custódia desse acervo no MAST teve início, em 2011, com a decisão da viúva do professor, Julieta Daiub, de doar os documentos pessoais do acadêmico à instituição. “O cuidado com a guarda da memória de seu companheiro e o desejo de disseminação dessa memória levou-a ainda a apoiar incondicionalmente o MAST no trabalho de organização do presente arquivo.” (MAST, 2014, p.5).

O acervo foi avaliado por uma equipe responsável que identificou diversos tipos de documentos ligados tanto à área de atuação profissional como diplomas, certidões, certificados, publicações, como documentos particulares como fotografias, correspondências etc. O arquivo possui ainda um acervo bibliográfico com livros e publicações nas áreas de matemática e estatística, que foi avaliado pela equipe de biblioteca do Museu.

Segundo parecer do MAST de 17 de maio de 2011, o acervo de Rio Nogueira preenchia todos os requisitos estabelecidos pela Política de Aquisição e Descarte da instituição no que se referia à relevância do titular e sua obra para a comunidade científica e à quantidade e estado de conservação do acervo, embora alguns documentos necessitassem de pequenas intervenções feitas pelo Laboratório de Conservação e Restauração de Papel, do MAST.

A Política de Aquisição também engloba técnicos, professores e gestores de ciência e tecnologia, com atuação relevante no cenário científico e tecnológico, o que parece ser o caso, já que Rio Nogueira desenvolveu uma fórmula estatística que passou a ser referência nacional e também internacional, embora tenha sido mais aplicada na área econômica e de seguros. (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO RIO NOGUEIRA, 2011, s/p).

No dia 20 de junho de 2011, à tarde, comunicamos a Sr. Julieta Daiub, viúva de Rio Nogueira, que por decisão do COPAD, o arquivo Rio Nogueira será incorporado ao Arquivo História da Ciência (AHC) no MAST. Foi marcada uma reunião em 29/06/2011 quando será iniciado os entendimentos para a

⁶³As informações biográficas dessa seção foram retiradas do Inventário Rio Nogueira, publicado pelo MAST em 2014.

transferência do acervo. (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO, MAST, 2011).

Segundo relatório de reunião ocorrida entre a equipe do MAST e a doadora em 29 de junho de 2011, para definir o recolhimento do acervo arquivístico e bibliográfico de Rio Nogueira para o MAST, ficou acordado que o armazenamento da documentação em caixa *box* seria feito na sede da STEA, em local designado por Julieta Daiub, o AHC marcaria as datas para recolhimento dos documentos e a STEA designaria dois funcionários para auxiliar os funcionários do MAST no armazenamento dos documentos. Nesse encontro também seria elaborado um convênio entre as instituições visando à organização do acervo, no qual a STEA faria a contratação de um profissional arquivista para a realização das atividades, estando este sob orientação dos profissionais do AHC. Após levantamento preliminar da documentação, os técnicos fariam um cronograma para a realização do projeto, que seria o período de contratação do arquivista.

De acordo como relatório técnico da captação do acervo de Rio Nogueira, em 07 de julho de 2011, os servidores Everaldo Frade e José Benito estiveram na sede da STEA, empresa fundada por Rio Nogueira, na ocasião dirigida por Julieta Daiub, para acondicionar o acervo do matemático. O procedimento foi acompanhado e auxiliado pela viúva e doadora do acervo. Foram selecionados os documentos pessoais como cartas, fotografias, diplomas, algumas produções intelectuais como publicações e cadernos de anotações, e os referentes à empresa. Ao todo, segundo o relatório, foram enchidas onze caixas *box* (padrão AHC) e separadas para posterior recolhimento. Nessa visita, a Sra. Julieta falou sobre a intenção de contratar um profissional para auxiliar o AHC na organização do acervo doado, comprometendo-se a instituição em elaborar um planejamento orçamentário, no qual fosse estipulado um período para a realização do projeto e os custos da mão de obra profissional.

Em dezembro de 2012, o MAST, em conjunto com a STEA, realizou um evento comemorativo ao 90º aniversário de Rio Nogueira. Na ocasião do evento, intitulado “O papel de Rio Nogueira na criação e na implementação de Fundos de Previdência Privada no Brasil”, foi assinado o termo de doação do acervo arquivístico do professor por Julieta Daiub.

Em relatório de reunião entre o servidor responsável pelo AHC, Everaldo Frade, e a Sra. Julieta, em 10 de junho de 2014 foi apresentada uma cópia do inventário produzido pela instituição sobre o arquivo de Rio Nogueira para aprovação de Julieta.

O inventário foi elogiado e, de acordo com o relatório, foram feitos apenas alguns apontamentos acerca da não inclusão de parte do acervo fotográfico. Julieta solicitou então,

caso fosse possível, a inclusão de novas fotos que ainda estavam sob sua custódia. Segundo Everaldo, por tratar-se de registros de encontros entre Rio Nogueira e personalidades ilustres como Juscelino Kubitschek, a instituição aceitou anexar tal material ao acervo. Entretanto, essa etapa estenderia mais o tempo para a conclusão do trabalho. Como com o restante do acervo, essa fase também contaria com o apoio financeiro de Julieta.

Ela se prontificou a pagar um profissional para auxiliar no processo das fotos. Mesmo procedimento que foi adotado em relação à organização do restante do acervo. (...) Passamos a discutir a possibilidade de digitalizar o acervo. Nesse ponto apontei as vantagens da digitalização, ressaltando a preservação do documento original e a ampliação do acervo remoto ao documento. Propus que ela patrocinasse a atividade, já que a equipe do AHC encontra-se reduzida. Ela concordou e solicitou que eu apresentasse os custos da contratação de pessoal. Eu fiquei de elaborar um projeto e entregar no prazo de 10 dias. (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO RIO NOGUEIRA, 2014, s/p).

A aquisição do arquivo de Rio Nogueira chama a atenção por tratar-se de um fundo organizado com recursos da família do titular, contando inclusive com a contratação de colaboradores externos à instituição, aspecto peculiar aos processos de aquisição, problematizado a seguir.

4.3 Considerações sobre os acervos apreciados à luz da Política de Aquisição e Descarte de Acervos do MAST

Nessa subseção, trataremos dos elementos que mais nos chamaram a atenção na aquisição dos acervos selecionados e de que maneira esses elementos são abordados ou não pela Política de Aquisição e Descarte de Acervos do MAST.

Fica evidente em todos os processos posteriores à implementação da política de aquisição a existência de pareceres elaborados pela COPAD, órgão responsável pela avaliação dos acervos, sinalizando a consonância entre o conteúdo dos arquivos e seus titulares e os critérios estabelecidos pelo Museu. Entretanto, podemos perceber também que essas orientações são, como apontados no documento, critérios gerais.

Assim, quando aprofundamos a análise em processos específicos, como os de Estela Kaufman e de Rio Nogueira, nos deparamos com situações que, muitas vezes, não são contempladas no documento de aquisição do MAST ou são abordadas de maneira genérica.

Em entrevista, por *e-mail*⁶⁴, Maria Celina Soares (2020), Coordenadora de Documentação e Arquivo em 2011, escreveu sobre esse aspecto geral da política. Questionada sobre a importância de o documento abordar de maneira mais ampla questões que envolvem, por exemplo, o campo arquivístico, ela afirmou que:

O objetivo da Política foi o de atender a todos os acervos da instituição, arquivísticos, museológicos e bibliográficos, por tanto deveria tratar de questões gerais que envolvessem todos. As especificidades de cada acervo são questões internas das coordenações e deveriam ser alvo de instrumentos específicos. Por exemplo, a Política trata de arquivos pessoais adquiridos, não trata das questões de recolhimentos de documentos institucionais. A avaliação de documentos do MAST não é alvo da COPAD. Questões de como fazer ou das diretrizes para o tratamento de cada acervo não foram alvo da Política. (SILVA, 2020).

No caso do arquivo de Estela Kaufman podemos observar, a princípio, uma dispersão de fundo gerada por uma doação segmentada, parte pela própria titular, parte pelos doadores, gerando o desmembramento de um acervo que foi gerado pelo mesmo produtor e, devido ao princípio da proveniência⁶⁵, deveriam ser mantidos juntos.

Em recente trabalho que busca refletir sobre o fenômeno da dispersão de fundos em arquivos pessoais, Mariana Costa (2019) mostra como apesar da Arquivologia propugnar como um dos seus princípios básicos o respeito à proveniência do seu conjunto documental, na prática, principalmente quando falamos dos arquivos pessoais, há constante fragmentação dos fundos arquivísticos. Isso porque a noção de organicidade⁶⁶, tão importante na compreensão do contexto arquivístico, quase nunca é compreendida pelos produtores e doadores dos acervos.

Não nos cabe aqui uma análise sobre o fenômeno da dispersão de fundos, mas a constatação que esse é um cenário muito comum nos arquivos pessoais, e que é fortemente impactado pela conjuntura e pela trajetória dos documentos, dos doadores e das instituições. Assim, podemos afirmar que as negociações existentes nos processos de aquisição dos acervos podem ser compreendidas como peças-chave para viabilizar ou impedir tal dispersão.

Não raro, encontramos relatos de acervos doados de forma fragmentada, ou doações lacunares, devido à relação afetiva entre os herdeiros e os titulares. Como afirma Costa (2019)

⁶⁴ A entrevista concedida por Maria Celina Soares de Mello e Silva, em outubro de 2020, foi feita por *e-mail* e encontra-se na íntegra no APÊNDICE B.

⁶⁵ Princípio básico da arquivologia, segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos. (BRASIL, 2005, pg. 136)

⁶⁶ Relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora. (BRASIL, 2005, pg. 127)

“No caso de acervos pessoais, (...) há de se considerar a vontade dos doadores, e suas escolhas, que podem apontar e revelar estratégias [de doação] mais ou menos conscientes”. (p.44)

No universo dos arquivos pessoais cada caso de dispersão pode apresentar suas próprias particularidades, pois estamos diante de situações em que o arbítrio dos doadores e as relações estabelecidas com as entidades custodiadoras podem ser bastante diversificadas. Ducrot denomina estes arquivos que sofreram fragmentação de “fundos lacunares” e sustenta que “O problema das lacunas se coloca com particular agudeza no caso dos arquivos privados, cujos fundos são menos protegidos e mais sujeitos à fragmentação que os arquivos públicos.” (COSTA, 2019, p. 46).

No arquivo de Estela Kaufman, podemos observar que havia um interesse da produtora em guardar os seus registros, principalmente os de caráter profissional. Isso fica expresso principalmente na doação feita por Estela à Universidade Severino Sombra (USS) de parte de seu acervo ligado à sua trajetória como docente. Ainda que não seja possível afirmarmos se havia por parte da titular um interesse em tornar seu acervo um patrimônio documental custodiado institucionalmente, podemos afirmar que Estela via naqueles documentos elementos importantes para a pesquisa do Ensino da Matemática na instituição na qual trabalhou. Entretanto, após sua morte, a busca dos herdeiros para destinar parte do acervo que havia ficado sob responsabilidade da família fez com que outras instituições, às quais a professora havia integrado, fossem contatadas.

A impossibilidade de recebimento por essas instituições, entretanto, fez com que esses documentos chegassem ao MAST ganhando uma nova perspectiva de patrimonialização.

Percebemos também que, ainda que os familiares e amigos identifiquem na institucionalização do acervo um reconhecimento e uma valorização da obra da titular, muitas vezes eles não possuem a compreensão da importância de se preservar a organicidade desse acervo, cabendo às instituições esse papel de orientação, uma vez que, de acordo com os princípios arquivísticos, “é no conjunto que os documentos devem ser compreendidos e tratados” (COSTA, 2019, p.16).

Embora, para os herdeiros a separação do conjunto documental não fosse um problema, ao tomar consciência de que a doação pretendida referia-se somente a uma parte do acervo, a equipe do Museu sinalizou a importância de uma avaliação de todo o acervo.

A política de aquisição do MAST não cita em seu documento os termos dispersão de fundo ou a organicidade do acervo, mas aponta em suas diretrizes gerais que

Qualquer que seja o acervo a ser adquirido, o MAST deve avaliar, além de sua importância histórica e científica: consequências do deslocamento do acervo de seu contexto histórico original de produção, dos possíveis prejuízos locais e da mudança de ambiente para o acervo (MAST, 2011, p.7-8).

Ainda como prevê a política de aquisição, com exceção do acervo bibliográfico que não for obra rara ou coleção especial, todas as aquisições devem passar pela COPAD.

Dessa forma, ao analisar a possibilidade de aquisição do acervo, a COPAD manifesta um parecer favorável, deixando clara a ressalva quanto ao interesse em manter a integridade do conjunto documental. Essa apreciação por parte da comissão deixa evidente a importância de uma avaliação técnica, composta, sobretudo, por profissionais da área que possuem a capacidade de julgar esses processos, diferentemente dos doadores, cujo interesse, na maior parte das vezes, estão ligados à memória do titular e não ao aspecto patrimonial do acervo.

No arquivo de Rio Nogueira, observamos um cenário até então não visto nos processos de aquisição do MAST: um convênio entre a doadora e a instituição para viabilizar, através de um financiamento, a organização do acervo. É importante ressaltarmos que a política de aquisição do MAST não trata de maneira direta a questão de financiamento externo na instituição, do mesmo modo que o processo de aquisição também não apresentou nenhum documento oficial que tratasse especificamente dessa ação. Ainda de acordo com a entrevista de Maria Celina,

A Política não tratou desta questão de forma direta, mas indireta. Nas diretrizes gerais, dentre os itens a serem considerados para a aquisição estão os custos para transferência, armazenamento, manutenção, volume do acervo, recursos humanos disponíveis. Então estas questões são avaliadas, juntamente com a importância histórica e científica. A questão de financiamentos externos é uma possibilidade para órgãos públicos e o MAST tem recebido recursos para projetos, portanto, esta não foi uma questão, não seria problema a ser considerada na Política (...), Mas estas questões são administrativas internas, não questões a serem tratadas na Política. O entendimento é de que a política de aquisição defina parâmetros e critérios para a aquisição. Uma vez tomada a decisão de que o acervo é importante e deve ser adquirido, as questões burocráticas e administrativas para que isto ocorra serão resolvidas em outras instâncias, que não na COPAD (SILVA, 2020).

Apesar dos relatórios que compõe o processo apresentarem a trajetória das atividades, notou-se a ausência de um documento que tratasse diretamente desse financiamento. Em relato enviado por *e-mail*, Everaldo Frade afirmou, entretanto, que na época o MAST produziu um documento que visava registrar o ato e ao mesmo tempo garantir a autonomia da instituição quanto ao tratamento documental. Segundo o funcionário, a proponente do acordo foi a viúva do titular que, ao saber da grande demanda de acervos a serem organizados pela instituição,

alegou que devido à sua idade gostaria que o acervo fosse organizado em um período mais breve.

Questionado sobre a interferência da doadora no tratamento de um acervo que já estava sob a guarda do MAST, uma vez que observamos que ao final da elaboração do inventário, houve uma reunião entre o responsável pelo Arquivo História da Ciência e a doadora para aprovação do documento, Everaldo afirmou que a única exigência da financiadora foi ver a capa e as fotografias do inventário antes aprovação final, exigência essa que já era prevista pela equipe do Museu.

O contexto que envolve a aquisição do acervo de Rio Nogueira foi inédito no MAST. Apesar disso, é comum que haja nos arquivos pessoais doados para instituições de preservação possíveis interferências durante o tratamento do acervo, sejam elas por familiares ou até mesmo pelo próprio produtor. Vimos ao longo do trabalho que em diversos casos essa aproximação se deu principalmente no momento da identificação dos documentos, fase muito importante da organização e que geralmente conta com o apoio de pessoas próximas ao titular do arquivo.

Entretanto, em um acervo cujo tratamento foi financiado pelo doador, essa prática poderia suscitar dúvidas quanto ao limite dessa interferência e seus impactos na organização do acervo. A própria forma de aquisição do acervo, por doação, em muitos casos poderia gerar como vimos no exemplo citado no artigo de Emmanuelle Lambert (2018), uma confusão quanto à configuração legal do acervo.

A ausência de temas ligados aos recursos financeiros na política de aquisição, mesmo que de uma maneira geral, sugere um distanciamento existente, na maior parte das instituições, entre as ações de preservação e a gestão arquivística dos documentos. Essa análise, já apontada ao longo do trabalho por alguns pesquisadores, reforça a compreensão de que, apesar das normativas apontarem alguns caminhos a serem seguidos ao longo do processo de aquisição elas não conseguem dar conta de muitas ocorrências que surgem ao longo do tempo, sendo assim inevitável a institucionalização dos acordos. Nesse sentido, mais uma vez cabe aqui ressaltar a importância das comissões de avaliação, que têm como missão deliberar de maneira mais respaldada e técnica possível as decisões por parte das instituições.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse do desenvolvimento dessa pesquisa surgiu dos questionamentos existentes acerca da institucionalização de acervos privados por instituições públicas. A partir daí, esse interesse foram se ampliando, fazendo surgir inúmeros questionamentos sobre as possíveis subjetividades que envolvem a incorporação de arquivos privados, de caráter pessoal, nas instituições arquivísticas, isto é, que elementos normatizariam quais acervos “mereceriam” ou não serem elevados ao patamar de patrimônio documental. Observar a aquisição de documentos que não foram produzidos dentro de um sistema institucional, essência do campo arquivístico, nos levou a refletir sobre quais critérios seriam postos e fundamentados no processo de seleção desses acervos.

Para refletirmos sobre como essas questões apresentavam-se na prática e compreendermos um pouco mais sobre a trajetória desses documentos nas instituições, o primeiro passo foi a escolha do MAST como objeto de análise. A partir da definição do campo empírico, iniciamos a pesquisa nos processos de aquisição dos conjuntos documentais selecionados. Certamente, essa não é uma tarefa possível em qualquer instituição de preservação, uma vez que as ações que validam esses processos nem sempre são documentadas, o que no caso do MAST tornou-se um diferencial, uma vez que o Museu possui grande parte de seus procedimentos registrados.

À medida que a pesquisa avançava, tornava-se evidente que a entrada desses acervos na instituição não dependia exclusivamente das normativas estabelecidas em suas políticas institucionais. Até porque, no caso do MAST, ela só viria a ser elaborada quase trinta anos após o Museu dar início as suas atividades de preservação.

Assim, percebemos que por muitos anos os estímulos que culminaram na aquisição dos acervos foram reconhecidos em acordos, chamados ao longo do trabalho de negociações, entre os agentes institucionais e os doadores.

Percebemos também que essas negociações eram reflexos de demandas internas e externas à instituição, uma vez que ao mesmo tempo em que representavam o cenário social, político e cultural, também exprimiam as necessidades e os interesses institucionais, representados nas figuras de importantes diretores e funcionários.

Se em um primeiro momento o MAST recebeu acervos ligados à profissionais de diversas áreas de atuação, como médicos e antropólogos, com o passar do tempo, a medida em

que o Museu se consolidava no campo da preservação, a definição de um perfil que determinasse a linha de acervo institucional foi se fazendo cada vez mais necessária.

Ficou claro na pesquisa, na segunda seção, que descreve a aquisição dos primeiros acervos, que a entrada dos primeiros arquivos pessoais não obedeceu a nenhum parâmetro definido pela instituição, sendo resultado de escolhas aleatórias do seu corpo profissional.

Assim, foi preciso estabelecer critérios que orientassem esse processo de seleção, estipulando quais acervos deveriam ser incorporados ou desprezados pelo Museu. Essa ideia é reforçada por Maria Celina ao definir a importância dessas normativas, “(...) o objetivo de uma política de aquisição seria o de purificar – ou refinar – o conteúdo e o significado do acervo, pois ela pretende focar nas temáticas e objetivos institucionais” (MAST, 2012, p.15). Disposição essa muito relevante se pensarmos que o período de criação do MAST coincidiu com o da criação de outras instituições de preservação no Brasil e que a definição dessas temáticas foi fundamental para que essas instituições se consolidassem nas pretendidas áreas de atuação.

Percebemos, entretanto, que apesar da enorme relevância que a política de aquisição possuía, tanto na realização dos procedimentos internos quanto externos – o documento elaborado pelo MAST em 2011 inspirou a criação de normativas em muitas outras instituições arquivísticas –, as questões que se apresentam nos processos de aquisição eram muito mais complexas, excedendo muitas vezes os critérios gerais estabelecidos.

Dessa forma, foi ficando claro que, para compreendermos o lugar ocupado por essas negociações, era necessário, antes de tudo, conhecermos o que de fato estava legitimado pela política da instituição. Assim, a segunda seção do trabalho, além de contar com uma contribuição teórica acerca dos arquivos pessoais e as definições dos termos de aquisição e custódia, analisou a Política de Aquisição e Custódia de Acervos do MAST, criada em 2011.

A perspectiva do trabalho não foi, entretanto, apontar que aspectos analisados foram contemplados ou não na política do Museu, mas, sobretudo, trazer a reflexão de que por mais que as normativas institucionais buscassem através de suas diretrizes atenuar as interferências dos atores individuais nos processos de aquisição, em algum momento as negociações entre as partes seriam inevitáveis para efetivar a doação. Essas tentativas de minimizar os impactos externos acabam assim, resguardando o corpo institucional de questionamentos acerca das aquisições e atribuindo legitimidade as atividades de patrimonialização dos acervos.

Vimos que é na prática, no dia a dia das atividades institucionais, que as decisões impõem-se, evidenciando determinadas inconsistências por parte das normativas e que, de alguma forma, precisam ser deliberadas pelos setores responsáveis. Observamos também que por mais que a criação de diretrizes fosse uma demanda imprescindível ao MAST, a aplicação de critérios pré-definidos e a formação de um setor responsável por deferir os pareceres, em alguns momentos foram vistos como possíveis barreiras burocráticas que poderiam, inclusive, pôr em risco a aquisição dos acervos pleiteados pelo Museu. Isso porque essas mudanças na metodologia das atividades impactaram diretamente na realidade do trabalho que, há décadas, vinha sendo realizado dentro de um sistema arbitrário de seleção.

É relevante assim, ressaltarmos a importância de um corpo técnico e o respaldo que as decisões tomadas pela COPAD conferiram às decisões institucionais. No caso dos acervos arquivísticos, especificamente, a necessidade de estabelecerem-se normativas condizentes com os princípios básicos da disciplina arquivística está sobretudo ligada à legitimação de seus atos institucionais. Isso vai ficando evidente à medida que o MAST se consolida como instituição de preservação de acervos ligados à História da Ciência no Brasil.

Nos casos específicos analisados na pesquisa, tanto os arquivos de Estela Kaufman quanto o de Rio Nogueira apresentaram particularidades que não foram esmiuçadas na política de aquisição. Na maioria das vezes, e é o caso da política do MAST, esses documentos caracterizam-se por estabelecerem regras gerais, demandando de suas comissões análises e tomadas de decisões específicas.

No arquivo de Estela Kaufman, o parecer favorável à aquisição ressaltou a necessidade de manter a integridade do acervo, naquela ocasião fragmentado. A partir dessa decisão coube a instituição, com a família, deliberar sobre como esse conjunto documental poderia ser reestabelecido.

Já no arquivo de Rio Nogueira, o financiamento do projeto de organização e disponibilização do acervo por parte da família, apesar de fundamental para a realização da atividade naquele momento, trouxe à tona um contexto novo para as práticas institucionais do MAST, não tratado nas normativas estabelecidas pelo Museu até aquele momento. Essa nova perspectiva apontou para a necessidade das instituições possuírem comissões investidas de legitimidade e capazes de deliberarem essas ações da maneira mais equânime possível.

Antes de finalizarmos, é importante destacar que, além da pesquisa documental nos processos de aquisição do MAST, o trabalho tinha a proposta de investigar, através de relatos

e entrevistas com profissionais do Museu e doadores, as suas perspectivas dos processos de aquisição. Porém, devido à impossibilidade imposta nos últimos meses⁶⁷, muitas dessas concepções foram analisadas a partir de entrevistas e materiais *online* disponibilizados nas plataformas institucionais do Museu.

Assim, concluímos que o estudo dos processos de aquisição revelou-se uma atividade de grande relevância não apenas para maior compreensão das demandas existentes nas instituições de guarda que necessitaram da criação de diretrizes e normativas ao longo dos anos. Do ponto de vista dos estudos arquivísticos, foi possível compreender como essa etapa relacionada ao contexto de doação, tão determinante para a formação do patrimônio documental é pouco explorada em detrimento dos estudos acerca das atividades de tratamento e preservação. Nesse contexto, a pesquisa torna-se relevante ao apontar que as atividades de planejamento e a construção de políticas institucionais que englobem acervos arquivísticos também necessitam ser elaboradas a partir de um corpo técnico de profissionais da área que validem essas atividades. Para isso, é necessário que a própria disciplina compreenda sua relevância na formação de agentes que atuarão de maneira direta na construção do patrimônio documental, e que esses agentes também compreendam a sua importância nas decisões institucionais, podendo assim romper com práticas arbitrárias muitas vezes já consolidadas.

Além disso, o conhecimento dos processos de aquisição traz ao pesquisador, e aos profissionais que atuam diretamente com esses acervos, um conhecimento sobre a dinâmica que possibilitou o ingresso desses documentos na instituição. Conhecer não apenas a origem e o conteúdo do acervo, mas também as condições que viabilizaram sua patrimonialização são critérios fundamentais para a análise e para a compreensão integral de um conjunto documental.

Refletir sobre como os documentos não gerados dentro de uma estrutura arquivística adentram os espaços públicos e passam ao *status* de patrimônio documental, implica certamente em discussões que vão além das apresentadas nesse trabalho.

Assim como os arquivos pessoais, no contexto da sua aquisição pelo MAST foram nosso objeto de reflexão, observamos que muitos outros conjuntos documentais, cuja origem

⁶⁷ Parte significativa da pesquisa referente as entrevistas e aplicação de questionários estavam, de acordo o cronograma, previstas para o primeiro semestre de 2020 e foram inviabilizadas pelo fechamento das instituições no mês de março em decorrência da pandemia da Covid 19.

não possui uma estrutura organizacional semelhante à dos documentos institucionais, precisam passar por um processo de burocratização⁶⁸ para adquirirem uma figura legalmente constituída.

A maneira como os documentos, oriundos de grupos, movimentos e coletivos, que mesmo longe de uma natureza institucional mantêm uma missão social clara, podem obter um reconhecimento de patrimônio documental, também é uma reflexão relevante, uma vez que esses acervos vêm crescendo e são cada vez mais reconhecidos socialmente, se aproxima da discussão aqui pretendida e também merece ser investigada.

⁶⁸ No Seminário Fora do Sistema de Arquivos: documentos de interesse público, realizado na 4ª Semana Nacional de Arquivos, em 12 de junho 2020, Sonia Troitoño ao analisar os processos de institucionalização dos arquivos produzidos fora das estruturas institucionais reconhecidas pelo Estado, afirma que alguns movimentos passam por um processo de burocratização para adquirirem uma figura legalmente constituída.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Portaria n. 058, de 13 de março de 2018** - Institui a Política de Aquisição de Acervos Privados do Arquivo Nacional. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/Portaria_058.pdf. Acesso em: 15 abr. 2018.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

BORGES, R. S. **A institucionalização de arquivos pessoais na Fundação Oswaldo Cruz: o processo de aquisição dos arquivos de Cláudio Amaral e de Virgínia Portocarrero**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – Dibrate**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.

BRASIL. **Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/coletanea/maio_2016/jan_2017/CONARQ_legarquivos_janeiro_2017_pdf.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

CAMARGO, Ana Maria. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, n. 2, p. 26-39, jul./dez. 2009.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTO, Heloísa Liberalli (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Núcleo Regional de São Paulo/Associação dos Arquivistas Brasileiros, Secretaria de Estado e Cultura, 1996.

CAMARGO, Célia [et al]. **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2003.

CAZELLI, Sibeles (1992). **Alfabetização científica e os museus interativos de ciência**, Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Departamento de Educação da PUC/Rio.

COOK, Terry. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**. Rio de Janeiro. V. 1, n. 1, out. 2012. Disponível em: <http://www.aerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9>. Acesso em: 20 ago. 2019.

_____. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. V. 11, n. 21, p. 129-150, jul. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062>. Acesso em: 20 ago. 2019.

COSTA, Mariana Tavares de Melo. **Dispersão em Arquivos Pessoais: Um estudo exploratório**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2019.

DUARTE, Renato Crivelli. **Arquivos pessoais: institucionalizações e trajetórias**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018.

FAINGUELERNT, Estela K. **Um modelo matemático para o estudo das dificuldades apresentadas pelos alunos do 2º grau na resolução de sistemas lineares**. Dissertação - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1981.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

HEYMANN, Luciana Q. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-66, 1997.

HEYMANN, Luciana Q. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2012.

HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. *In*: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/main/download/62325/28d71e5b0601a36d55a9a464a9c70>

LAMBERT, Emmanuelle. Alain Robbe-Grillet e seu arquivo. *In*: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). **Pensar os arquivos: Uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, p.287-304, 2018.

MACEDO. Patrícia Ladeira Penna. **Um estudo sobre o princípio da ordem original em arquivos pessoais**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense (UFF), 2018.

MAST Colloquia: “Entrevista com Heloísa Bertol”, 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=JvLw3OuQ-3w>. Acesso: abril de 2020.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Arquivo Allyrio de Mattos: inventário / Museu de Astronomia e Ciências Afins**. - Rio de Janeiro: MAST, 2010.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Arquivo Olympio da Fonseca: inventário sumário**. Rio de Janeiro, 2003.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Arquivo Henrique Morize: inventário sumário**. Rio de Janeiro, 2018.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Arquivo Lélío Gama: inventário sumário**. Rio de Janeiro: MAST, 1988.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Arquivo Amoroso Costa: inventário sumário**. Rio de Janeiro: MAST, 1995.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Arquivo Leopoldo Nachbin: inventário sumário**. Rio de Janeiro: MAST, 1997.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Arquivo Feiga Rosenthal: inventário sumário**. Rio de Janeiro: MAST, 2000.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Arquivo Bernhard Gross: inventário sumário**. Rio de Janeiro: MAST, 2001.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Arquivo Alexandre Girotto: inventário sumário**. Rio de Janeiro: MAST, 2002a.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Arquivo Bartyra Arezzo: inventário sumário**. Rio de Janeiro: MAST, 2002b.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Arquivo Hervásio de Carvalho: inventário**. Rio de Janeiro: MAST, 2006.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil: inventário**. Rio de Janeiro: MAST, 2012.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Segurança de acervos culturais / Organização Maria Celina Soares de Mello e Silva**. – Rio de Janeiro : Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Arquivo Mário Amoroso: inventário**. Rio de Janeiro: MAST, 2014.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Arquivo Rio Nogueira: inventário sumário**. Rio de Janeiro: MAST, 2014.

MAST/COPAD. **Política de Aquisição e Descarte de Acervos**. Rio de Janeiro: MAST, 2011. Disponível em: http://www.mast.br/images/pdf/politica_de_aquisicao_e_descarte.pdf. Acesso em 15 de junho de 2019.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Museologia e patrimônio** / Organização Marcus Granato. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, (MAST: 30 anos de pesquisa), 2015.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Política de preservação de acervos institucionais** / Museu de Astronomia e Ciências Afins; Museu da República. Rio de Janeiro: MAST, 1995.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Arquivos pessoais: constituição, preservação e usos** / Organização de: Maria Celina de Mello e Silva, José Benito Yárritu Abellás, Everaldo Pereira Frade. – Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Política de Segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus** / Museu de Astronomia e Ciências Afins; Museu Villa-Lobos — Rio de Janeiro: MAST, 2006.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Análise tipológica dos documentos em arquivos pessoais: uma representação do código social**. Projeto de Pesquisa, 2010. Disponível em: http://www.casarui Barbosa.gov.br/dados/DOC/bolsistas/2010/FCRB_Selecao_de_Bolsistas_2010_Analise_tipologica_dos_documentos.pdf . Acesso em: 20 ago. 2019.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Política de aquisição: uma reflexão em torno das questões que orientam o processo de ampliação dos acervos institucionais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de (org.). **Política de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012. Disponível em: http://site.mast.br/encontro_arquivos_cientificos/pdf/quinto_encontro_de_arquivos_cientificos.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO AMOROSO COSTA/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO ANTONIO MCDOWELL/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO BARTYRA AREZZO/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO BERNHARD GROSS/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO CASTRO FARIA/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO CHRISTÓVÃO CARDOSO/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO DIÓGENES CAMPOS/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO ELISA FROTA-PESSOA/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO ÉRIKA ZIMMERMANN/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO ESTELA KAUFMAN/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO HELOÍSA ALBERTO TORRES/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ACERVO HENRIQUE MORIZE/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO JAIME TIOMNO/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO LINS DE BARROS/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO MAIA PENIDO/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO MAURICE BAZIN/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO OLYMPIO DA FONSECA/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO ORLANDO RANGEL/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO RIO NOGUEIRA/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO ROBERTO DE ANDRADE MARTINS/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO SUSANA DE SOUZA BARROS/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

SALVADOR, Marcelo Ferreira Martins. **Uma história de Paixão: Estela Kaufman Fainguelernt e o ensino de geometria**. Dissertação de Mestrado (Educação Matemática), Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2012.

SANTOS, Paulo Roberto Elian. **Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. (Tese de Doutorado em Ciência da Informação) São Paulo: Escola de Comunicações e Artes – ECA, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/pt-br.php>. Acesso em 10 jul. 2019.

SILVA, S. C. A. **Fatos, atos e hiatos na preservação em arquivos**. MAST; V Encontro de Arquivos Científicos. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://site.mast.br/encontro_arquivos_cientificos/pdf/quinto_encontro_de_arquivos_cientificos.pdf. Acesso em 14 set. 2019.

SILVA, Margareth da. **O arquivo e o lugar: custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos**. Niterói: EDUFF, 2017.

SILVA, Maria Celina Soares Mello e. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico em arquivo pessoal no arquivo pessoal do físico Bernhard Gross. **Perspectivas ciência da informação** [online]. 2013, vol.18, n.3, p.160-174.

_____; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. (org.) **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

TROITIÑO, Sônia. **De interesse público: política de aquisição de acervos como instrumento de preservação de documentos**. 2017. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/04/artigo_04.php. Acesso em: 20 ago. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Transcrição da mesa redonda “A contribuição de Estela Kaufman Faingulernt para o desenvolvimento da educação matemática no Brasil”

Professor Antônio Costa, que representando a diretora do Museu Heloísa Maria Bertol Domingues, faz uma leitura sobre as considerações dela. (2:25)⁶⁹

“Na impossibilidade de comparecer a esse evento tão significativo para o MAST de receber o arquivo da professora Estela Kaufman, e poder inclui-lo no nosso panteão documental de cientistas brasileiras, venho em primeiro lugar a agradecer a família, a confiança depositada na nossa instituição. Agradeço também a oportunidade e o apoio que nos dão de promover o encontro que está sendo realizado. Aproveito para agradecer aos amigos da família, aos seus antigos colegas, também professores de sucesso na educação matemática, e especialmente agradeço ao professor Pedro Carlos Pereira, que nos aproximou da família da professora Estela e hoje nos brinda com seu conhecimento sobre sua história. É com muito orgulho que recebemos esse arquivo e posso-lhes garantir que tudo faremos para retribuir esse ato a sua altura, preservando o material ora doado em todos os sentidos organizando e mantendo o acervo sob as rígidas técnicas adotadas pelo arquivo do MAST, e promovendo estudos sobre a vida e produção de Estela Kaufman.

Temos como princípio que preservar não significa apenas guardar, mas reproduzir os conhecimentos que os arquivos que nos chegam contêm, pro isso também, trabalhamos para aproximar mais e mais as áreas do MAST, além da área da preservação, quais sejam a Museologia, a Educação em Ciências e a História das Ciências.

Gostaria de sublinhar que, reunir e preservar os arquivos particulares de cientistas é atividade pioneira do MAST no país, e embora não seja a única instituição a fazê-lo, o AHC é abrangente, recebe arquivos em diferentes áreas científicas, e é com muito orgulho que recebe hoje o arquivo da professora Estela. Estamos cientes da representatividade desse arquivo para a Educação em Ciências, está para além do seu campo específico, nos espaços não formais de educação como o do MAST, é atualmente um dos grandes instrumentos de diálogos entre a comunidade científica e a sociedade, pois permite a tradução social e cultural das ciências para a sociedade, o que tem se apresentado como uma das grandes molas do desenvolvimento social proveniente de instituições como o nosso Museu, principalmente para a educação matemática,

⁶⁹Foram transcritos pela autora trechos considerados significativos para a pesquisa.

o arquivo de Estela Kaufman vem somar-se a outro arquivo que sempre nos deu muito orgulho tê-lo recebido, o arquivo de sua colega e amiga Maria Laura Leite Lopes. Maria Laura que doou pessoalmente seu acervo ao MAST e sempre deu muito apoio a todo esse trabalho que realizamos, certamente estenderia a família o agradecimento que lhes faço, e diria que seria uma felicidade ver o arquivo de Estela somar-se ao dela, contribuindo para alicerçar a história da matemática brasileira, juntamente com Suzana de Souza Barros, cujo arquivo também foi doado ao MAST, foram grandes e renomadas trabalhadoras dessa área que constituem alicerce fortíssimo de formação dos nossos cidadãos”. Heloísa Maria Bertol Domingues. (6:05)

Servidor Everaldo Pereira Frade (6:30)

“Boa tarde a todos.

Gostaria de falar sobre a satisfação do AHC em receber esse acervo. Eu fui responsável pela captação (...) inicialmente a gente não tem muito contato, muito conhecimento sobre alguns arquivos, mas com a incumbência que a gente recebe, a gente vai pesquisar, fazer essa pesquisa.

O MAST tem em seu acervo hoje, cerca de 50 arquivos, entre pessoais e institucionais (de ciência). Cerca de 80% é na área da ciência, que a gente chama de ciência hard, ligadas a ciências exatas, da terra, mas de uns tempos pra cá a gente vem, como o Antônio falou, usando as palavras da nossa diretora, a gente tem conseguido captar também acervos em Educação em Ciências, o que pra gente é muito importante, é uma área que a gente tem a maior parte dos arquivos (são recentes), e é interessante que os pesquisadores vejam o MAST como um local também da preservação dessa memória da Educação em Ciências e esse acervo vai se juntar ao da Maria Laura, que também é de matemática, além da Susana de Souza Barros, que já foi citada, o do Maurice Bazin, que também é da área de física.

Nosso processo de captação se desenvolve em três (a gente recebe os acervos) a partir de três vertentes: ou é indicação dos pesquisadores da casa, geralmente o pessoal da História da Ciência, da família, como foi o caso aqui o contato do Daniel com a gente aqui, veio visitar a nossa casa, e às vezes o próprio pesquisador/cientista. Então é muito gratificante pra gente receber essa confiança de que o MAST, em particular nesse caso, o AHC, vai fazer um trabalho que hoje é referência, apesar de várias outras instituições terem a guarda de acervos, o AHC é direcionado para essa área, especializado nessa área de ciência e consegue preservar, tem preservado hoje a memória da ciência, ajudado a preservar a memória da ciência no Brasil. Então é uma satisfação muito grande, espero que em breve a gente consiga, com todas as nossas

dificuldades de pessoal e de recursos, colocar esse acervo a disposição dos pesquisadores. A casa vai estar aberta pra quem quiser pesquisar esse acervo.

Obrigado. (09:31)

Coordenador Marcio Rangel (9:37)

“Dando continuidade ainda em relação ao trabalho que nós desenvolvemos, a nossa coordenação ela é formada pelo arquivo, Arquivo de História da Ciência, que o Everaldo acabou de apresentar, nós temos também o laboratório (LAPEL), que é aonde nós trabalhamos com a preservação e a parte de conservação e restauração dos nossos documentos, e a nossa biblioteca. São os três serviços que compõe a nossa coordenação.

Todos os arquivos que nós recebemos, e a maior parte, quase que a totalidade do nosso acervo é doação. Até o presente momento todos foram doados.

Nós recebemos esse material e começamos um trabalho de organização, de classificação e simultaneamente a gente também trabalha no laboratório, nós fazemos um diagnóstico das condições desse arquivo, como é que estão os documentos, o que precisa ser restaurado, o que precisa ser conservado e depois dessa etapa, nós (eu não me lembro agora o ano que nós lançamos a base Zenith, ano passado 2015) lançamos uma base aonde a etapa final é nós digitalizarmos esses documentos e disponibilizar o acesso na internet de toda a nossa documentação.

Nosso grande projeto ambicioso é digitalizar todo o acervo, apara que não seja necessário manusear e para que também as pessoas possam pesquisar a certa distância.

Mas no momento é uma pequena parcela que nós conseguimos digitalizar. Mas mesmo os acervos que ainda não estão digitalizados, a consulta é sempre disponibilizada. E às vezes também quando o arquivo não está organizado, classificado, nós liberamos a consulta, aí é uma consulta um pouco mais demorada, porque depende de não termos que fazer esse levantamento, busca, para disponibilizar para o pesquisador.

Mas o nosso interesse fundamental é dar acesso à informação de tudo aquilo que nós possuímos na nossa instituição. Então, esse evento, essa comemoração que nós estamos realizando aqui, para nós é um momento muito especial, para nossa instituição, reforçando o que o Everaldo falou que é a confiança que a família deposita na instituição, e nos somos cientes dessa responsabilidade.

Ao recebermos esses documentos que a família direcionou para a nossa instituição, nós passamos a ter uma grande responsabilidade, e também sabemos que para a continuidade da nossa captação de futuros fundos arquivísticos, é necessário que nós tenhamos que desempenhar um trabalho de qualidade, reconhecido, para que todos vejam no Museu de Astronomia uma instituição adequada de guarda e difusão do conhecimento científico.

Então agora eu vou desfazer essa mesa. Agradeço a presença dos meus colegas Antônio e Everaldo, e vou convidar os nossos palestrantes desse momento agora, da nossa tarde.

Professora Lúcia Maria Aversa Villela, que virá falar sobre a professora Estela Kaufman e educação da matemática contemporânea.

Por favor professora. (13:08)

A professora Lúcia possui Licenciatura em Matemática pela UFRJ, Mestrado em Educação Matemática pela Universidade Santa Úrsula, e Doutorado em Educação Matemática pela Universidade Bandeirantes, de São Paulo.

Gostaria também de convidar a professora Kátia Regina. A professora Kátia irá falar sobre a utilização da arte na educação matemática. A Professora Kátia possui Graduação em matemática, Licenciatura plena pela UFF, especialização em matemática pela UFRJ e Mestrado pela Universidade Santa Úrsula.

E o professor Pedro Carlos Pereira. O professor Pedro possui Doutorado em educação Matemática (PUC-SP), Mestrado em Educação Matemática (USU) e graduação em Licenciatura em Matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

Nós vamos começar com a professora Lucinha”. (15:25)

Professora Lúcia Maria Villela (15:26)

“É bom porque eu sou a mais informal de todo mundo, então já começa a dar logo o tom de informalidade, que foi o que sempre regeu a vida da Estela.

Estela nunca foi chegada a muitos rapapés, a muitas pompas e circunstâncias. Era aquela pessoa que fazia quinhentas coisas ao mesmo tempo e dava conta de quinhentas e uma. Uma pessoa que é difícil a gente falar sem se emocionar.

Se vocês prestaram atenção no “currículo lattes” da gente, vocês viram que todos nós somos cria do Mestrado em Educação Matemática da Santa Úrsula, que foi onde a Estela plantou a semente da Educação Matemática no estado do Rio de Janeiro. Depois daquele programa, só o nosso lá de Vassouras, que foi para onde ela foi depois trabalhar com a gente, e que também já acabou. Ou seja, Educação Matemática está fadada.... acho que tem uma caveira de burro enfiada aí na educação Matemática no Rio de Janeiro. São Paulo tem vários programas, os outros estados também têm, mas o Rio de Janeiro só esses dois programas que surgiram e o da USU foram noventa e poucas dissertações defendidas, o nosso lá de Vassouras (USS) foram sessenta e nove defendidas e acabou o programa.

Até hoje existe muita confusão sobre o que Educação Matemática, o que matemática pura, o que matemática aplicada, e fazem um confusão muito grande, eu penso que parte dessa confusão no estado do Rio, também venha pela forte presença do IMPA com a matemática pura aqui no estado do Rio.

O que é essa tal de educação Matemática?

Nós lá na época que começamos o programa lá na Santa Úrsula (eu fui a segunda dissertação a ser defendida lá), nós discutíamos, professores, alunos, havia um seminário interno, porque nem nós tínhamos noção do que era isso. O que era essa tal de educação matemática?

É bater no liquidificador a educação e a matemática e ver no que dá isso daí?

Só com o nosso passar dos anos, é que nós fomos construindo o significado dessa área, que mormente a formação de professores de matemática em todos os níveis de escolaridades.

Se a formação de professores neste país já é vista meio de lado, imagina uma formação especializada em Educação Matemática, ou seja, para professores que vão atuar na área de matemática.

Então é um sonho muito grande, que foi a luta da Estela ao longo desses anos todos. Eu trabalho com a pesquisa em História da Educação Matemática, até mesmo por influência do meu Doutorado e da influência que eu fui recebendo ao longo do tempo.

Tive que aprender também, da mesma forma que eu tive que aprender a diferença entre matemática e educação matemática, tive que aprender também a diferença entre a História da Matemática e a História da Educação Matemática.

Nessa História da Educação Matemática, a gente busca justamente ver essa variação de como foi sendo desenrolado esse processo de ensino e aprendizado da matemática ao longo dos anos

no país, através das legislações, através dos livros, através dos acervos pessoais, e daí a gente ter chegado até o acervo da Estela.

Um orientando meu, ex orientando que agora está fazendo Doutorado nessa área lá em São Paulo, o Marcelo Salvador, que está aqui, ele fez justamente a pesquisa dele nesse tema em relação a Estela.

Por que a Estela gostava tanto de geometria? O que a levou a gostar tanto de geometria? Quem a influenciou a isso? E foi essa pesquisa do Marcelo que deu origem para a gente um dia chegar na casa da Estela e receber o aval dela: “ Podem levar o que vocês quiserem”.

E o Marcelo encheu a *Doblò* dele de caixa, caixote, papel, tudo misturado, levamos tudo para a minha casa e daí a gente começou uma primeira classificação. Não foi ainda um acervo arrumado, mas uma primeira classificação pelo menos, direitinho, conforme nós recebemos a orientação de como fazer uma primeira classificação. Geramos um arquivo, esse material foi doado pela Estela em vida lá para a Universidade Severino Sombra, lá para o nosso laboratório, após a morte a após o fim do programa, o Daniel e o Jacob optaram em doar para cá. Certo?

Mas eu não quero falar mais sobre essas coisas não...Eu quero falar sobre o meu percurso junto a Estela.

Eu conheci a Estela a cerca de trinta anos, a vi a primeira vez em uma palestra na UFF, onde o Bruno trabalha. O Bruno ainda estava de fralda, hein Bruno, há trinta anos atrás.

E aí, assisti uma palestra dela e fiquei encantada pelo dinamismo, pela maneira descontraída, sem falar com papel arrumado, sem falar com *Power Point*, nada disso. Uma pessoa livre, leve e solta que nem papel no vento e encantando todo mundo.

Foi o primeiro contato. Eu abusada como sou, peguei uma carona com ela naquele dia, estava em Niterói, ela me deu uma “caroninha” até o Rio de Janeiro (sempre fui freguesa das caronas porque não dirijo).

Aí ela veio me falando da Educação Matemática, de sei lá mais o que...

Eu já tinha algumas ideias porque já vinha da Maria Laura, do projeto fundão, isso desde 1981. Mas aí, estela naquela carona me convenceu de fazer um programa mais profundo em Educação Matemática.

Muito bem. Logo em seguida, no final daquele ano, eu a encontrei em uma banca de correção do vestibular da Cesgranrio. E aí naquela banca de correção, vamos dizer assim, estreitou-se a amizade.

Eu depois fui trabalhar na diretoria do GEPEM, que era outro sonho da Estela, o trabalho no Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Matemática, que funcionava dentro da Santa Úrsula, e daí fomos caminhando juntas.

Aí, a Estela passou para mim, - deixou de ser aquele que está lá em cima, no altar dos deuses – e passou a ser alguém como eu, e a gente brigada, discutia, brigava pra caramba e era a ótima a produção através das brigas, através do processos de construção juntas. Cada vez a amizade se fortalecia mais, e quando eu vi a oportunidade de ir lá pra Vassouras e abrir o programa, meu primeiro sonho foi “vou trazer a Estela pra cá”.

A família deve ter ficado enlouquecida quando focou sabendo que Estela ia ficar subindo toda semana pra Vassouras. Mas ela ficou lá com a gente, muito bem, obrigada. E foi uma outra etapa da vida da Estela.

O laboratório que ela criou lá, com verba da FAPERJ, recebeu oitenta mil para montar um laboratório. Foi um sonho para ela, que não tinha acontecido em lugar nenhum, uma verba tão grande para aparelhar tão bem um laboratório.

E ela fez para as crianças de educação infantil, das series iniciais, a aí, nesses posters todos que vocês veem, nessas fotos, vocês veem Estela descalça, contando, fazendo correspondência (...) E ela vibrando, sorrindo... isso pra alguém que já estava em final de carreira, foi um despertar de sonhos, foi muito importante.

E por certo lado, o momento final da derrocada do programa, ela felizmente não precisou sofrer esse dissabor, pois foi justamente o ano que ela ficou doente e não pode assistir essa coisa horrorosa que foi o encerramento do programa.

Em suma, eu não quero falar muito, mas o que quero dizer é que estela foi uma grande batalhadora da Educação Matemática no Estado do Rio de Janeiro e logicamente com repercussão nacional, haja visto que se vocês olharem no currículo dela há participações em bancas, em congressos, internacionais, nacionais.

Estela estava sempre pra lá e pra cá viajando apesar dos seus já muitos anos de idade. Ela não se deixava abater por causa disso. (25:20)

Fala dos filhos Jacob e Daniel (1:01:54)

Daniel

Agradecimento

Sobre as idas a Vassouras, a Lucinha comentou sobre as idas a Vassouras, o que a família achava, e era meio inacreditável mesmo. Quando eu contava para os meus amigos que a minha mãe pegava o ônibus na quarta-feira de manhã, chegava em Vassouras ao meio-dia, dava aula até dez horas da noite na quarta, na quinta o dia inteiro e na sexta saía de lá, (eu acho) às 20h - tinha uma carona pra voltar para o Rio de Janeiro – alguns amigos ficavam estupefatos, aliás, todos ficavam.

Alguns chegaram a me perguntar – “poxa, mas sua mãe coitada! Ela precisa desse dinheiro pra fazer isso? Ela tem uma questão de sobrevivência aí envolvida?”

E não adianta explicar. Não tinha nenhuma questão de sobrevivência envolvida.

Jacob

Eu acho que tinha. Uma questão de sobrevivência não financeira, mas sobrevivência espiritual. Acho que sem isso ela...

Daniel

Aí ela vinha falar comigo. Ela chegava para mim e falava: “Ah Dani, eu estou muito cansada! Não sei o que eu vou fazer”.

E eu me fingia de morto. Oh mãe, pensa bem.... e esse pensa bem ia...

Ela só queria fazer um desabafo e eu também não queria que ela parasse, porque como o Jacob falou, isso era a vida dela, era o oxigênio que ela respirava, era tudo pra ela.

E esse projeto foi muito legal, quer dizer, na vida dela passou por muitas experiências bacanas.

Eu quero falar mais, é para agradecer aqui, em nome da família agradecer ao MAST por essa oportunidade de preservar o legado da mamãe, e disponibilizá-lo para as gerações futuras de pesquisadores.

A gente pode dizer que a obra da mamãe, a obra da professora Estela foi tratada pelo MAST com muito respeito, consideração e alto profissionalismo. Desde os primeiros contatos, desde que eles vieram na casa da mamãe coletar o material e agora futuramente com a disponibilização desse material ao público.

Além disso, nós da família, eu, o Jacob à distância - porque ele mora fora, mora em Israel – nós da família também fomos tratados com muita atenção pelo Everaldo, pelo Márcio, isso pra gente também, nesse momento difícil da perda da mamãe, foi um alento muito importante.

Agradecemos então ao MAST e agradecemos a diretoria do MAST na pessoa da diretora Heloísa Maria Bertol Domingues, representada aqui pelo Antônio Carlos, que fez aquela saudação inicial muito bonita, muito bacana.

E eu queria também fazer um agradecimento especial aos palestrantes dessa tarde. Ao Pedro, a Kátia e a Lúcia não só pelas palestras que foram muito emocionantes, muita coisa eu não sabia, mas não é pelo conteúdo da palestra, mas pelo carinho, pela sensibilidade, mas mais do que isso, por tudo que eles fizeram pela minha mãe – pela nossa mãe – junto com também o Marcelo, o Bruno aqui, durante o período difícil da convalescência.

Quando eles iam no hospital, dar um apoio a minha mãe, como filhos mesmos. E isso para nós da família foi algo muito emocionante. Obviamente também agradeço pelas brilhantes palestras. (depois vou pedir para que vocês nos mandem os conteúdos por e-mail, por favor).

Além disso eu queria lembrar de falar algumas coisas legais aqui. O Pedro Carlos além da iniciativa de nos aproximar do MAST, ele fez um pleito com a Sociedade Brasileira de Educação Matemática/RJ, onde foi instituído um prêmio professora Estela Kaufman Fainguelernt a ser concedido à jovens pesquisadores que se destaquem na pesquisa da Educação Matemática.

Além disso, ele também foi responsável pelo acolhimento da biblioteca de matemática, uma coleção com mais de cinco mil livros pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e que em breve também vai ser disponibilizado aos estudantes daquela casa.

A Cátia, também lembrar o texto lindo que saiu na revista Pátio, eu viralizei pela internet e eu recebi tantas manifestações, parece até que eu tinha feito o texto, e eu falei não, foi da professora Cátia, amiga da minha mãe. Mas foi lindo o texto, muito bonito mesmo.

E também pela palestra que ela e o Marcelo fizeram no encontro do GEPEM, no último dia 23, e que na última hora eu fiquei impossibilitado de ir, mas toda vez que tiver algum evento a gente tenta vir, porque a gente acha isso muito tocante pra nós.

Além disso, falar da Lucinha é... eu não ficar aqui chovendo no molhado... sempre falando com ela o tempo todo. A tese do Marcelo - que está aqui com a gente também – a tese do Marcelo, com orientação da Lucinha é muito bonita, muito bacana. Eles conseguiram da minha mãe uma coisa assim... a minha mãe se abriu inteiramente com eles pra realizar esse trabalho. É uma coisa que mostra como a minha mãe tinha confiança neles e tinha confiança nesse pessoal que tá aqui.

Além disso, outras pessoas muito bacanas que têm prestado homenagem a minha mãe, o professor Paulo Henrique Colonese, que fez um sábado de Ciência, recheado de atividades lúdicas na matemática para pais e crianças e estava lotado. A Tamar, minha filha foi lá visitar e ficou muito impressionada, ficamos muito emocionados e foi muito bacana. E ele também, o Paulinho, sempre muito amigo nosso.

Ao Bruno, da UFF, da Sociedade Brasileira de Educação Matemática do Rio. Que deve estar no meio desse pessoal que acolheu esse prêmio da minha mãe. Muito obrigado também.

E ao professor Marcelo Salvador, que eu já tinha falado dessa história, eu ia mencionar o nome, mas já foi mencionado aqui várias vezes, a paixão pela geometria

Enfim, eu queria agradecer muito a todos, nós da família temos muito orgulho da nossa mãe. Meu tio José, irmão da minha mãe está aqui também, isso é muito legal. Como mãe, como avó, como sogra, como irmã, enfim, como tia, da mesma forma que na vida profissional ela deixou um importante legado, esse legado também foi deixado na vida familiar. Ou seja, a gente como parente, a gente recebeu dela muitos valores, uma obsessão pela defesa desses valores, da ética, do compromisso, e obviamente um carinho muito grande, muito grande mesmo.

A gente até brinca, eu fiz uma vez uma brincadeira que com todos os alunos de matemática minha mãe era exigente, mas com os netos e as netas não. Se eles iam mal na prova a culpa sempre era do professor, nunca era deles. E olha que muitas vezes eles também não estudavam.

Mas isso é só um fato pitoresco.... mas enfim, muito obrigado a todos, muito obrigado que vocês vieram, aproveito pra lembrar que depois disso, vai ser servido um coffee break a todos. Enfim, muito bacana esse evento.

Não vou me repetir, vou passar a palavra para o Jacob.

Jacob (1:11:23)

Boa tarde a todos, eu não ia falar não, mas quando eu entre aqui eu me senti em casa.

Eu trabalho na Universidade e toda segunda-feira às duas da tarde tem um seminário. Então eu cheguei e pensei, hoje é dia de seminário. E resolvi dizer algumas coisas também.

Eu acho que na casa da minha mãe (o Dani já falou tudo). Ontem houve a inauguração da lápide no cemitério, e é uma coisa que fala do passado, e hoje nós estamos falando do futuro, do legado dela daqui pra frente.

Se você entrasse na casa da mamãe, a coisa mais importante pra ela era as fotos (como o Dani falou). As fotografias dos netos, dos filhos, dos alunos e tudo, mas bom, isso a gente guardou. E a segunda coisa eram os livros, eram os trabalhos. E nós nesse último ano, eu e o Dani, tivemos o desprazer de ter que esvaziar a casa, tirar grande parte das coisas. Infelizmente a gente teve que dar e tal, mas eu fico muito contente que as coisas mais importantes estão sendo adquiridas, estão continuando para frente na Universidade Federal Rural (as fotos dos netos não vamos dar) e aqui no MAST.

Que agradecer também, continuar o que o meu irmão falou e agradecer para todos que vieram aqui, foi um prazer e uma honra para mim está aqui. Para nós.

APÊNDICE B - Entrevista concedida por Maria Celina Soares de Mello e Silva

1- Desde a década de 1990, o MAST foi pioneiro em publicações que auxiliavam na aquisição e na preservação de acervos, como a Política de Preservação de Acervos Institucionais (1995) e a Política de Segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus (2006), que foram referência para diversas instituições. Por que uma Política de Aquisição e Descarte só foi elaborada em 2011?

R: A questão da política de aquisição é muito sensível em uma instituição que capta acervos, pois envolve questões que vão desde as administrativas, até as que envolvem relações pessoais e políticas institucionais. A ideia de se estabelecer uma política de aquisição não surgiu de repente, foi sendo amadurecida aos poucos, mas teve que esperar o momento propício para ser levada a cabo.

2- Como Coordenadora do CODAR na época da criação da Política de Aquisição, é possível pontuar quais os principais anseios à criação de uma normativa buscavam atender?

R: Sim. A necessidade de se estabelecer a política para delinear parâmetros para as novas aquisições vinha já há algum tempo. O que se pretendia era ter um instrumento que respaldasse as decisões no sentido de poder dar uma resposta positiva ou negativa para cada possibilidade de aquisição, dentro de critérios pré-estabelecidos, de tal forma que não deixasse dúvidas sobre o interesse no acervo. E ainda, que a decisão não ficasse exclusivamente a critério de uma ou outra pessoa. Que fosse uma decisão coletiva e criteriosa no âmbito da instituição. Os objetivos da Política estão explicitados na introdução do documento, quais sejam:

- Adquirir acervos em consonância com as linhas de pesquisa do MAST;
- Dar transparência e seriedade ao processo decisório e respaldo à tomada de decisão;
- Manter o equilíbrio e a integridade na formação do acervo;
- Melhorar a organização e otimização das atividades;
- Respeitar a identidade dos acervos.
- Viabilizar o descarte de acervos não pertinentes a esta política do MAST.

3- A Política de Aquisição e Descarte de Acervos do MAST traça diretrizes para a aquisição de acervos na área de Museologia, Arquivologia e Biblioteconomia. O COPAD, na época da criação da política, era formado por profissionais de quais áreas?

R: A composição da COPAD está apresentada na introdução do documento. Era formada por um representante de cada área-fim da instituição, coordenada pelo diretor do Museu. Este representante era indicado pelo coordenador da área. As áreas eram, à época: Coordenação de Museologia; de Documentação e Arquivo; de história da Ciência; e de Educação. O objetivo de reunir representantes das áreas finalísticas, não apenas aquelas que lidam com acervos, mas também aquelas que se utilizam do acervo, como os pesquisadores da instituição, era justamente a de ouvir as necessidades e realizar uma discussão que considerasse todos os pontos de vista.

4- Existem documentos e atas sobre elaboração da Política?

R: Nas primeiras reuniões, que eu mesma secretariava, elaborava um rascunho. Só não me lembro agora se estes foram formalizados em ata e assinados. Mas depois de certo tempo, acho que restavam apenas as anotações. Eu fui encarregada de ir elaborando as versões atualizadas do documento, então acabava ficando com os rascunhos. De certa maneira, o desenrolar do processo foi se informalizando, pois percebi que quanto mais descomplicado, mais chance de dar certo e alcançarmos o resultado desejado.

5- É possível afirmar que a criação da Política, ao estabelecer procedimentos e normativas, limitou a ação dos atores individuais nos processos de aquisição dos acervos?

R: No que se refere ao acervo arquivístico, de certa maneira sim. Porém, optamos por deixar uma margem para a captação de arquivo fora do eixo temático principal, para a salvaguarda de algum possível arquivo com risco de desaparecimento, perda ou de extravio para o exterior. Nestes anos trabalhando com arquivos pessoais, ouvimos muitas histórias de situações de perda irreversível, abandono etc. Então decidimos que não podia haver radicalismo, mas sim uma possibilidade de guarda temporária até a localização de um espaço mais adequado de guarda, em caráter excepcional. De qualquer forma, o instrumento tem auxiliado as tomadas de decisão da COPAD quando somos contatados para uma possível doação, pois a decisão que não pode mais fugir dos critérios estabelecidos, ou deixar que vontades pessoais prevaleçam.

6- Segundo consta nas Considerações Finais, a Política de Aquisição do MAST “*será avaliada e atualizada a cada 5 anos, ou sempre que surgir uma necessidade*”. Já houve alguma emenda ou alteração desde então? Caso contrário, não deveria ser atualizada?

R: Até o momento não houve necessidade, e acredito que isto se deva ao bom trabalho que fizemos, ao detalhamento e ao amplo espectro que abordamos no instrumento. Isto é decorrente do tempo de experiência e amadurecimento para a elaboração da Política.

7- No campo da Arquivologia, a Política de Aquisição do MAST parece atender a demandas mais gerais, não tratando de critérios específicos da área, como por exemplo a integridade do fundo e a organicidade dos acervos recebidos. Não seria relevante uma maior definição desses aspectos?

R: O objetivo da Política foi o de atender a todos os acervos da instituição, arquivísticos, museológicos e bibliográficos, portanto, deveria tratar de questões gerais que envolvessem todos. As especificidades de cada acervo são questões internas das coordenações e deveriam ser alvo de instrumentos específicos. Por exemplo, a Política trata de arquivos pessoais adquiridos, não trata das questões de recolhimentos de documentos institucionais. A avaliação de documentos do MAST não é alvo da COPAD. Questões de como fazer ou das diretrizes para o tratamento de cada acervo não foram alvo da Política.

8- Outro aspecto ausente na Política diz respeito aos financiamentos privados para o tratamento dos acervos, a exemplo do Arquivo do matemático Rio Nogueira. De que modo esse financiamento é entendido pelo MAST e como ele impacta no processo de aquisição?

R: A Política não tratou desta questão de forma direta, mas indireta. Nas diretrizes gerais, dentre os itens a serem considerados para a aquisição estão os custos para transferência, armazenamento, manutenção, volume do acervo, recursos humanos disponíveis. Então estas questões são avaliadas, juntamente com a importância histórica e científica. A questão de financiamentos externos é uma possibilidade para órgãos públicos e o MAST tem recebido recursos para projetos, portanto, esta não foi uma questão, não seria problema a ser considerada na política. O arquivo de Rio Nogueira foi uma excepcionalidade. Foi o primeiro e até o momento o único caso em que a família

ofereceu para pagar um profissional para a organização. O fato ocorreu porque havia mais arquivos na “fila de espera” para a organização. A viúva queria que o arquivo fosse organizado logo, e publicado. Ela também se ofereceu para pagar a publicação. E assim foi feito. Mas estas questões são administrativas internas, não questões a serem tratadas na Política. O entendimento é de que a política de aquisição defina parâmetros e critérios para a aquisição. Uma vez tomada a decisão de que o acervo é importante e deve ser adquirido, as questões burocráticas e administrativas para que isto ocorra serão resolvidas em outras instâncias, que não na COPAD.

9- Na ausência desses critérios estabelecidos na Política, tais orientações ficam sempre a cargo do COPAD?

R: No antigo Regimento Interno do MAST sim, porque a COPAD foi criada como um órgão colegiado permanente vinculado diretamente ao diretor, fazendo parte da estrutura organizacional do Museu. Porém, a atual diretora elaborou um novo Regimento Interno, sem discussão interna com os servidores, que foi publicado em 11 de setembro de 2020, onde a COPAD não consta mais. A instituição considerou isto um grande retrocesso para os processos de aquisição. A partir desta nova reorganização institucional, não sabemos ainda como ficará esta questão.

ANEXOS

ANEXO A - Lista de arquivos pessoais sob custódia no MAST

	Fundo/Arquivo	Quantidade de caixas	Ações já realizadas	Ações previstas	Data de entrada do arquivo no AHC	Doador
1	Allyrio de Mattos			ND		
2	Francisco Mendes	1		Organização Conservação Digitalização	ND	ND
3	Lélio Gama	59	Organização	Conservação Digitalização	1982	ON
4	Olympio da Fonseca				06/01/1988	COMPRA
5	Henrique Morize	4	Organização Conservação	Digitalização	15/02/1991	NORA
6	Manuel Amoroso Costa	5			20/10/1993	FILHA
7	Mario Donato Amoroso Anastácio			Conservação Digitalização	1995	FILHO
8	Leopoldo Nachbin				26/06/1996	FILHO
9	Henry Lins de Barros	34		Organização Conservação Digitalização	26/11/1996	O PRÓPRIO
10	Jacques Danon	48	Organização Conservação	Digitalização	05/12/1996	CBPF
11	Luiz de Castro Faria	92		Organização Conservação Digitalização	12/1996	O PRÓPRIO
12	Fernando de S. Barros	36	Em organização	Organização Conservação Digitalização	24/01/1997	O PRÓPRIO
13	Feiga Rosenthal	47	Em organização	Organização Conservação Digitalização	23/09/1997	A PRÓPRIA
14	Hervásio de Carvalho	26	Organização	Conservação Digitalização	1997	O PRÓPRIO
15	Bernhard Gross	12	Conservação	Digitalização	04/06/1998	O PRÓPRIO

			Digitalização			
16	Oscar Matsuura	95		Organização Conservação Digitalização	08/10/1998	O PRÓPRIO
17	Alexandre Giroto	2	Conservação Digitalização	Digitalização	18/03/1999	FILHA
18	Bartyra Arezzo		Conservação Digitalização	Digitalização	10/12/1999	A PRÓPRIA
19	Cesar Lattes	2		Organização Conservação Digitalização	05/2000	O PRÓPRIO
20	Maria Laura Leite Lopes	22	Em organização	Conservação Digitalização	05/06/2000	A PRÓPRIA
21	Luiz Cruls				19/06/2001	BISNETOS
22	Helmut Sick	20		Organização Conservação Digitalização	13/05/2002	AMIGA
23	Carlos Gomes Filho	1		Organização Conservação Digitalização	2002	FILHA
24	Ivone dos Anjos	2	Organização Conservação	Digitalização	10/04/2003	IEN
25	Mario Giambiagi	20		Organização Conservação Digitalização	12/01/2004	ESPOSA
26	Luiz Cantanhede	1		Conservação Digitalização	08/11/2005	NORA
27	Octávio Cantanhede	4		Conservação Digitalização	08/11/2005	ESPOSA
28	George Bemski	67		Organização Conservação Digitalização	09/04/2006	CBPF
29	Joaquim da Costa Ribeiro	14	Organização Conservação	Digitalização	08/11/2006	CBPF
30	Simon Swartzman	2		Organização Conservação Digitalização	03/09/2007	O PRÓPRIO
31	Eugene Hussak	9		Organização Conservação Digitalização	23/03/2009	NETA
32	Witold P.S. Lepecki	219		Organização Conservação Digitalização	29/01/2010	O PRÓPRIO

33	Rio Nogueira	29		Conservação Digitalização	07/07/2011	ESPOSA
34	Roberto de Andrade Muniz			Organização Conservação Digitalização	23/01/2012	O PRÓPRIO
35	Érica Zimmermann	02		Organização Conservação Digitalização	13/07/2012	FILHA
36	Elisa Frota- Pessoa	28		Organização Conservação Digitalização	27/11/2012	A PRÓPRIA
37	Jayme Tiomno	132		Organização Conservação Digitalização	27/11/2012	ESPOSA
38	Susana de Sousa Barros	2		Conservação Digitalização	30/08/2013	ESPOSO
39	Maurice Bazin	41		Organização Conservação Digitalização	21/10/2013	FILHA
40	Antônio MacDowell	3		Organização Conservação Digitalização	28/08/2014	ESPOSA
41	Orlando Rangel	3	Em organização	Conservação Digitalização	16/12/2014	FILHA
42	Estela Kaufman	64	Em organização	Organização Conservação Digitalização	14/08/2015	FILHO
43	Christóvão Cardoso	1			18/12/2015	FILHA
44	Diógenes Campos	122 Captação parcial		Organização Conservação Digitalização	08/09/2016	O PRÓPRIO
45	Maia Penido	5		Organização Conservação Digitalização	14/12/2016	FILHA
46	Heloísa Alberto Torres				16/02/2017	COMODATO IPHAN/MAST

Fonte: MAST (2019)

**ANEXO B - Sumário do Documento de Política de Aquisição e Descarte de Acervos
(MAST, 2011)**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
1. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO ACERVO	04
1.1 Histórico do acervo	04
1.2 Dimensão do acervo	05
1.3 Importância local, regional e nacional	05
1.4 Unidades responsáveis pelo acervo	08
2. DIRETRIZES GERAIS PARA ACERVOS	07
3. DIRETRIZES PARA AQUISIÇÃO DE ACERVO MUSEOLÓGICO	09
3.1 Prioridades na Coleta	09
3.2 Critérios que devem ser observados	10
3.3 Recursos	10
3.4 Procedimentos de Aquisição	11
3.5 Consulta a outras instituições	11
3.6 Descarte	11
4. DIRETRIZES PARA A AQUISIÇÃO DE ACERVO ARQUIVÍSTICO	12
4.1 Critérios gerais para aquisição de acervo arquivístico	12
4.2 Arquivo de História da Ciência	13
4.2.1 Critérios para aquisição de arquivos pessoais de cientistas	13
4.2.2 Critérios para aquisição de coleções de documentos	13
4.2.3 Procedimentos de aquisição e intercâmbio	13
4.2.4 Restrições de Acesso	14
4.2.5 Formas de descarte	14
4.2.6 Arquivos institucionais	15
4.2.7 Arquivo institucional do MAST	15
5. DIRETRIZES PARA A AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO	15
5.1 Idioma	16
5.2 Diretrizes Cronológicas	16
5.3 Especialidades	17
5.4 Especialidades	17
5.4.1 – Doação e compra	17
5.4.2 – Comodato	17
5.4.3 – Descarte	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
GLOSSÁRIO	19
REFERÊNCIAS	20

